

Moçambique

desminagem e desenvolvimento





Moçambique

desminagem e desenvolvimento

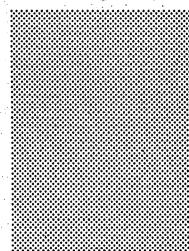
(Textos de uma Conferência
realizada em
14 de Junho de 1995)

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Faculdade de Letras — Arquivo Histórico de Moçambique

AHM, Estudos 10

Título: Moçambique: desminagem e desenvolvimento
Editor: Arquivo Histórico de Moçambique
Colecção: Estudos 10
Registo: 01289/FBM/95
Impressão: Imprensa da Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Setembro de 1995



ÍNDICE

Moçambique: Desminagem e Desenvolvimento, 7

I

O Contexto

Trinta Anos de Guerras e Minas em Moçambique, 11

por Alex Vines e João Paulo Borges Coelho

II

Os Custos Humanos e Económicos

A Definição e Dimensionamento do Problema das Minas em Moçambique, 53

por Enrique Portillo

Notas Sobre o Impacto Sócio-Económico das Minas em Moçambique, 61

por César Palha de Sousa

III

A Resposta Médica e Social

A Resposta Social ao Impacto das Minas, 73

por Terezinha da Silva

O Handicap International e a Resposta Médico-Social ao Problema das Minas, 81

por Caroline Toulemonde

Os Problemas das Vítimas das Minas, 89

por Farida Gulamo

IV

Desminando

A Perspectiva da Comissão Nacional de Desminagem, 95

por Osório Mateus Severiano

A Desminagem e a Perspectiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 101

por Moisés Venâncio

A Desminagem e a Perspectiva do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 107

por Bernard Kerblatt

A Desminagem e a Perspectiva de um Doador:

A USAID, 113

por Jack McCarthy

A Desminagem e a Perspectiva de uma ONG:

A OXFAM (UK), 121

por Nick Rosevare

A Electricidade de Moçambique e o Problema das Minas na Região Sul do País, 127

por Fuade Sultuane

As Estradas e as Minas, 131

por Teresa Correia Lopes

V

Banir ou Reformar: As Minas e a Legislação Internacional

As Minas, a África e a Revisão da Convenção das Armas Convencionais, 135

por Francesca Dagnino

O Que Está em Jogo na Conferência de Revisão das Armas Convencionais?, 145

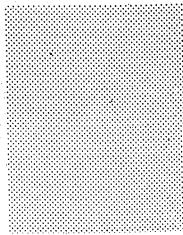
por Phillippe Dicquemare

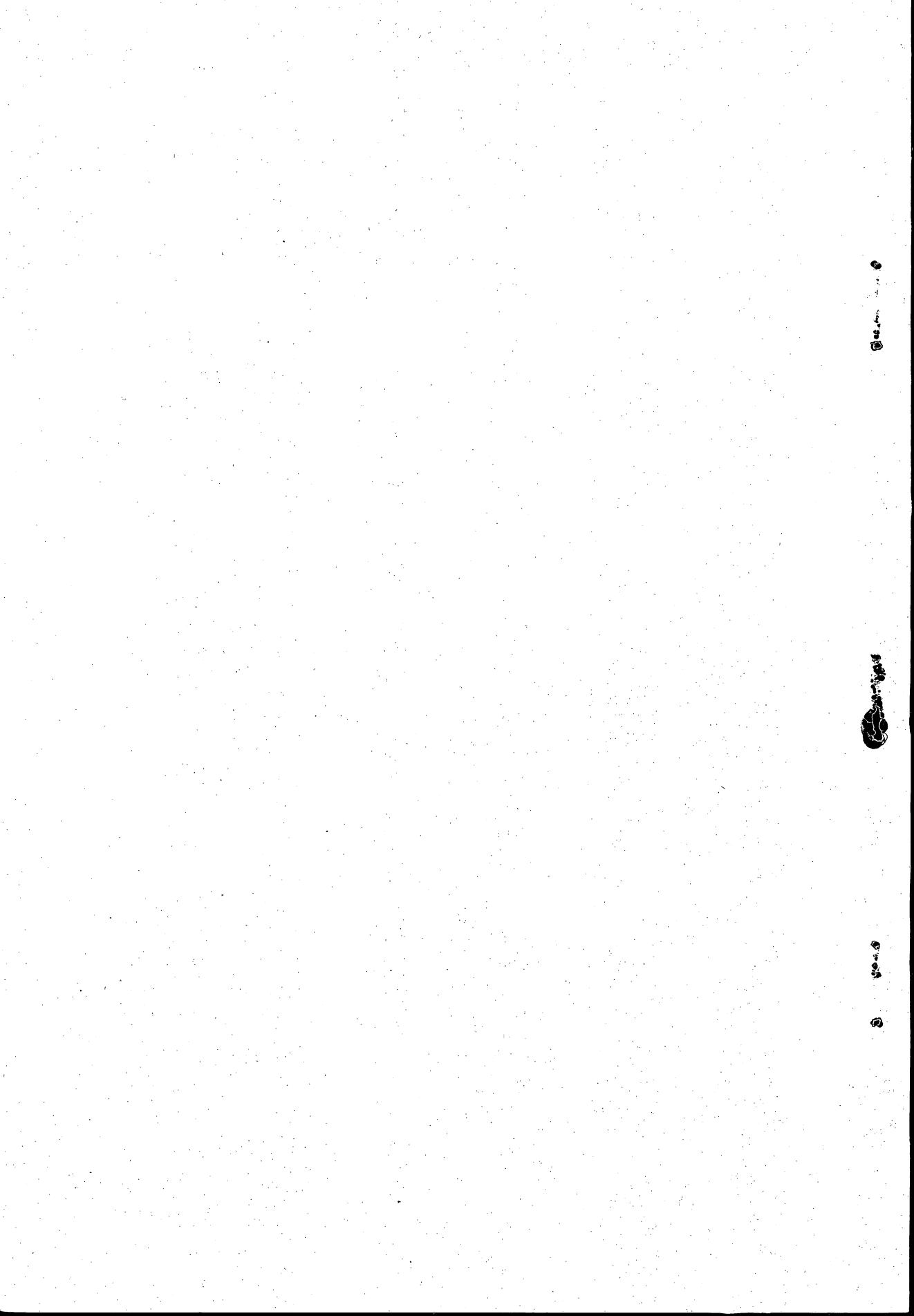
Banir as Minas, 151

por Anita Parlow

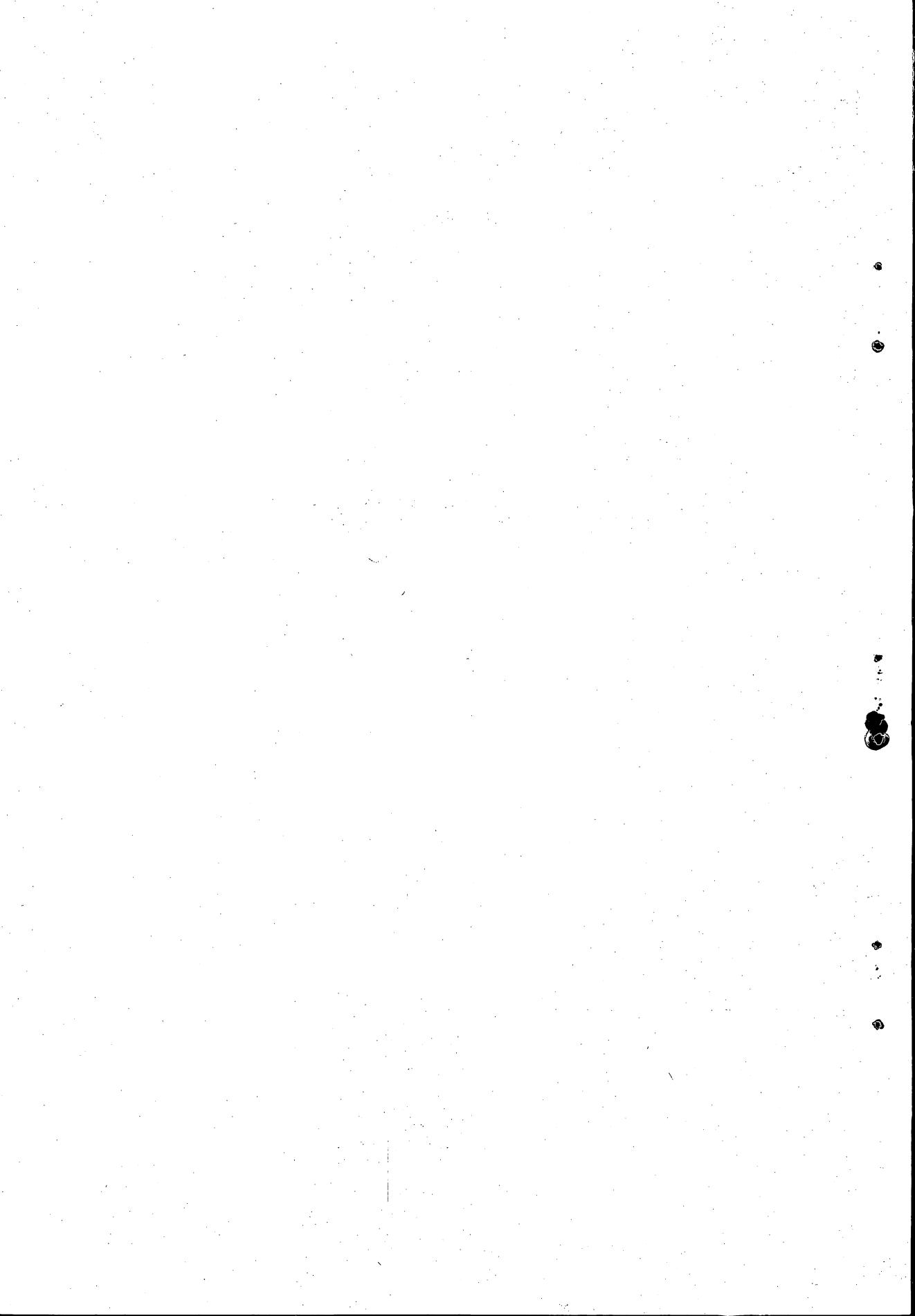
As Resoluções da Conferência, 189

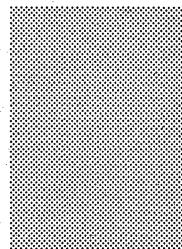
Lista de Participantes, 191





I O CONTEXTO





MOÇAMBIQUE: DESMINAGEM E DESENVOLVIMENTO

Em 14 de Junho de 1965 deflagrou em Cóbuè, província de Niassa, a primeira mina anti-pessoal de que há registo em Moçambique. Decorridos trinta anos e duas guerras devastadoras, Moçambique sofre de um sério problema com as minas: dezenas, senão centenas de milhar de minas continuam por desactivar em todas as províncias. Desde o incidente de Cóbuè até ao presente, houve cerca de 10.000 vítimas de minas em Moçambique. Por outro lado, desde o Acordo Geral de Paz, em Outubro de 1992, que se gastaram muitos milhões de dólares na desactivação de minas, naquilo que é encarado pelos especialistas de desminagem como um problema de intensidade desigual segundo as regiões, mas muito sério. Em 1995, as minas continuam a fazer vítimas e a dificultar a reconstrução económica do país.

Para assinalar o trigésimo aniversário (14 de Junho de 1965) do primeiro incidente conhecido em solo moçambicano, o Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane realizou, em 14 de Junho de 1995, uma conferência de um dia sobre o obstáculo que as minas colocam ao desenvolvimento económico e social de Moçambique.

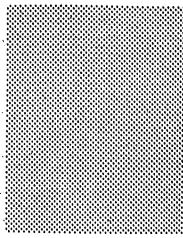
Durante esse dia foram discutidas as vantagens e desvantagens militares do uso de minas, e examinaram-se os planos actuais e futuros para enfrentar este legado da guerra.

Foram convidados oradores e participantes de muitas origens, incluindo desminadores comerciais, agências das Nações Unidas, doadores, académicos, médicos, ONGs locais e internacionais com actividade nesta área, e professores e estudantes da universidade.

Os textos apresentados neste volume são as comunicações apresentadas pelos oradores à Conferência, com excepção do primeiro e do último. O primeiro, *30 Anos de Guerras e Minas em Moçambique*, procura fornecer o contexto histórico do problema das minas; o último, *Banir as Minas*, aprofunda o debate internacional sobre o assunto.

Este evento decorreu também numa altura em que se prepara uma Conferência a ter lugar em Outubro de 1995, em Viena (Áustria), para avaliar os esforços feitos desde a Convenção das Nações Unidas de 1980 sobre a proibição ou restrições na utilização de certas armas convencionais (incluindo minas), consideradas como excessivamente nocivas ou como provocando efeitos indiscriminados.

Para a realização desta conferência sobre Desminagem e Desenvolvimento em Moçambique, a Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane contou com a colaboração organizativa da *Human Rights Watch/Africa*, e financeira do Handicap International, da OXFAM (UK) e do *American Friends Service Committee (Quakers)*. A estas organizações e a todos os participantes ficam aqui expressos os nossos agradecimentos.



TRINTA ANOS DE GUERRAS E MINAS EM MOÇAMBIQUE

*Alex Vines¹ e
João Paulo Borges Coelho²*

1. Introdução

Em 14 de Junho de 1965 deflagrou em Cóbue, província de Niassa, a primeira mina anti-pessoal de que há memória em Moçambique. Decorridos trinta anos e duas guerras, em 1995 as minas representam um sério problema em Moçambique: milhares, senão centenas de milhar de minas permanecem por desactivar em todas as províncias. Desde o acidente de Cóbue, as minas fizeram cerca de 10.000 vítimas em Moçambique. Desde o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma em Outubro de 1992, foram gastos muitos milhões de dólares na desminagem. Moçambique enfrenta, assim, um problema que os especialistas de desminagem consideram desigual mas muito sério. Em 1995, as minas continuam a fazer vítimas e a dificultar a reconstrução económica do país. Este artigo examina como se desenvolveu a praga das minas em Moçambique, nos últimos trinta anos.

¹*Human Rights Watch.*

²*Universidade Eduardo Mondlane.*

2. A Guerra da Independência

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) iniciou a sua acção armada contra o regime colonial em Setembro de 1964. No dia 25 desse mês foi atacada a sede do posto de Chai, em Cabo Delgado, naquilo que é considerado como a primeira acção militar do movimento de libertação. Seguiram-se, poucos dias depois, pequenas operações armadas no Lago Niassa (Augusto Cardoso) e na Zambézia, perto de Tacuane. Nos dois anos que se seguiram as forças guerrilheiras mantiveram a ofensiva, atravessando as linhas de defesa apressadamente estabelecidas pelas forças de segurança portuguesas ao longo do rio Messalo (Cabo Delgado) e no eixo Cantina Dias—Muembe (Niassa).

Em paralelo com estas primeiras acções militares também as minas de guerra começaram a fazer as primeiras baixas. Em 14 de Junho em Cóbue (Niassa), e em 25 de Novembro em Muidumbe (Cabo Delgado), pela primeira vez se sentiram os efeitos de minas anti-pessoal plantadas pela Frelimo. As primeiras minas anti-carro fizeram-se sentir em Outubro de 1965 em Sagal (Cabo Delgado), e a Norte de Vila Cabral (actual Lichinga), no Niassa.¹ Em Dezembro de 1966 os militares portugueses anunciam já ter recolhido 157 minas da Frelimo, e em 1967 admitiam que as minas eram responsáveis por um certo número de baixas.

Até esta altura as minas plantadas pelos guerrilheiros eram todas de origem russa e incluíam, entre as de tipo anti-pessoal, um modelo de plástico e designação desconhecida (provavelmente PMN), e o modelo POMZ-2. Do tipo anti-carro o único modelo existente era o TM-46. Além destas também as tropas coloniais encontraram dois modelos de espoletas de pressão, mecanismos armadilhados com efeito idêntico as das minas, nomeadamente dos modelos MUV e MV-5. Frequentemente, as minas encontradas eram reforçadas por outras minas, por petardos de trottol, por granadas ou, mesmo, por bombas de avião coloniais caídas sem explodir.²

Quadro 1:
Primeiros Registos de Utilização de Armas pela Frelimo em
Moçambique

TIPO DE ARMA	DATA	LOCALIZAÇÃO	
		Localidade	Província
LGF (Lança Granadas-Foguete)	08 Dez 64 31 Mai 65	Muidumbe Miandica	C.Delgado Niassa
Metralhadoras Ligeiras	14 Jan 65 21 Jun 65	Olivença M.Praia	Niassa C.Delgado
Metralhadoras Pesadas	13 Ago 65 14 Ago 65	Miteda N.Coimbra	C.Delgado Niassa
Morteiros Ligeiros	01 Abr 65 15 Out 65	Diaca Cóbue	C.Delgado Niassa
Morteiros de 82 mm	16 Jun 66 20 Jun 66	Nangade Luatize	C.Delgado Niassa
Minas. Anti-Pessoal	14 Jun 65 25 Nov 65	Cóbue Muidumbe	Niassa C.Delgado
Minas Anti-Carro	10 Out 65 16 Out 66	Sagal V.Cabral	C.Delgado Niassa
Engenhos Explosivos	29 Mai 65 04 Jul 65	N.Coimbra Nacatar	Niassa C.Delgado

*Fonte: Região Militar de Moçambique/Quartel-General (2º. Rep.), SUPINTREP N.º 18, *Potencial de Combate das Forças da Frelimo*, Nampula (Março de 1968).*

Apesar de tudo, a utilização de minas neste primeiro período da guerra era relativamente secundária e localizada, por duas razões principais. Em primeiro lugar porque a guerra estava ainda geograficamente circunscrita, confinada a zonas específicas de Cabo Delgado e Niassa, e os contingentes eram ainda relativamente modestos. Nesse período o efectivo

guerrilheiro cresceu dos 250 iniciais para cerca de 7.500 combatentes, na primeira metade de 1967, enquanto que o exército colonial não ultrapassaria os 12.000 homens nos então distritos de Cabo Delgado e Niassa.³ Por outro lado, a estratégia militar da Frelimo era, nesta altura, objecto de lutas internas com uma facção ainda relativamente importante a propor soluções destinadas à conquista de resultados militares imediatos e espectaculares como, entre outros, o confronto directo com o exército colonial e os ataques em massa às cidades provinciais. Obviamente que a guerra de minas, lenta e de desgaste, não se enquadrava nesta perspectiva.

Porém, na sequência da reunião do Comité Central da Frelimo de 1966 e, sobretudo, do II Congresso, realizado em Machedje, no Niassa, em Março de 1968, a situação iria mudar profundamente, com a restruturação do exército guerrilheiro⁴ e a prevalência de uma nova perspectiva de travar a guerra de libertação. Esta está bem clara num editorial da *Voz da Revolução*, boletim publicado pelo movimento:

"Mas porque é necessária uma guerra prolongada? Alguns dos nossos camaradas pensam que seria possível nós ganharmos rapidamente a guerra. Para isso, pensam eles, deveríamos concentrar todas as nossas forças e lançá-las contra o inimigo. Mas é claro que os camaradas que pensam dessa maneira não analisaram bem a situação em Moçambique. As nossas forças são ainda muito inferiores às do inimigo: nós temos só cerca de 1/5 dos soldados que o inimigo tem em Moçambique. Além disso, o inimigo tem material de guerra muito superior ao nosso — ele tem aviões, tanques, bombas, canhões. Se nós juntássemos todas as nossas forças para uma só batalha contra o inimigo, ele mandava todos os seus aviões, tanques e os 60.000 soldados e liquidava as nossas forças. Isso, portanto, é uma coisa que nós não podemos fazer: seria sacrificar inutilmente os nossos soldados e fazer parar a Revolução; seria aventureirismo. Então o que é que temos que fazer? Temos que fazer uma guerra à longo prazo. Porquê? Porque só com uma guerra prolongada poderemos ganhar, e libertar a nossa Pátria".⁵

O estabelecimento do princípio da guerra popular prolongada marca a entrada numa segunda fase do conflito, cuja característica essencial é, talvez, aquilo a que poderíamos chamar de "maturidade estratégica" do movimento

guerrilheiro. O princípio fundamental é o de conquistar uma sólida e extensa base popular, o que transforma esta guerra num exemplo clássico, embora tardio, dos conflitos que, a partir da Segunda Guerra Mundial, opuseram regimes coloniais ocidentais a movimentos de libertação de inspiração marxista-maoísta e de base camponesa, em cenários localizados em África e no Oriente.⁶

No quadro de tal oposição, e do ponto de vista militar, as tácticas de utilização de minas seguiram padrões específicos determinados pelas estratégias militares. Assim, a Frelimo, inferior do ponto de vista de potencial militar, evitava o confronto directo com o exército colonial e, movimentando-se no mato procurava por todos os meios desgastá-lo. Uma das tácticas de eleição consistia na colocação de minas nas estradas, que dificultavam grandemente a movimentação das tropas portuguesas, desprovidas de equipamento sofisticado para a sua detecção. O relato do avanço de uma coluna através de uma "seara de minas" plantada pelos guerrilheiros algures em Cabo Delgado, embora extenso dá bem a ideia das dificuldades enfrentadas pelo exército colonial:

"A coluna começou a mover-se já o sol ia alto e o cacimbo derretia as últimas gotas que brilhavam sobre o capim. (...)

Um pouco mais adiante deixaram a picada principal, entraram numa outra velha e abandonada, que só quem conhecesse encontraria. Os picadores iniciaram o seu trabalho de espertar no chão coberto de folhas a verguinha da construção civil com que os equipavam. Mal ajeitados, os bolsos dos camuflados feitos em tiras como os exploradores dos velhos filmes do Oeste, as meias verdes do fardamento a apertarem as calças do camuflado, à jogador de golfe, os homens do pelotão dos 'picas' da companhia de caçadores do recrutamento da província não eram o exemplo do aprumo e atavio militar que as paradas propagandeavam. Entre eles distinguiam-se dois europeus por utilizarem uma espécie de aspirador doméstico com um par de auscultadores como acessório.

— Cuidado com isso — avisou o capitão para o alferes sapador que os comandava —, esses detectores de minas estão cá só para experiência. Coloque os homens que os levam no meio do pelotão. Não se podem estragar.

— Mas no meio do pelotão não servem para nada!

— Sempre servem, é melhor que nada e as ordens que me deram foram as de salvar a todo o custo essas maravilhas da técnica emprestadas pelos americanos. (...)

Não tinham andado um quilómetro na velha picada quando apareceram as primeiras minas.

— Rebentam-se ou levantam-se? — perguntou o alferes sapador.

— Rebentam-se — respondeu secamente o capitão, observando o trabalho dos soldados a porem-nas a descoberto.

Faziam-nas explodir por simpatia colocando-lhes por cima uma pequena carga de trotil. Assim não corriam o risco de um rebentamento de surpresa por estarem armadilhadas contra o levantamento.

— Se o meu capitão não se importa, eu levanto-a sem rebentar, já estou habituado — adiantou-se um sargento do quadro permanente, um profissional. — Por cada uma completa, o Comando-Chefe paga dois contos... sempre se ganha qualquer coisa... nunca há azar... — insistia.

— Aqui faz-se o que eu mando. — O capitão arregalou os olhos. — O Comando-Chefe paga dois contos por cada mina levantada e quanto paga por um homem desfeito? Além disso, fica a saber que nesta picada e nesta operação o comandante-chefe sou eu e não faço negócios! (...)

A picada passou a confundir-se com uma seara de minas, apareciam coladas umas às outras. No primeiro quilómetro contaram sessenta e demoraram seis horas a percorrê-lo.

Os homens deixaram de sair das viaturas, era um risco demasiado pôr um pé no chão. Ali comiam, de cima delas, agachados sobre os sacos de terra, se aliviavam, era sobre elas que passavam para renderem os que estavam à frente, num saltitar de revisores de comboio passando de carruagem em carruagem. Adormeciam sentados com os quicos a taparem-lhes as caras das mordidelas dos mosquitos. A princípio ainda saltavam estremunhados a cada explosão, mas os estrondos foram-se constituindo barulho de fundo a que já não ligavam, e só despertavam para limpar as gotas de suor a escorrer pela cara. (...)

De tarde o trabalho de detectar minas tornava-se uma tortura. Os aparelhos americanos assinalavam todos os pedaços de metal, os sapadores, com infinitos cuidados, afastavam a terra no ponto que emitia o sinal para os auscultadores, suavam de calor e tensão, por fim aparecia, às vezes, uma lata de conserva negra de ferrugem ou um velho invólucro de bala disparada há muito. (...)

— Já teremos chegado às oitenta? — perguntou o capitão.

A resposta foi um novo rebentamento. Teve a visão do sargento a ser projectado como atingido por um coice no estômago. O corpo caiu-lhe de roldão aos pés, na cara negra da pólvora e da terra queimada só os olhos se distinguiam, a revirarem-se nas órbitas, o branco a raiar-se de vermelho do sangue".⁷

As minas eram muitas vezes colocadas pelos guerrilheiros no quadro de emboscadas, visando confundir e enfraquecer as colunas inimigas para poder actuar com maior grau de eficácia.⁸ Outras vezes faziam parte de dispositivos armadilhados com o mesmo objectivo. O resultado era dramático para as forças opositoras, como se pode ver no seguinte relato:

"Uma força da Frelimo sabotou a estrada entre Fingoé e Macanga, bloqueando-a com troncos minados e duas granadas. No dia 19 de Julho [de 1971] o inimigo apareceu vindo de Fingoé. Os soldados começaram a tirar troncos para os lados para os carros passarem. Nisto explodiu a primeira granada, matando vários inimigos. Os portugueses pensaram que já não havia perigo e continuaram a mexer nos troncos o que causou a explosão da segunda granada. Então a coluna inimiga, desmoralizada com tantos mortos e feridos, desistiu da missão e regressou a Fingoé. (...)

Em 8 de Agosto de manhã um camião inimigo saiu de Oliveira em direcção à antiga picada de Causandeu. Pelas 13 horas o camião foi destruído por uma mina, tendo morrido muitos dos soldados que nele seguiam. Os soldados sobreviventes resolveram regressar para Oliveira a pé já que não tinham outra solução. Mas quando marchavam do lado direito da pista, poucos minutos depois pisaram outra mina e mais dois deles morreram. Teimosos, desesperados, resolveram passar para o lado esquerdo da pista. Poucos metros adiante tiveram a mesma sorte — cairam noutra mina e tiveram mais mortos e feridos. Os restantes então sentaram-se no chão e recusaram-se a dar mais um passo: chamaram um helicóptero que veio buscá-los, assim como aos mortos e feridos, cerca das 18 horas".⁹

Segundo o padrão clássico, as forças coloniais também desenvolveram a sua estratégia seguindo a tradição de contra-

insurgência desenvolvida por outros Estados coloniais noutros conflitos. Para além de linhas essenciais como a tentativa de conquista e controlo da população, ela incluía o apuramento das tácticas e organização militar e o aprofundamento do conhecimento das tácticas da guerrilha. Aqui, naturalmente, estava incluída uma perspectiva de utilização de minas, assim como o desenvolvimento de métodos para neutralizar as minas plantadas pelos guerrilheiros.

No essencial, a utilização das minas tinha sentidos tácticos diferentes: enquanto que a guerrilha as plantava para dificultar a movimentação do inimigo, remetendo-o a posições defensivas, o exército colonial, embora por vezes colocasse minas em trilhos suspeitos de serem utilizados pelos combatentes da Frelimo e como arma de campanhas de contra-terror, utilizava as minas principalmente para proteger linhas de defesa¹⁰ e as suas instalações fixas, como os quartéis e aldeamentos. Estes últimos, aglomerados populacionais edificados no âmbito da estratégia de reordenamento destinada a controlar as populações do teatro de operações como forma de impedir o contacto destas com os guerrilheiros, tinham regras precisas de defesa que incluíam torres de guarda, perímetros externos de segurança em arame-farpado e, naturalmente, cinturas de terreno minado.¹¹

Um exemplo clássico da utilização de minas pelas forças coloniais na defesa de instalações fixas é, sem dúvida, o de Cahora Bassa. A grande barragem de Tete começou a ser edificada numa altura em que a guerrilha se aproximava perigosamente da zona, e o processo da construção envolveu sem dúvida a utilização mais concentrada e extensiva de minas de que há memória em toda a guerra da independência. Por um lado, os guerrilheiros utilizavam minas ao longo de todas as vias de acesso a Cahora Bassa, particularmente a linha férrea Beira-Tete, no troço que atravessa a Mutarara, com o objectivo de impedir ou, pelo menos, dificultar a passagem dos materiais de construção (sobretudo o cimento) para a barragem. Por outro, as autoridades coloniais portuguesas anunciam bem alto na imprensa internacional que o complexo estava cercado pelo maior campo minado de que havia memória em África, com mais de 80.000 minas terrestres.¹²

Nas suas memórias publicadas em 1987, o General Kaúlza de Arriaga, Comandante-Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique, descreve de uma forma curiosa a difícil tarefa que enfrentou na protecção de Cahora Bassa em 1971-1972, devido aos limitados recursos à sua disposição, nomeadamente à escassez de minas:

"No plano de segurança de Cabora Bassa, relativo ao estaleiro, à barragem e à estação hidro-eléctrica, constava a montagem de um obstáculo formado por três coroas circulares de arame farpado, com os seus interiores constituídos por campos de minas anti-pessoal contínuos. Este obstáculo, devidamente vigiado, considerava-se intransponível para os terroristas. Contudo, e apesar de na Metrópole existirem dois ou três estabelecimentos fabris que produziam, a preços módicos, aquelas minas, elas nunca foram enviadas para Moçambique, em quantidades minimamente suficientes. Isto deu lugar a protestos do Comandante-Chefe, inclusive em sessões do próprio Conselho Superior de Defesa Nacional. Em consequência de tais protestos, foi reafirmado, sem ambiguidades, pelo Presidente do Conselho de Ministros e pelo Ministro da Defesa Nacional, o envio rápido das minas. Mas, mesmo assim, essas minas nunca foram de facto fornecidas a Moçambique. Houve, então, que implantar, num ou outro ponto, as pouquíssimas minas do antecedente existentes na Província, e que realizar uma operação psicológica no sentido de convencer todos os interessados da existência de campos de minas contínuos e eficazes. O resultado desta operação psicológica foi excelente, conseguindo-se convencer populações e inimigo de se terem estabelecido campos de minas invioláveis em torno de Cabora Bassa. E parece que, ainda hoje, a Frelimo toma precauções especiais na faixa envolvente de Cabora Bassa, temerosa de minas quase inexistentes".¹³

Com a actividade de construção da barragem, referimos atrás, a Frelimo concentrou grande parte da sua actividade de sabotagem em Tete nas vias que permitiam a circulação dos materiais para a obra, sobretudo no troço de Mutarara da linha férrea. Aos esforços da engenharia militar portuguesa correspondiam novas formas de sabotagem, numa espiral que levava à sofisticação dos processos. Tadeu Makhaza, que foi chefe de operações do Segundo Sector da guerrilha em Tete, lembra:

"Destruímos muitos combóios. Muitos combóios destruímos porque ultimamente utilizávamos já uma outra táctica. No princípio utilizávamos aquela coisa de minar. Colocar minas e depois sair, para então vir o combóio. Mas depois vinha a anti-sabotagem, a engenharia, e tirava a mina. Era um problema para nós. Esperávamos ali. Minávamos, punhamos o fio e esperávamos o combóio. Ái eles já não podiam escavar. Rebentávamos logo. Então o desenvolvimento foi este. Destruir também pontes, pontes da linha férrea..."¹⁴

Em relação às estradas, vimos já as dificuldades de circulação do exército colonial devido às minas. Mesmo quando os processos da sua detecção tinham um sucesso relativo, ele era obtido à custa de avanços muito lentos. Por isso um dos segredos para o rápido avanço da ofensiva colonial durante a operação Nô Górdio, ponto alto da campanha militar portuguesa em Cabo Delgado, que envolveu mais de 15.000 homens em meados de 1970 e infligiu duros golpes às forças guerrilheiras, consistiu na utilização de *bulldozers* que abriram novas estradas por onde o exército podia penetrar evitando as velhas picadas minadas.

É geralmente considerado que a principal resposta estratégica da Frelimo à contra-ofensiva colonial com a operação Nô Górdio, que enfraqueceu a frente de Cabo Delgado, consistiu num incremento da ofensiva guerrilheira em Tete, torneando as linhas inimigas. Aqui, também as minas fornecem importante indicador do evoluir da guerra, como se pode verificar no Quadro 2, que dá conta do grande aumento de minas accionadas e detectadas em Tete a partir de 1972.

Em Tete, sobretudo nas estradas que confluíam para Cabora Bassa e na estrada internacional que, passando por Tete ligava a então Salisbury a Blantyre, um dos métodos principais para evitar as minas dos guerrilheiros consistiu em alcatroar o piso. Todavia, não só as emboscadas prosseguiram e aumentaram, como também a colocação de minas em conexão com as emboscadas. É novamente Tadeu Makhaza quem dá conta dos níveis de sofisticação atingidos:

"A minha forma de minar aquilo [era assim]: não tinha máquina para cavar. Levava um machado qualquer, aquele grande, comprido, e cortava o alcatrão. Tirava uma tampa e punha de lado. Cavava, pegava na mina e metia. Voltávamos a colocar

a tampa de alcatrão. No mato não tínhamos outro instrumento a não ser pilar carvão e colocar [para disfarçar as juntas do corte]. (...) No tempo seco adoptávamos um sistema. Nesse tempo em que uma pessoa sofre com sede, sabotávamos com uma mina grande aqui, anti-carro, e então na única sombra perto punhamos minas pequenas [anti-pessoal]. Quando rebentava [a grande] eles vinham pôr os feridos à sombra e era então que começavam a dançar entre eles, eh! eh! eh! A situação já perigava muito".¹⁵

Quadro 2:
Minas Colocadas pela Frelimo no Teatro de Operações em
1971/1972, Segundo Fontes do Exército Colonial

DISTRITOS	NIASSA	C.DELGADO	TETE	TOTAL/3 DISTRITOS
Minas (accionadas)	127/111	283/213	167/390	577/714
Minas (detectadas)	159/143	852/650	395/1040	1306/1833
Total de Minas por Distrito	286/254	1135/863	562/1430	1983/2547

Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do Governo de Tete, Cx. s/n: Governo Geral/Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM): *Relatório Anual de Informações, 1972.*

Por volta de 1972 a província de Tete é já uma zona de passagem dos guerrilheiros para Sul, para os então distritos de Manica e Sofala, e, também, um território completamente transformado num imenso teatro de operações. A guerra de frentes preconizada pelos estrategos militares coloniais há muito se transformara numa guerra generalizada em que os estabelecimentos coloniais não passavam de pequenas "ilhas" defendidas a muito custo. Entre estas "ilhas" contavam-se os 251 aldeamentos onde as autoridades haviam confinado cerca de 287.000 pessoas, ou 70% da população da província, para impedir que esta apoiasse a guerrilha.¹⁶

Foi exactamente em volta destes aldeamentos que ocorreu grande número de acidentes com minas, colocadas com objectivos militares mas atingindo em grande medida a

população civil. Minas colocadas pelas forças coloniais para impedir a aproximação dos guerrilheiros, e minas colocadas pelos guerrilheiros para impedir a movimentação das forças coloniais e afastar a população dos aldeamentos.

Um registo colonial sobre as operações dos guerrilheiros nos aldeamentos de Tete, entre 1972 e 1974, e com base em tipos de operações, revela quão importantes eram os acidentes com minas. De facto, eles surgem em terceiro lugar, depois dos "ataques e flagelações" e dos "raptos", representando 17% do total.

Quadro 3:
Operações da Guerrilha contra os Aldeamentos de Tete entre Abril de 1972 e Junho de 1974, Segundo Fontes Coloniais

Ano	Período	Ataques	Raptos	Minas	Emboscadas	Roubo Gado	Roubo Comida
1972	Abr/Jun	12	10	2	1	-	2
	Jul/Set	27	16	11	2	-	-
	Out/Dez	28	18	35	4	2	1
1973	Jan/Mar	21	17	13	3	4	4
	Abr/Jun	24	11	11	5	16	3
	Jul/Set	38	14	16	8	26	6
	Out/Dez	30	20	12	6	43	6
1974	Jan/Mar	17	18	7	9	23	15
	Abr/Jun	26	10	12	5	4	17
Total		223	134	119	43	118	54

Fonte: Borges Coelho, Protected Villages and Communal Villages (já cit.): 270.

A relação entre os diferentes tipos de operações revela também, de alguma forma, a evolução da guerra e do envolvimento da população nela. Em finais de 1972 os acidentes com minas surgem nitidamente em primeiro lugar, representando 40% do total de operações da tipologia. Trata-se do período em que, com o estabelecimento de um programa centralizado de reordenamento, a construção de aldeamentos recebeu um grande ímpeto. A transferência e,

em geral, a movimentação de populações tornou-as, eventualmente, mais vulneráveis aos acidentes com minas. Com o decorrer do tempo e o avanço dos guerrilheiros no terreno, a percentagem de acidentes com minas permanecerá relativamente estável enquanto que os ataques e o roubo de gado e comida subirão substancialmente.

Por outro lado, o Quadro 4 mostra o efeito desses acidentes nas populações dos aldeamentos. Revela uma maior vulnerabilidade em finais de 1972, já verificada no quadro anterior. Tal vulnerabilidade é grandemente acrescida pelo facto do praticamente nulo índice de detecção das minas, quer por parte das milícias e guardas rurais coloniais quer das próprias populações.

Quadro 4:

Impacto das Minas Sobre a População dos Aldeamentos de Tete entre Abril de 1972 e Junho de 1974, Segundo uma Fonte Colonial

Ano	Trimestre	Mortos	Feridos	Minas Detectadas
1972	Abril-Junho	1	10	4
	Julho-Setembro	4	28	-
	Outubro-Dezembro	18	67	4
1973	Janeiro-Março	9	16	4
	Abril-Junho	4	13	-
	Julho-Setembro	7	31	-
	Outubro-Dezembro	6	37	1
1974	Janeiro-Março	5	20	3
	Abril-Junho	5	43	2

Fonte: Comando da ZOT [Zona Operacional de Tete] / 4a. Secção, "Accções do Inimigo Sobre as Populações Durante o Período (Relatórios Semanais entre 1 de Maio de 1972 e 14 de Julho de 1974).

Quanto às circunstâncias dos acidentes, os elementos do registo baseiam-se numa tipologia pouco clara. Segundo se depreende deles, 59% dos acidentes ocorreram no aldeamento ou arredores, 25% na estrada entre aldeamentos, 13% nas machambas (quando as vítimas cultivavam), e 3%

na recolha de água. Muito provavelmente o grupo maioritário de acidentes nos aldeamentos e arredores inclui também actividades na machamba e na recolha de lenha e transporte de água. Embora seja difícil de determinar, por nem todas as notícias serem detalhadas, as que o são deixam crer que na sua maioria as vítimas eram mulheres, contando-se também um elevado número de crianças.

Por outro lado, o Quadro 4 revela que dos casos de vítimas registados apenas 22% foram mortais. Considerando que a amputação era o resultado mais comum das vítimas não mortais dos acidentes com minas, depreende-se que o extremo esforço desenvolvido pelo povo moçambicano, neste caso específico, o povo de Tete, para a conquista da independência nacional implicou também um cortejo de mutilados.

3. Após a Independência

A guerra travada contra a ocupação colonial chegou ao fim na sequência do golpe militar português de 25 de Abril de 1974. A Frelimo, emergindo vitoriosa da luta de libertação, assumiu sózinha o poder e procurou implantar um regime de tipo socialista.

Em 1977, dois anos apenas após a independência, teve início um longo conflito interno opondo o governo à Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Esta foi criada nesse ano pelo Gabinete Central de Inteligência (CIO) da Rodésia, em retaliação contra o apoio que Moçambique concedia aos guerrilheiros do Zimbabwe. Em 1980, pouco antes da independência do Zimbabwe, a coordenação das actividades da Renamo foi transferida para a África do Sul e passou a ser levada a cabo pela Direcção de Inteligência Militar (MID).

Em 1983, parcialmente em resultado da pressão da guerra, a Frelimo começou a mudar a sua política em direcção a um sistema de mercado livre, prosseguindo internacionalmente com uma posição não-alinhada e desenvolvendo cada vez melhores relações com muitas nações ocidentais. Todavia, a guerra impedia a introdução de

reformas em larga escala. Ao mesmo tempo, a Renamo ganhava cada vez maior autonomia e enraizamento em território moçambicano e expandia as suas operações de forma muitas vezes brutal e à custa da morte de milhares de civis. O MID continuou a apoiar a Renamo com armas e informações até que Fredrick de Klerk assumiu a presidência sul-africana, em finais de 1989. A partir da segunda metade de 1988 tinha-se já tornado claro que não havia solução militar para a guerra.

Após várias iniciativas diplomáticas fracassadas e sucessivas falsas partidas, em Julho de 1990 começaram finalmente negociações directas que culminaram no Acordo Geral de Paz assinado em Roma, em 4 de Outubro de 1992, entre o Governo e a Renamo. Sob os termos do acordo, forças do Governo e da Renamo deveriam formar um novo exército conjunto de 30.000 homens. As Nações Unidas estabeleceram uma missão composta por mais de 7.000 homens, a ONUMOZ, com o papel de mediadora na implementação do acordo, que decorreu durante um período de transição de dois anos. A ONUMOZ retirou-se em Dezembro de 1994, na sequência do resultado das eleições de Outubro, que concluíram de forma pacífica a transição.

Embora se tenham utilizado minas de uma forma sistemática desde 1965, a maioria das minas existentes em Moçambique terá sido plantada pelo Governo e pela Renamo entre 1978 e 1990. Ninguém conhece exactamente a extensão deste problema, que a maioria dos estudos feitos considera tratar-se de um problema desigual mas muito sério. A estimativa mais divulgada foi a estabelecida pelas Nações Unidas em Dezembro de 1992, que considera existirem no país cerca de 2 milhões de minas. Porém, este número não tem uma base científica e foi estabelecido a partir da média de diversas estimativas que circulavam na altura. Os trabalhos levados a cabo pelo Human Rights Watch,¹⁷ pelo Halo Trust¹⁸ e outros, indicam que se tratava de uma sobreestimação e que o número de minas no país não ultrapassará algumas centenas de milhar.

A grande maioria das minas de Moçambique é de origem soviética ou da Europa de Leste. Essas minas foram utilizadas tanto pelo Governo como pela Renamo. As minas

anti-pessoal encontradas em maiores quantidades nas operações de desminagem e na inspecção de arsenais são as PMN, POMZ-2 e POMZ-2M, todas da ex-União Soviética. Cerca de 34 outros tipos de minas anti-pessoal foram encontrados em menores quantidades, se bem que significativas (ver Apêndice). A sua origem é França, Itália, Portugal e Estados Unidos da América.¹⁹ Algumas minas parecem ter vindo para Moçambique através de circuitos algo complexos. Algumas minas francesas, por exemplo, terão sido utilizadas originariamente pelos franceses na Argélia, de onde terão vindo após terem sido preservadas na sequência de actividades de desminagem.

As minas da Renamo foram inicialmente fornecidas pelos rodesianos e, mais tarde, pelos sul-africanos. Na sua maioria, eram de fabrico soviético ou da Europa do Leste. Os rodesianos obtiveram algumas das suas minas da África do Sul e outras no decurso de operações de contra-insurgência na Zâmbia e Moçambique. A África do Sul produz as suas próprias minas mas, também, capturou muitas minas soviéticas e europeias-orientais durante as suas operações militares no interior de Angola, após 1975, em apoio aos rebeldes da Unita.

Porém, a partir de finais de 1980 a Renamo passou a depender em grande medida de armas e minas capturadas às forças armadas do Governo, facto amplamente divulgado pelos rebeldes. Segundo estes, em 1990, em Namapa (Nampula), por exemplo, "as nossas forças capturaram 8 toneladas de morteiros, 359 minas anti-pessoal e um transmissor militar".²⁰ Quando o Governo mostrou à imprensa bases da Renamo recém-capturadas, em finais da década de 1980, uma parte significativa do armamento lá encontrado parece ter sido anteriormente obtido pela Renamo de forças governamentais.

Apesar de tudo, até ao Acordo de Paz de Outubro de 1992 o Governo moçambicano continuou a afirmar haver evidências segundo as quais o Governo sul-africano, ou individualidades da África do Sul, continuaram a fornecer armamento à Renamo. Uma dessas evidências foi reportada no *Notícias* de 21 de Fevereiro de 1989, que apresentava a entrevista a um guerrilheiro da Renamo capturado, Moisés

Macaxaze. Macaxaze afirmou que quando estava com a Renamo observou um avião sul-africano lançar suprimentos de minas anti-carro, anti-pessoal e outro tipo de munições no distrito de Chibuto, província de Gaza, em 12 de Novembro de 1988.

As minas foram utilizadas de diversas maneiras pelas partes em conflito, frequentemente em violação quer da leis internacionais quer do Protocolo das Minas de Guerra.²¹ O Governo e a Renamo colocaram regularmente minas ao acaso e de forma indiscriminada, como processo táctico para deter ataques de infantaria ou o avanço de patrulhas de reconhecimento. Porém, muitas vezes foram os civis as vítimas de tais minas, da colocação das quais nenhuma das partes manteve registos sistemáticos. Para além de vítimas directas, as comunidades sofreram de diversas formas, nomeadamente nas dificuldades de acesso aos campos de cultivo e fontes de água, constituindo também, portanto, um factor adicional nas dificuldades de sobrevivência.

A guerra da Renamo contra o Governo visava devastar a economia e isolar as forças governamentais nos quartéis e cidades. A Renamo incidiu grande parte do seu esforço no bloqueio do tráfico rodoviário e no isolamento das posições governamentais. Neste esforço as minas desempenharam um papel importante. A Renamo contou, a este respeito, a partir de finais da década de 1970, com o apoio das forças rodesianas, e no início dos anos oitenta, das forças sul-africanas. Porém, depois de 1985 a Renamo começou cada vez mais a escolher os seus próprios alvos e a colocar as suas próprias minas. Segundo militares da Renamo, o movimento experimentou uma grande escassez de minas nos finais da década de 1980, sobretudo devido à extensão das suas linhas de abastecimento. Embora as minas abundassem nas bases principais dos rebeldes, o seu transporte através de longas distâncias para as unidades em operações tornou-se um problema difícil de superar, sobretudo a partir da altura em que os lançamentos clandestinos de munições por parte das forças sul-africanas começaram a declinar.

A Renamo colocava minas nas estradas principais e nas picadas rurais, usando sobretudo minas anti-carro na tentativa de bloquear as vias. Em alguns casos, particularmente ao longo

da fronteira com o Zimbabwe, as minas anti-carro eram cercadas por minas anti-pessoal de forma a dificultar as operações de desminagem. Nas estradas, tanto as minas anti-carro como as minas anti-pessoal eram utilizadas conforme o objectivo, ou seja, se se tratava de uma coluna de veículos, uma coluna de blindados ou uma patrulha a pé. Devido à escassez de minas, os guerrilheiros da Renamo também costumavam levantá-las para as tornar a utilizar noutra operação, se elas não chegavam a ser accionadas. Essas operações eram levadas a cabo por guerrilheiros especialmente treinados, que tinham direito a ração melhorada e outros prémios. Em alguns casos os caminhos eram dificultados ou bloqueados para canalizar os viajantes e viaturas para as áreas minadas. As minas anti-pessoal eram também utilizadas para atingir as pessoas que tentavam escapar ou procurar refúgio durante as emboscadas.

As pistas de aviação constituíam também um alvo importante para as minas da Renamo. Visando impedir os reabastecimentos aéreos das forças governamentais, o movimento enviava frequentemente grupos de combatentes para minar as pistas de aviação dos distritos recuados. As forças governamentais utilizavam muitas vezes veículos ou manadas de animais para "limpar" as pistas de aviação antes de aterragem dos aviões. Em 1991 e 1992 ocorreram vários acidentes do tipo protagonizados por aviões do Comité Internacional da Cruz Vermelha em zonas da Renamo. Nem sempre ficou claro quem colocou tais minas. Se esta era uma prática da Renamo, também é certo que nesta altura o Governo tinha relutância em permitir a chegada de ajuda humanitária às zonas da Renamo. Além disso, a Renamo também alega que as tropas zimbabweanas minaram pistas de aterragem utilizadas pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha na província de Sofala.

O exército rodesiano começou em 1977 a formar combatentes da Renamo na utilização de minas, ministrando-lhes treino básico sobre como e onde colocá-las, como activá-las e armadilhá-las. Por volta de 1979 eram já frequentes os incidentes ao longo das fronteiras de Moçambique. Um livro ilustrado de Barbara Cole sobre as operações dos Serviços Aéreos Especiais (SAS) da Rodésia inclui a fotografia de uma

unidade dos SAS ensinando a combatentes da Renamo como colocar minas. Cole observa que "os rodesianos ensinaram e orientaram a Renamo a colocar minas, a atacar alvos e a tirar rendimento das armas e munições capturadas".²²

Quando a África do Sul passou a coordenar as operações da Renamo, em 1980, também assumiu a formação em actividades de colocação de minas. Um manual de treino da Renamo, de 1982, explica como e onde colocar minas. Insiste particularmente nas técnicas de emboscada e como canalizar as viaturas para as zonas minadas da estrada. O documento também salienta a importância da utilização do armamento capturado.

Guerrilheiros da Renamo entrevistados em Junho de 1993 confirmaram a existência de especialistas treinados na colocação e levantamento de minas. Um cooperante alemão, Robert Rosskamp, mantido refém na base provincial da Renamo em Tete, em 1986, verificou que existia uma hierarquia no seio da Renamo, e cada pessoa revelava a sua posição através da ostentação de um tecido colorido. Os chefes especiais deste campo, que usavam lenços de pescoço amarelos, comandavam unidades de colocação de minas, de lançadores de granadas ou operadores de rádio.²³ Tal como indica o relato de Rosskamp, a colocação de minas era uma actividade especializada, recompensada com diversos privilégios. Vários membros da Renamo referiram que aqueles especialistas relutavam em ensinar as suas técnicas dado que isso poderia ameaçar potencialmente os seus privilégios.

O Governo e seus aliados recorreram à minagem defensiva para proteger instalações económicas-chave e outros locais estratégicos da tentativa de sabotagem ou ocupação por parte dos insurgentes. O Governo utilizou minas anti-pessoal, por exemplo, para proteger as bases dos postes de transporte de energia²⁴ e as pontes das incursões de sabotagem. O acesso a estradas e vias férreas, as barragens e represas, as fábricas e as canalizações de transporte de água eram protegidos da mesma maneira. Além disso, as forças militares governamentais também estabeleceram campos minados de protecção no perímetro das cidades e vilas sob risco de ataque da Renamo. Muitos hospitais e postos de saúde foram também defendidos por minas na

tentativa de evitar o saque de medicamentos por parte da Renamo. Grandes campos de minas cercavam também os quartéis e postos defensivos das unidades militares governamentais, especialmente na Zambézia. A Renamo utilizava por vezes manadas de animais para abrir brechas nestes campos, como aconteceu no ataque ao projecto da barragem dos Pequenos Libombos, em Maputo, no ano de 1989.

No início da década de 1980, o Governo estabeleceu grandes campos minados defensivos ao longo da fronteira com a África do Sul, antecipando uma possível invasão sul-africana. Partes da fronteira com o Malawi foram também minadas e provavelmente também partes da fronteira com a Suazilândia. Muitos destes campos de minas foram registados. Os campos de minas em redor de algumas instalações militares estão claramente assinalados.

As patrulhas governamentais também colocavam minas em redor das suas posições quando paravam para descansar, à noite. Algumas dessas minas eram deixadas no local quando as patrulhas voltavam a partir, colocando os civis da zona em grande risco.

As forças governamentais também utilizaram minas nas emboscadas contra a Renamo. Neste caso eram utilizadas sobretudo minas anti-pessoal dado que a Renamo não possuía viaturas e se movimentava sobretudo no mato. Só muito raramente se verificou a utilização de minas anti-carro por parte das forças do Governo.

Tanto as forças do Governo como as da Renamo utilizaram também espoletas de pressão e tracção, e armadilhas que incluíam minas e explosivos ligados a elas. Forças da Renamo foram treinadas por rodesianos e sul-africanos na colocação de minas armadilhadas, ligadas a outras minas, explosivos plásticos, granadas e outros dispositivos. Em Janeiro de 1993, a sul da aldeia de Nambui (no distrito de Morrumbala, província da Zambézia), as forças do governo desactivaram duas minas anti-carro TM-46 sem espoletas e associadas a projéctéis de RPG-7 para potenciar o efeito da explosão. Este mecanismo havia sido colocado pela Renamo na tentativa de uma emboscada.

Antigos operacionais das forças especiais rodesianas e sul-africanas que colaboraram com a Renamo até meados da década de 1980 admitiram ao Human Rights Watch ter improvisado explosivos de plástico que foram colocados ao longo das torres de energia de Cahora Bassa. Porém, um especialista de minas da Renamo entrevistado em Junho de 1993 afirmou que os seus homens raramente se preocupavam com a colocação de armadilhas dado que requeriam "demasiado trabalho, especialmente porque aquelas minas podiam voltar a ser necessárias noutro local, se não actuassem". Entrevistas com soldados governamentais e vítimas de minas apoiam esta perspectiva. Parece que a única altura em que a Renamo utilizava consistentemente este tipo de armadilhas era quando pretendia impedir a reabilitação de instalações económicas e de comunicações, tais como linhas telefónicas e de energia. Nem sempre as minas eram colocadas no solo. Em 31 de Agosto de 1989, por exemplo, explodiu uma mina no telhado da fábrica Mobeira, na Beira, matando um operário.

Os soldados governamentais também foram treinados em técnicas de colocação de armadilhas. Algumas minas dos campos defensivos estavam armadilhadas para impedir a Renamo de as retirar para voltar a utilizar mais tarde, contra o Governo.

A Frelimo começou a colocar minas em 1977, quando as incursões rodesianas passaram a representar uma ameaça à segurança do país. Muitos dos seus especialistas haviam sido treinados na Tanzânia, na China e na Argélia, durante a luta contra o regime colonial português. Afirmou um oficial da Frelimo em Dezembro de 1992: "Eu fui treinado em técnicas de colocação de minas na Argélia, em 1968. De lá para cá usei os meus conhecimentos contra os portugueses, os rodesianos e a Renamo. Nestes anos todos coloquei mais de 30 tipos diferentes de minas em solo moçambicano". O principal especialista de minas das forças do Governo nas províncias de Mánica e Sofala, Capitão Boaventura Carvalho, numa entrevista em Junho de 1993, disse que na década de 1980 os soldados eram seleccionados para aprenderem técnicas da guerra de minas na União Soviética e que um centro de formação tinha também passado a funcionar em

Nampula no início da mesma década. O exército governamental também recebeu formação neste domínio, ministrada pelo *British Military Assistance Training Team* (BMATT) em Nyanga, no Zimbabwe.

Mas neste conflito recente, as forças do Governo e da Renamo não foram as únicas a utilizar minas: Entre o início de 1987 e meados de 1993 o exército malawiano colocou tropas para proteger o corredor ferroviário de Nacala. Durante a guerra, esses soldados utilizaram fornecimentos de minas norte-americanas para proteger a linha férrea, sem contudo os utilizarem em acções ofensivas.

Os Serviços Aéreos Especiais (SAS) da Rodésia, Selous Scouts, e unidades da Infantaria Ligeira da Rodésia (RLI) colocaram minas com a Renamo entre 1977 e 1980. Estas unidades usavam frequentemente minas sul-africanas (Shrapnel No.2) nas suas operações em Moçambique. Fornecimentos destes minas e outro tipo de munições foram muitas vezes lançados do ar, no interior de Moçambique, para estas unidades. Estas minas foram utilizadas num ataque dos SAS contra a guarnição de Chioco (província de Tete), em 24 de Março de 1977. Na ocasião, os SAS armadilharam um grupo de dez minas destas nas paredes de dois armazéns de zinco e ligaram-os a um interruptor para explodirem simultaneamente. Em Setembro-Outubro de 1979, os SAS utilizaram minas nos flancos e rectaguarda dos seus grupos no decorrer de operações de emboscada na zona de Chimoio.²⁵

Entre 1980 e 1985, também forças especiais sul-africanas apoiaram a Renamo na colocação de minas em infraestruturas económicas e outros alvos. Nessas operações foram utilizadas tanto minas sul-africanas como minas soviéticas e da Europa de Leste, capturadas em Angola.

Na luta contra a Renamo, as forças do Governo foram apoiadas por perto de 7.000 soldados tanzanianos. As tropas tanzanianas estabeleceram campos de minas defensivos em volta das suas bases, na província da Zambézia. A margem norte do rio Zambeze, em volta da aldeia de Chimura (distrito de Mopeia), a 25 km de Mocubela, está minada com minas anti-pessoal colocadas pelo exército tanzaniano. Quando estas forças regressaram a casa, em Dezembro de 1988, não deixaram mapas assinalando os locais minados.

Quadro 5:
Sítios Minados e Presumíveis Autores da Minagem (Levantamento até
Julho de 1994)²⁶

Província	Minas Detec- tadas	Autores Presumíveis da Colocação						
		D	F	R	P	RN	Z	T
Cabo Delgado	296	9	76	6	19	0	0	0
Niassa	1.104	5	78	6	1	0	0	0
Nampula	884	19	74	19	2	0	0	0
Zambézia	1.669	30	88	51	0	0	0	2
Tete	978	20	64	20	3	10	10	0
Manica	768	2	30	12	0	1	1	0
Sofala	259	7	25	29	0	0	1	0
Inhambane	133	4	50	13	0	5	0	0
Gaza	164	1	31	14	0	2	0	0
Maputo	2.090	--	--	--	--	--	--	--
Totais	8.345	97	516	170	25	18	12	2

Legenda: D = Desconhecido; F = Frelimo (inclui colocações antes e depois da independência); R = Renamo; P = Portugal (exército colonial); RN = Rodésia; Z = Zimbabwe; T = Tanzânia. Não são referidos autores presumíveis no caso de Maputo, que se refere à Província de Maputo, excluindo a cidade de Maputo.

Fonte: UNOHAC, Mozambique National Mine Survey (10 províncias, excluindo a cidade de Maputo), Maputo: ONUMOZ, 1994.

Durante a guerra, a Renamo afirmou que o Exército Nacional do Zimbabwe (ZNA) colocava minas contra as suas forças. Um comunicado da Renamo afirma que "as tropas zimbabwianas colocaram minas anti-pessoal ao longo das margens do rio Zambeze para matar quem tente atravessá-lo. Até à data morreram 275 pessoas e 491 ficaram feridas. Os feridos civis estão a receber tratamento em hospitais da Renamo".²⁷ Parece que as forças zimbabwianas também utilizaram minas em algumas das suas operações especiais. Num dos casos um soldado recebeu uma pesada sentença de prisão por ter utilizado minas contra aldeões civis.

4. Conclusão

As guerras que se sucederam em Moçambique neste longo período de trinta anos deixaram como herança um problema muito sério de minas, embora de gravidade variável de província para província. Todas as forças intervenientes nos dois conflitos, incluindo o exército colonial português, a Frelimo (primeiro como força nacionalista de libertação e depois como Governo), a Renamo, as forças rodesianas e sul-africanas, e os exércitos malawiano, tanzaniano e zimbabweano, foram responsáveis pela colocação de minas, sobretudo anti-pessoal. Estas minas foram fabricadas por diversos países, incluindo a antiga União Soviética, Bélgica, China, França, antiga Alemanha Oriental, Itália, Portugal, África do Sul, Reino Unido, Estados Unidos da América, antiga Jugoslávia e Zimbabwe.

A maior parte das minas foi colocada sem que se mantivessem registos ou se assinalassem locais e avisos para a população civil. Não foram desenvolvidos esforços sistemáticos para minimizar o impacto das minas em termos de vítimas civis. De facto, grande parte das minas foi colocada de forma a que as vítimas não pudessem ser outras senão populações civis. Um dos objectivos da disseminação de minas ao acaso em zonas muito povoadas era precisamente o de provocar grande número de vítimas civis e, portanto, aterrorizar a população. O impacto humano das minas tenderá a aumentar em algumas áreas a curto prazo, à medida em que os refugiados e deslocados, entretanto regressados às suas terras, começam a cultivar os campos e a frequentar os caminhos minados na sua ausência.

A utilização de minas nos conflitos, como procurámos mostrar, revela propósitos táticos muito específicos, defensivos e ofensivos, que tornam estas armas de alguma maneira úteis para se conseguirem vantagens sobre os inimigos. Este é um factor preocupante, sobretudo quando sabemos que, em caso de conflito, eventuais princípios humanitários se submetem sempre ao objectivo de vencer a guerra, e que quase sempre as minas são usadas visando um impacto mais ou menos directo sobre a população civil.

NOTAS

¹Região Militar de Moçambique/Quartel-General (2^a. Rep.), *SUPINTREP N^o.18, Potencial de Combate das Forças da Frelimo*, Nampula (Março de 1968).

²*Idem, ibidem.*

³Ver João Paulo Borges Coelho, *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War* (Tese Ph.D), Bradford, Universidade de Bradford (Department of Social and Economic Studies), 1993: 175-176, 189-192, e *passim*. Fontes importantes para a avaliação quantitativa das forças, entre outras, Região Militar de Moçambique/Quartel-General (2^a. Rep.), *SUPINTREP N^o.18* (já cit.), e Estado Maior do Executo [de Portugal], *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). Volume 4: Dispositivo das Nossas Forças – Moçambique*, Lisboa, 1989.

⁴Sobre as reformas do exército da Frelimo ver Eduardo Mondlane, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Sá da Costa, 1977: 167-170.

⁵*Voz da Revolução*, No.8, Maio de 1968 (Dar-es-Salaam), in Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o Inimigo?*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978: 237. O número de soldados coloniais referido no texto é manifestamente exagerado.

⁶Evidentemente que tal estratégia militar não está desligada de opções políticas e ideológicas tomadas sobretudo no quadro da Guerra Fria, que não temos espaço neste texto para explorar.

⁷Carlos Vale Ferraz, *Nó Cego*, Lisboa, Bertrand, 1982: 119-122.

⁸Esta táctica de guerrilha é clássica. Basil Davidson, *The People's Cause. A History of Guerrillas in Africa*, London, Longman, 1981: 179-184, descreve a sua utilização pelo MPLA em Angola.

⁹*Voz da Revolução*, No.5, Outubro de 1971.

¹⁰No que contou, pelo menos em Tete e Manica, com a colaboração das forças militares rodesianas. Em 1974, os rodesianos terão instalado um campo de minas de 8 km de comprimento em Mukumbura, na província de Tete, na tentativa de estancar a infiltração da ZANU. Seria o primeiro dos muitos campos de minas que os rodesianos viriam a plantar até à independência do Zimbabwe, em 1980.

¹¹Ver Borges Coelho, *Protected Villages and Communal Villages...* (já cit.): 275 e *passim*.

¹²Ver *The Daily Telegraph* (Reino Unido), 2 de Julho 1973.

¹³General Kaúlza de Arriaga, *Guerra e Política: Em Nome da Verdade os Anos Decisivos*, Lisboa, Ed. Referendo, 1987: 231.

¹⁴João Paulo Borges Coelho, "Entrevista com a Associação dos Antigos Combatentes de Tete: Uma Conversa sobre a Luta de Libertação Nacional na Frente de Tete", *Arquivo*, 13, 1993: 123.

¹⁵Borges Coelho, "Entrevista com a Associação..." (já cit.): 123-124.

¹⁶Sobre este processo, e sua quantificação, ver Borges Coelho *Protected Villages and Communal Villages...* (já cit.): 214-237.

¹⁷Human Rights Watch, *Landmines in Mozambique*, New York, Human Rights Watch, 1994.

¹⁸UNOHAC, *Mozambique National Mine Survey* (10 províncias, excluindo a cidade de Maputo), Maputo, ONUMOZ, 1994.

¹⁹Human Rights Watch, *Landmines in Mozambique* (já cit.).

²⁰Renamo, "Comunicado Presidencial" No. 11/495/90.

²¹Human Rights Watch, *Landmines in Mozambique* (já cit.): 104-112.

²²Barbara Cole, *The Elite: Rhodesian Special Air Service Pictorial*, Transkei, Three Knights, 1986: 123.

²³Nick Baron, "Diary of a Kidnapping in Mozambique, by Robert Rosskamp: an Analysis", (manuscrito inédito).

²⁴Ver comunicação de Fuade Sultuane neste mesmo número.

²⁵Barbara Cole, *The Elite: The Story of the Rhodesian Special Air Service*, Transkei: Three Knights, 1985: 123, 129, 134.

²⁶Com exceção da coluna "minas detectadas", os números do Quadro 5 referem-se não a número de minas mas a sítios com minas (cada um com mais que uma mina). O estudo não apresenta presumíveis autores de colocação de minas no caso da província de Maputo.

²⁷Renamo, "Comunicado Presidencial" No.10/495/90, Setembro.

APÊNDICE

Descrição de Minas Anti-Pessoal e Anti-Carro Encontradas em Moçambique

Ex-União Soviética

PMN

Origem: Ex-U.R.S.S. (copiada pela China e Iraque)

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia

A PMN, uma mina muito comum, é talvez responsável pelo maior número de mortes e amputações em acidentes relacionados com minas, em todo o mundo. Embora facilmente detectável, este engenho possui um grande conteúdo de explosivo (240 gramas de TNT) e requer uma pressão directa de apenas 0,25 kg para iniciar a explosão. Os ferimentos provocados por ela são frequentemente fatais.

PMN-2

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Angola, Moçambique

A PMN-2 difere da PMN sobretudo no facto do mecanismo retardador, uma vez despoletado, ser irreversível,

não se conhecendo nenhuma técnica de neutralização.

PMD-6(M) (alcunhada de mina-caixa)

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Angola, Moçambique, Namíbia, Zâmbia

Esta mina está contida numa caixa de madeira com um bloco de TNT activado quando uma pressão de 1-10 kg no sentido de cima para baixo, exercida na caixa, solta a cavilha de um detonador MUV-2. O seu sistema de funcionamento tem sido amplamente copiado. Depois de enterrada há algum tempo esta mina torna-se instável, acabando finalmente por não funcionar quando a madeira apodrece. O detonador tem um elevado conteúdo de metal, o que ajuda à sua detecção.

POMZ-2 e POMZ-2M

Origem: Ex-U.R.S.S. (copiadas pela China, Ex-Alemanha Oriental, e Coreia do Norte)

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Fragmentação anti-pessoal

Iniciação: Fio de arame

Registada em: Angola,

Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia, Zimbabwe

Ambos os tipos consistem de um invólucro de fragmentação de ferro montado numa estaca de madeira. O invólucro contém uma carga de 75 gramas de TNT e um detonador (normalmente de tipo MUV) saliente na sua extremidade superior. Esta mina é normalmente colocada no meio da vegetação com a extremidade superior aproximadamente a 30 cm acima do chão e o fio de arame ligado a um objecto fixo. Várias minas podem estar conectadas a vários arames, e vários arames podem estar ligados a uma única mina. O arame está ligado a uma cavilha percutora no detonador. Uma tracção de aproximadamente 1 Kg no arame solta o percutor e inicia a explosão. A POMZ-2 tem seis filas de fragmentação; a POMZ-2M tem apenas cinco. Ambas as minas possuem um raio mortal efectivo de até 25 metros.

OZM-4

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Fragmentação anti-pessoal expansiva

Iniciação: Tracção ou pressão

Registada em: Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia

Um derivado maior da OZM-3, que porém não pode ser detonada electricamente. O raio

letal quando da fragmentação é de 15 metros.

OZM-72

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Fragmentação anti-pessoal expansiva

Iniciação: Tracção, pressão ou controle remoto

Registada em: Angola, Moçambique, África do Sul, Zâmbia

Esta mina é accionada quer por controle remoto eléctrico, quer por detonador de tracção ou pressão. Quando a mina é accionada uma carga expansiva atira-a para cima, retesando o arame de ligação que acciona por sua vez o detonador a cerca de 1 metro acima da superfície. A carga principal explode nessa altura, atirando com estilhaços de metal em todas as direcções. Possui um raio letal de 25-30 metros. Quando é usado um detonador eléctrico a mina explode imediatamente. Neste caso, portanto, a mina é colocada acima do chão.

MON-50

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Fragmentação anti-pessoal direccional

Iniciação: Controle remoto ou fio de arame

Registada em: Angola, Moçambique, África do Sul, Zâmbia

A MON-50 é um derivado soviético virtualmente idêntico à norte-americana M18A1 Claymore, com um raio letal de 50 metros. Esta mina possui um corpo de plástico com fiadas de fragmentos incorporados do lado mais próximo do alvo. Existem duas variantes, uma com fragmentos na forma de bolas de aço e a outra com fragmentos cilíndricos de arame cortado. A altura do padrão de fragmentação pode ser ajustada.

MON-100 e MON-200

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Fragmentação anti-pessoal direccional

Iniciação: Controle remoto ou fio de arame

Registada em: Angola, Moçambique (MON-100), África do Sul (MON-100), Zâmbia

Esta mina possui um invólucro cilíndrico com um diâmetro facial de 220 mm e contém 450 bocados de fragmentação de aço montados em 5 kg de explosivo plástico. A zona mortal situa-se nos 100 metros e os fabricantes asseguram que 50% dos seus fragmentos de aço golpeiam dentro de um espaço de 5 metros do alvo da mina.

A MON-200 é uma versão maior da MON-100. Consiste num invólucro metálico contendo a carga explosiva e

900 fragmentos de aço. Tal como a MON-100, os fragmentos cilíndricos de aço estão incorporados no molde de plástico em frente do explosivo.

TM 46

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Zâmbia, Zimbábue

Consiste num invólucro de folha metálica com uma pega e uma carga explosiva, com um diafragma a separar o prato de pressão da carga. O teor metálico torna-a detectável. Existem cópias da TM-46 produzidas no Egito (M/71) e em Israel (No.6).

TMN 46

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia

Idêntica à TM-46 mas com um detonador adicional para impedir que seja desarmadilhada. Consiste também num corpo de folha metálica com pega, numa carga explosiva e num diafragma de pressão.

TM-57

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia,

Zâmbia, Zimbabwe

Existem pelo menos dois modelos desta mina com invólucro metálico e, portanto, detectável, e geralmente resistente à neutralização por meio de explosivos.

TM-62D

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: África do Sul, Moçambique, Zâmbia

É uma variante das minas convencionais de explosão anti-carro da série TM-62, com caixa de madeira e, portanto, muito difícil de detectar. É a única mina rectangular da série. As outras minas da série são as seguintes: TM-62M (caixa metálica); TM-62P (caixa de plástico); TM-62 P2 (caixa de plástico); TM-62 P3 (caixa de plástico); e TM-62B (sem caixa). Embora ainda não se tenham encontrado na região, existem muitos tipos de detonadores para usar nesta mina, incluindo detonadores magnéticos. O detonador mais comum na região, o MVCh-62, é geralmente resistente à neutralização por meio de explosivos.

TM-62M

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia,

Zâmbia

É a mina original das minas de explosão anti-carro da série TM-62. Possui um corpo em folha metálica com uma pega de fita de *nylon*. Possui um mecanismo anti-desarmadilhamento, o MS-3.

TM-62P

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: África do Sul, Moçambique, Zâmbia

É plástica e de formato cilíndrico. O detonador desta mina vulgarmente encontrado na região é o MVP-62. Contrariamente a duas das suas predecessoras, a TMN-46 e a TM-57, não tem um detonador secundário com fins de armadilhamento. Porém, tal como a TM-62M, tem um mecanismo especial de anti-desarmadilhamento, o Ms-3.

TMD-B

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: África do Sul, Moçambique, Namíbia, Zimbabwe

É uma mina anti-carro semelhante à TMD-44, em caixa rectangular de madeira. Tem três placas de pressão no topo. O pequeno conteúdo metálico localiza-se no detonador MV-5 e nos pregos usados para montar a caixa. Num dos seus lados tem uma pega para transporte. Esta mina está preparada para ser montada no terreno e, assim, são muito variáveis o seu peso e dimensões.

TMK-2

Origem: Ex-U.R.S.S.

Fabricante: Arsenais do Estado Soviético

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Haste com fio armadilhado

Registada em: África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia

Consiste numa caixa metálica dupla e numa carga explosiva de aço que a tornam facilmente detectável. Outra das suas "desvantagens" é que tem que ser colocada manualmente.

Bélgica

PRB M409

Origem: Bélgica

Fabricante: Poudres Reunies de Belge (PRB SA)

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Angola,

Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia

É uma mina pequena, com aproximadamente 80 mm de diâmetro e 40 mm de altura. Contem aproximadamente 75 gramas de RDX/TNT. Vem com um detonador selado na posição e é totalmente à prova de água. A pressão operativa é de aproximadamente 10 kg. Tem um conteúdo metálico muito baixo sendo, portanto, difícil de detectar.

China

Tipo 59

Origem: República Popular da China

Fabricante: China North Industries, Pequim

Tipo: Fragmentação anti-pessoal expansiva

Iniciação: Pressão ou fio de arame

Registada em: Moçambique

Esta mina é semelhante à soviética POMZ-2M e pode ser colocada para actuar por pressão ou fio de arame. Quando accionada salta até 1,5 metros antes de explodir, expelindo aproximadamente 250 fragmentos metálicos num raio letal de mais de 10 metros.

Tipo 69

Origem: República Popular da China

Fabricante: China North Industries, Pequim

Tipo: Fragmentação anti-

pessoal

Iniciação: Pressão ou fio de arame

Registada em: Angola, Moçambique

Esta mina quando accionada salta até 1,5 metros antes de explodir e descarregar aproximadamente 250 fragmentos de metal num raio letal de mais de 10 metros.

Tipo 72 e 72B

Origem: República Popular da China

Fabricante: China North Industries, Pequim

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão ou anti-agitação

Registada em: Angola, Moçambique (Tipo 72), Zâmbia (Tipo 72)

Estas minas anti-pessoal pequenas, de cor verde clara e quase inteiramente plásticas são das mais frequentemente encontradas em todo o mundo. São muito difíceis de detectar devido ao conteúdo de metal muito baixo. A carga explosiva de 34 gramas é muito pequena mas ainda assim capaz de produzir sérios ferimentos. As Tipo 72 e 72B são exteriormente idênticas, mas enquanto que a Tipo 72 opera apenas por pressão, a Tipo 72B possui também um mecanismo anti-agitação de forma à mina explodir quando manuseada ou de alguma forma agitada, o que a torna extremamente instável.

Ex-Checoslováquia

PP-MI-SR e PP-MI-SR II

Origem: Ex-Checoslováquia

Fabricante: Fábricas Estatais Checoslovacas

Tipo: Fragmentação anti-pessoal expansiva

Iniciação: Tracção ou pressão

Registada em: Angola (PP-MI-SR), Moçambique (PP-MI-SR II), Namíbia (PP-MI-SR), África do Sul (PP-MI-SR), Zâmbia

O accionamento inicial desta mina expansiva de invólucro metálico pode ser por tracção do detonador por meio de um fio de arame, ou por pressão no detonador. Estes detonadores iniciam uma carga propulsora que, após um espaço de três segundos, atira com a mina para cima até uma altura de 1 metro antes da detonação. O invólucro da mina, ao desfazer-se, actua na fragmentação. A PP-MI-SR II é uma cópia exacta da sua predecessora.

PT-MI-BA III

Origem: Ex-Checoslováquia

Fabricante: Fábricas Estatais Checoslovacas

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Zâmbia

Tem um corpo de plástico sem conteúdo metálico. Quando utilizada com um detonador de pressão não-metálico é extremamente difícil de localizar. O conteúdo metálico

total é de apenas 2,46 gramas. A mina tem uma pega de plástico ligada à base do corpo de *bakelite*.

França

MAPDV 59 (Mi AP DV 59) (alcunhada de "tinteiro")

Origem: França

Fabricante: Societe d'Armement et d'Etudes Alsetex

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique

Esta mina substituiu a MODEL 1951 AP. O invólucro é de plástico, com um detonador de pressão Ai-PR-ID-59, indetectável. Possui uma placa de detecção removível que é normalmente retirada antes da colocação da mina. Pode causar amputação traumática do pé ou do membro inferior.

Ex-Alemanha Oriental

PPM-2

Origem: Alemanha (ex-RDA)

Fabricante: Fábricas Estatais da Alemanha Oriental

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão, accionamento eléctrico

Registada em: Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul

Uma mina preta, de invólucro de plástico formado por duas peças enroscadas com uma

junta de borracha. O detonador integral tem um mecanismo retardador, é iniciado por pressão e dispara electricamente, utilizando uma "coluna dentada" helicoidal central que transmite a pressão da placa de pressão para o cristal piezoelectrónico.

Itália

Valmara V-69

Origem: Itália (também produzida em Singapura)

Fabricante: Valsella Meccanotecnica SpA, Brescia

Tipo: Fragmentação anti-pessoal expansiva

Iniciação: Pressão ou fio de arame

Registada em: Angola, Moçambique, África do Sul

Esta mina expansiva é enchida quer com 650 esferas de aço de 6 mm, quer com 1.200 cubos de aço de 4 mm que actuam como estilhaços. Pode ser activada quer por 10 kg de pressão directa nos dentes do detonador, quer por 6 kg exercidos no fio de arame da armadilha. Após a iniciação a mina é atirada verticalmente a aproximadamente 1,2 metros, esticando um arame que a faz explodir. Tem uma zona mortal de 27 metros e um arco de 360 graus. Explodindo à altura do peito de uma pessoa, tem potência para arrancar o coração da vítima no interior de uma distância de cerca de 30 metros.

AUPS

Origem: Itália

Fabricante: Valsella

Meccanotecnica SpA, Brescia

Tipo: Fragmentação explosiva
anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique

As minas AUP podem ser utilizadas para sabotagem e demolição, e na água contra nadadores. A detecção por meio de um detector de minas electrónico é muito difícil porque os únicos componentes de metal são a extremidade da cavilha accionadora e uma pequena mola. Um revestimento serrilhado de fragmentação transforma esta mina numa mina de fragmentação anti-pessoal com um raio letal de 10 metros. Esta mina pode ser disseminada a partir de um avião voando a baixa altitude.

VAR-40

Origem: Itália

Fabricante: Valsella

Meccanotecnica SpA, Brescia

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique

Esta mina é suficientemente compacta para ser transportada no bolso ou numa mochila. É enterrada deixando-se de fora uma extremidade saliente em forma de botão. 12 kg de pressão produzem uma explosão suficientemente poderosa para danificar veículos ligeiros.

VAR-100

Origem: Itália

Fabricante: Valsella

Meccanotecnica SpA, Brescia

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique

Esta mina com invólucro de plástico pode, tal como a VAR-40, ser transportada no bolso ou numa mochila, mas tem poder de explosão maior. Pode danificar seriamente veículos ligeiros. A mina é activada por uma força a partir de 12 ou 13 kg no botão da extremidade.

Portugal

M969 (também conhecida por MAPS)

Origem: Portugal

Fabricante: Explosivos da Trafaria

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia, Zimbabwe

A M969 portuguesa é basicamente uma cópia da belga NR409. Por vezes é designada de Mina Anti-pessoal de Plástico (MAPS) por ser quase inteiramente não-metálica. O corpo da mina é normalmente de cor verde-azeitona, podendo também ser cor de areia a pedido do cliente. A mina vem com uma capa de segurança que é removida quando ela é colocada.

Africa do Sul

M2A2

Origem: África do Sul

Fabricante: Denel Ltd.
(sucessora da Armscor)

Tipo: Anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Angola,
Moçambique, Namíbia, África
do Sul, Zâmbia, Zimbábwe

Esta pequena mina anti-pessoal de explosão, accionada por pressão, era conhecida por R2M1 antes de 1984. O corpo da mina é de plástico e a cor castanha. Funciona com uma pressão mínima aproximada de 10 kg e contém cerca de 50 gramas de RDX/TNT. As suas dimensões são aproximadamente 60 mm de diâmetro e 50 mm de altura. O conteúdo metálico é mínimo. Normalmente é colocada em cima de um reforço explosivo de cerca de 0,5 kg de Pentolite (comercial) para aumentar a sua capacidade letal.

R2M2

Origem: África do Sul

Fabricante: Denel Ltd.
(sucessora da Armscor)

Tipo: Anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Angola,
Moçambique, África do Sul,
Zimbábwe

A R2M2 é uma mina anti-pessoal altamente explosiva. O facto de ser à prova de água permite grande versatilidade de utilização, normalmente em

correntes e rios até 1 metro de profundidade. A R2M2 funciona essencialmente da mesma maneira que a R2M1. O conteúdo metálico da R2M2 é mínimo: apenas a cavilha percutora, três esferas travadas e uma cavilha accionadora são de metal, o que reduz a capacidade de detecção.

No.69 MK1

Origem: África do Sul

Fabricante: Denel Ltd.
(sucessora da Armscor)

Tipo: Fragmentação anti-pessoal expansiva

Iniciação: Pressão ou fio de arame

Registada em: Moçambique,
África do Sul, Zâmbia

Esta mina expansiva é uma cópia da Valmara 69, mas distingue-se desta pela sua cor castanha. (Os sul-africanos utilizam uma cor padrão para as minas, veículos e equipamentos militares, conhecida por castanho-nútria).

Mina de Estilhaços (Shrapnel Mine) No.2

Origem: África do Sul

Fabricante: Denel Ltd.
(sucessora da Armscor)

Tipo: Fragmentação anti-pessoal direccional fixa

Iniciação: Controle remoto ou
fio de arame

Registada em: Ángola,
Moçambique, África do Sul,
Zâmbia, Zimbábwe

É uma cópia da M18A1
Claymore de fabrico norte-

americano, e é designada de Mina No.2. É também identificável pela cor castanha do seu corpo.

Mina AP Não-Metálica da RAS (SA Non-Metallic AP)

Origem: África do Sul

Fabricante: Denel Ltd. (sucessora da Armscor)

Tipo: Explosão

Iniciação: Pressão

Registada em: Angola, Moçambique, África do Sul

A Mina AP Não-Metálica sul-africana é uma cópia directa da mina chinesa Tipo 72.

MIM MS-803

Origem: África do Sul

Fabricante: Denel Ltd. (sucessora da Armscor)

Tipo: Fragmentação anti-pessoal direccional fixa

Iniciação: Controle remoto ou fio de arame

Registada em: Angola, Moçambique, África do Sul

É uma versão menor da norte-americana M18A1 Claymore, concebida para ser utilizada isoladamente ou empilhada em grupos de duas e três.

Reino Unido

Mina No.6

Origem: Reino Unido

Fabricante: Royal Ordnance, Chorley, Forpearch Ltd.

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão ou fio de arame

Registada em: Moçambique, Zimbabwe

Na independência, os rodesianos herdaram reservas desta mina das autoridades coloniais da Rodésia do Sul, passando também a copiá-la. Um precursor de mola é preso por um anel de plástico. Ao actuar sobre os dentes de pressão, uma carga rompe o anel, soltando o percutor. Este acciona o detonador incorporado que dispara a carga. Esta mina deixou de ser fabricada na década de 1980.

Mk-5 H.C.

Origem: Reino Unido

Fabricante: Royal Ordnance, Chorley, Forpearch Ltd.

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique

Esta mina metálica existe em dois modelos diferentes, o Mk-4 G.S. (serviço geral) e o Mk-5 H.C. (conteúdo elevado). São idênticas na aparência e tamanho. A única diferença é que o modelo H.C. tem explosivos em ambos os lados das paredes interiores do invólucro. O detonador localizado no topo-centro do invólucro, está coberto por uma tampa de metal assente numa junta de borracha. Ambas as minas podem ser equipadas com um detonador de pressão Mk I ou Mk II, seguro por quatro tiras de metal.

Estados Unidos da América

M18A1 Claymore

Origem: E.U.A. (cópias produzidas em muitos países, nomeadamente Coreia do Sul (K440), Paquistão (P5 Mark 1), Ex-União Soviética (MON-50), África do Sul (Mina Shrapnel No.2)

Fabricante: Tiokol Inc., Shreveport, Louisiana e outros

Tipo: Fragmentação anti-pessoal direccional fixa

Iniciação: Controle remoto ou fio de arame

Registada em: Angola, Malawi, Moçambique, Zâmbia

A mina de fragmentação direccional é produzida na fábrica Thiokol do exército norte-americano, na Louisiana, e também noutros lugares dos E.U.A. Quando explode, normalmente devido a tracção exercida num arame ou a um mecanismo eléctrico de controle remoto, atira 700 esferas de aço num arco de 60 graus a uma distância de mais de 50 metros e uma altura de cerca de 1,8 metros.

M-14

Origem: E.U.A. (também produzida na Índia como M-14, e no Vietname como MN-79 ou MD 82B)

Fabricante: E.U.A., Índia/Ordnance Factory Board, Calcutta

Tipo: Explosão anti-pessoal não-metálica

Iniciação: Pressão

Registada em: Angola, Malawi,

Moçambique, Zâmbia

Uma mina plástica de pressão extremamente compacta, medindo apenas 56 mm de diâmetro e 40 mm de altura, e pesando menos de 100 gramas. É necessária uma pressão directa de 9-16 kg para se iniciar a explosão. O conteúdo metálico limita-se à extremidade da cavilha de accionamento, tornando esta mina muito difícil de detectar.

Ex-Jugoslávia

PROM-1

Origem: Ex-Jugoslávia

Fabricante: Federal Directorate of Supply Procurement

Tipo: Fragmentação anti-pessoal expansiva

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique, Namíbia; África do Sul, Zâmbia

A pressão empurra o cilindro para baixo, libertando as esferas de retenção o que permite ao percutor atingir a cápsula de percussão. Isto acciona o elemento retardador que arde aproximadamente 1,5 segundos e, por sua vez, acciona a carga expansiva que atira a mina a 0,7-1,5 metros acima do solo (segundo a comprimento do arame a que está presa). A carga principal então explode, causando uma fragmentação que é letal num raio de 50 metros, e perigosa num raio de 100 metros.

Roménia

MAT-76

Origem: Roménia

Fabricante:

Tipo: Explosão anti-carro

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique, Zâmbia

É uma mina composta de uma carga de trolil com uma capa protectora de resina de fibra de vidro. Pode utilizar-se qualquer detonador compatível com as minas ex-soviéticas das séries TM-62 e TM-72. O conteúdo metálico muito reduzido torna esta mina muito difícil de detectar.

Zimbabwe

ZAP-1

Origem: Zimbabwe

Fabricante: Zimbabwe Defence Industries, Harare

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Botswana, Moçambique, Namíbia, Zâmbia, Zimbabwe

A mina anti-pessoal ZAP-1 era originalmente conhecida como RAP (Rhodesian Antipersonnel Mine) No.1. A sua designação foi alterada na altura da independência, em 1980. Esta mina foi originalmente concebida e produzida no Zimbabwe, a partir da mina anti-pessoal British N.º.6. Estas minas ficaram também conhecidas por "minas

"cenoura" devido à sua forma e método de colocação.

ZAP-2

Origem: Zimbabwe

Fabricante: Zimbabwe Defence Industries, Harare

Tipo: Explosão anti-pessoal

Iniciação: Pressão

Registada em: Moçambique, Namíbia, Zimbabwe

Estas minas foram primeiro produzidas em pequenas quantidades, durante o período rodesiano, altura em que não foram usadas em Moçambique. Parecem ser uma adaptação da mina portuguesa M969. Após a independência do Zimbabwe ainda foram produzidas durante algum tempo.

ZAPS ("Tesoura de Poda")

Origem: Zimbabwe

Fabricante: Zimbabwe Defence Industries, Harare

Tipo: Fragmentação anti-pessoal direccional

Iniciação: Fio de arame

Registada em: Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Zâmbia, Zimbabwe

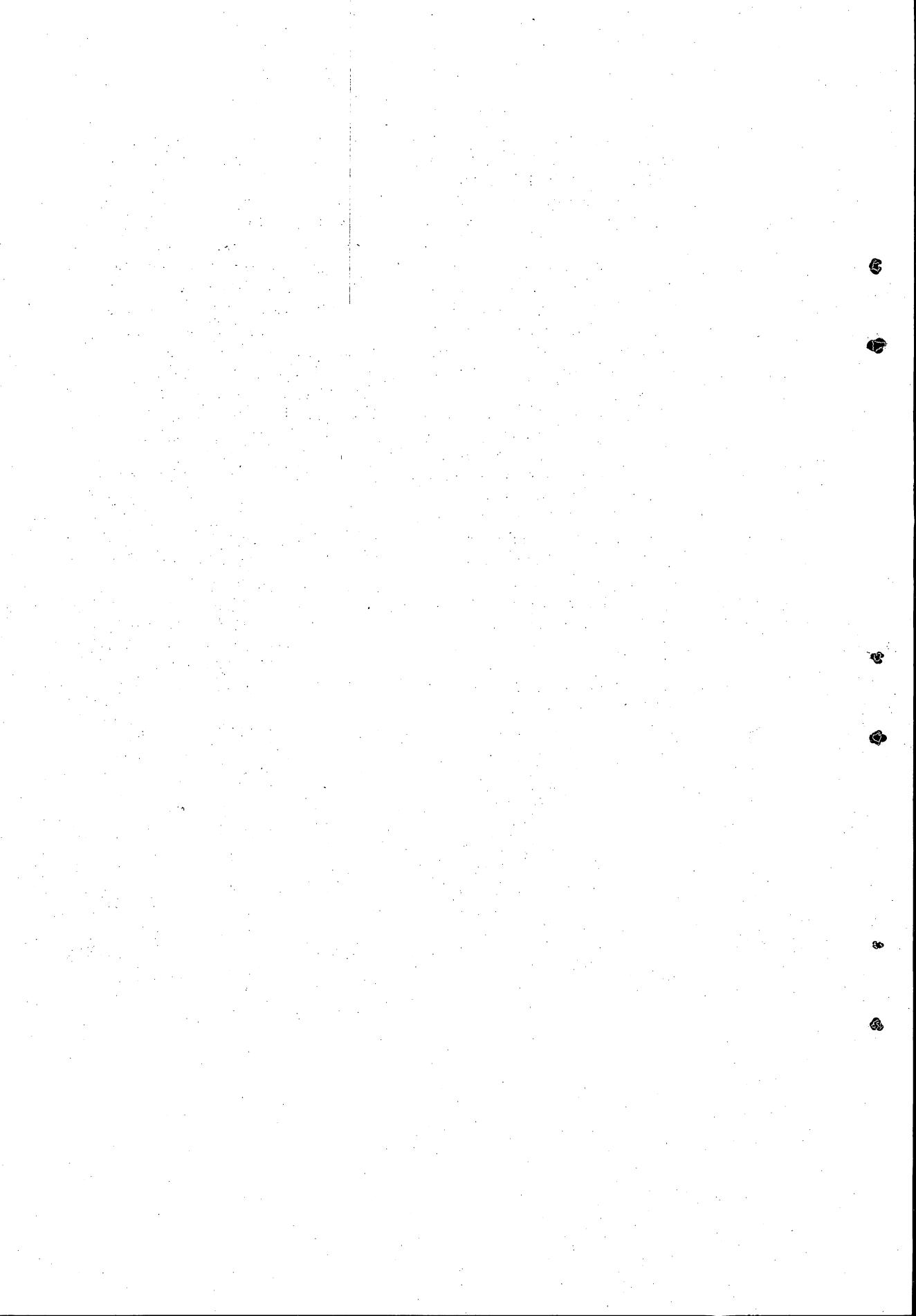
Originalmente desenvolvida pelos rodesianos para o estabelecimento de campos minados na fronteira (conhecidos por RAPS). Trata-se de uma mina de fragmentação direccional em forma de prato, preparada para ser activada por fio de arame. O mecanismo detonador é um interruptor de tracção U.K. N.º.4 de padrão comum

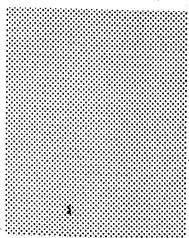
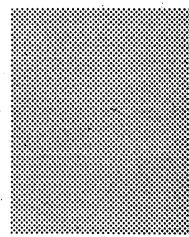
(interruptor armadilhado) localizado a meio do prato. A "Tesoura de Poda" difere de outras minas de fragmentação direccional tais como a Claymore (E.U.A. M18A1) no sentido em que a porção de fragmentação (consistindo em cerca de 350 peças de barra de aço de 6 mm cortadas) se localiza na superfície côncava e não na convexa, mantendo assim os fragmentos num padrão bastante concentrado em lugar de espalhar os fragmentos num arco crescente. Este factor aumenta o alcance letal e a probabilidade de impacto. O suporte fornecido com a mina permite que esta gire, quando o fio de arame é esticado, de forma a apontar sempre para o arame e, portanto, directamente para o objecto ou pessoa que toca o arame. A mina tem aproximadamente 250 mm de diâmetro. Contém como explosivo 150 gramas of Pentolite (PETN/TNT). Em Moçambique foram

encontrados grupos de quatro ou mais destas "Tesoura de Poda" ao longo das vias férreas. Estas minas têm capacidade de destruir completamente secções inteiras de linha férrea e provavelmente foram recolhidas pela Renamo em antigos campos de minas rodesianos para voltarem a ser utilizadas. O governo zimbabweano afirma ter interrompido a sua produção em 1992.

* * *

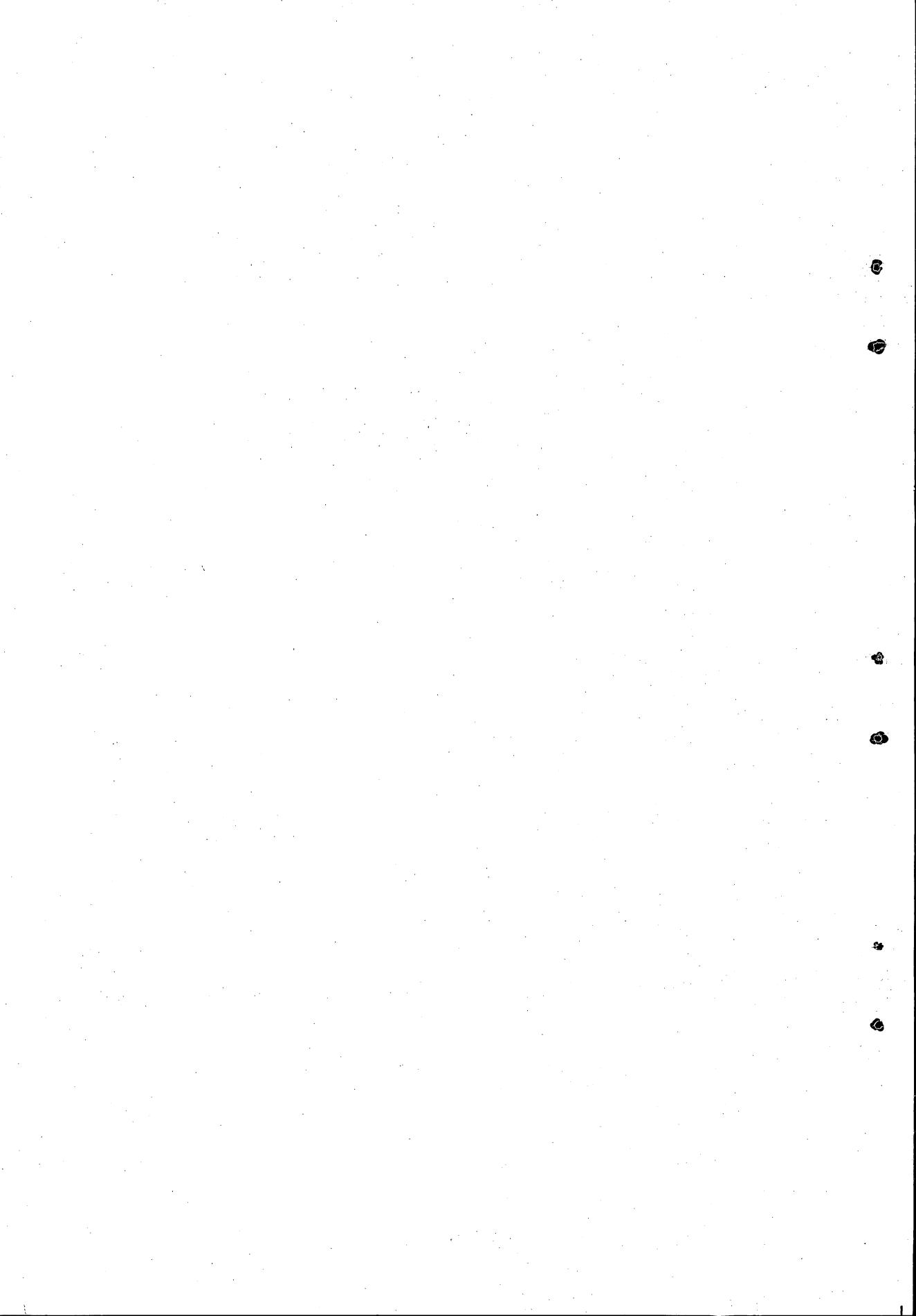
(Grande parte da informação técnica contida neste Apêndice foi colhida em Jane's Information Group Limited, 1993: *Jane's Military Vehicles and Logistics 1993-1994*, e em National Ground Intelligence Center, *Landmine Warfare — Mines and Engineer Munitions in Mozambique (U)*, An Army S&T Intelligence Handbook, Julho de 1994)





II

OS CUSTOS HUMANOS E ECONÓMICOS



A DEFINIÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO PROBLEMA DAS MINAS EM MOÇAMBIQUE

Enrique M. Portillo¹

Um exame da informação reproduzida pelos meios de comunicação social ou contida em documentos de vários tipos e declarações de entidades e personalidades ligadas à problemática das minas e da desminagem em Moçambique, permite observar a falta de uma definição do problema das minas ou, pelo menos, de uma definição geralmente aceite.

Este vazio aparece como um resultado mais ou menos inevitável de dois factores diferentes mas relacionados entre si. Por um lado, devido à ausência de um debate aberto sobre a *natureza* do problema das minas no país. Por outro lado, pela substituição da análise do problema por estimativas da *dimensão quantitativa* do mesmo. Assim, o problema fica reduzido a tantos milhares ou milhões de minas.

Sabemos que as primeiras estimativas sobre o número de minas existentes no país não tiveram qualquer base sólida nem foram precedidas de qualquer estudo ou observação aprofundada da situação em Moçambique após a assinatura do Acordo Geral de Paz. Um inquérito nacional realizado em 1994, bem como um melhor conhecimento da situação obtido nestes últimos três anos, levam a pôr em causa estas estimativas e a considerá-las exageradas. Porém, qualquer

¹Consultor da Comissão Nacional de Desminagem.

estimativa do número de minas espalhadas pelo país será tão aceitável ou rejeitável como qualquer outra estimativa muito dissemelhante, porque persiste a ausência de uma base sólida para uma quantificação fiável.

Todavia, a grande dúvida que surge é se o número de minas serve realmente como um indicador válido da dimensão do problema das minas em Moçambique. E isto, por sua vez, relaciona-se com a discussão da própria natureza do problema.

A presença de minas numa zona desabitada, que não estava a ser explorada até ao início do conflito armado e que não evidencia um grande potencial económico tem a mesma importância ou representa o mesmo grau de problema que a presença de minas numa zona densamente povoada, que já foi importante no passado e que oferece um grande potencial de desenvolvimento económico no futuro? Tem a mesma importância ou representa o mesmo grau de problema a presença de minas em estradas para uma e outra destas zonas? Se aceitamos que existem variações na importância relativa ou no grau de problema representado pela presença de minas em áreas com diferentes características, a pergunta que se segue é: que critérios poderão servir como base para a sua avaliação?

Eu proponho que os critérios sejam identificados a partir dos efeitos e do impacto das minas (e outros engenhos explosivos) na sociedade no seu conjunto.

Do ponto de vista dos efeitos e impacto da presença de minas, o seu número aparece como um dado pouco interessante. Para a população e as organizações que operam ou pretendem operar numa área inacessível, pouco interessa se as minas na única via de acesso são poucas ou muitas; o mesmo se aplica à reabilitação e reconstrução de infraestruturas sociais básicas. É igualmente pouco relevante se uma pessoa que morreu ou ficou mutilada accionou uma das poucas minas ou das muitas minas que encontrou no seu caminho. Mas, certamente, interessa saber quais áreas estão livres de minas e quais estão minadas, e a configuração das áreas minadas. Também interessa saber quais os efeitos e o impacto das áreas minadas na zona onde elas se encontram, bem como os efeitos e o impacto observados numa escala maior.

Mesmo em termos das operações de desminagem, o número de minas é um dado secundário. Na desminagem de estradas, a distância é geralmente aceite como a unidade de medida adequada, tanto para indicar a dimensão do problema como para fins operativos (habitualmente, os contratos são feitos em termos de quilómetros a desminar, com indicação das normas a aplicar em termos de largura). A desminagem de áreas é organizada com base na superfície da área minada, a configuração do terreno, a cobertura vegetal, remanescentes de infraestruturas, características topográficas, etc. A densidade de minagem, embora um factor a considerar, não é o determinante dos custos da operação de desminagem nem da sua velocidade.

Portanto, a adopção de conceitos geográficos é uma alternativa mais correcta para o dimensionamento do problema das minas. Nesse sentido, proponho utilizar os seguintes conceitos: 1) área minada; 2) área imediatamente afectada pela presença de minas; e 3) área afectada pela presença de minas.

A *área minada* é o espaço físico efectivamente ocupado pelas minas e definido pelo seu contorno. Assim, por exemplo, a área minada de um perímetro de defesa de uma vila seria uma faixa com a largura de x metros e um comprimento de y metros, e a área minada em volta ou no acesso a uma escola seria de uma largura de x metros vezes o perímetro ou a frente da escola.

Por *área imediatamente afectada pela presença de minas* entende-se o espaço físico, habitualmente maior, cuja utilização está limitada ou impedida pela presença de minas. Assim, por exemplo, uma área minada em volta de uma cantina e de outras infraestruturas, numa localidade, pode conduzir ao abandono da localidade, na medida em que a cantina e outros serviços prestados ali representavam a razão de existir dessa localidade ou eram o ponto central da vida da comunidade local.

Área afectada pela presença de minas refere-se a um espaço físico muito maior, cuja determinação geográfica é por vezes difícil, mas que definitivamente sofre as consequências económicas e sociais da presença de minas no seu seio, e cujo impacto se faz sentir na vida do país.

Existem exemplos de zonas que foram abandonadas durante o conflito armado e que, embora com potencialidade para o reassentamento da população, continuam desabitadas ou escassamente habitadas por causas que se prendem com a presença de minas. Minas junto a fontes de água, se não houver fontes alternativas nas proximidades, obrigam as populações a abster-se de se estabelecer ou restabelecer nelas. O mesmo se aplica à falta de serviços essenciais como saúde e educação. Há também exemplos de zonas que ficam isoladas ou consideradas como remotas porque a única via de acesso rodoviário está minada.

Assim, a área imediatamente afectada pela presença de minas frequentemente corresponde ou serve de ponto de partida para a realização de um estudo mais detalhado e de uma pesquisa local, utilizando-se meios técnicos apropriados. Por sua vez, a área minada é um conceito central para as operações de desminagem.

A área imediatamente afectada pela presença de minas, bem como a área afectada no sentido mais amplo do termo, definem o âmbito da análise económica e de outros estudos sobre o impacto sócio-económico das minas.

Um número elevado de referências do banco de dados sobre minas, bem como outras informações complementares, assinalam a presença de minas em trilhos e vias de aproximação a aglomerados populacionais, perímetros de protecção e áreas minadas em volta de aglomerados, perímetros de protecção de antigas bases permanentes ou acampamentos e posições militares temporárias em campo aberto mas próximos de aglomerados ou em áreas de grande movimentação da população, faixas de protecção de estradas e linhas férreas, e minas junto a infraestruturas sócio-económicas de carácter local (poços, escolas, postos de saúde, lojas, etc.), para além da presença de minas e outros engenhos explosivos no interior de algumas aldeias e aglomerados populacionais. Estes sítios e áreas, pela sua localização, têm efeitos múltiplos na vida e segurança da população.

No que diz respeito à segurança da população, as referências a minas isoladas ou a áreas minadas de várias dimensões podem ser agrupadas em quatro classes ou

categorias, segundo o tipo de área afectada, nomeadamente: *espaço para habitação, acesso a serviços sociais essenciais e de outro tipo, terra agrícola, e vias de circulação da população*. A estas quatro categorias deverão acrescentar-se alguns *efeitos indirectos*, de importância no reassentamento da população, na medida em que a presença de minas joga um papel na estagnação ou desenvolvimento condicionado do comércio, transporte e criação de emprego no meio rural.

Relativamente ao impacto sócio-económico, a distinção entre o impacto da presença de minas e o efeito de outros factores económicos e financeiros na produção e na prestação de serviços, bem como em outras actividades de relevo, é relativamente problemática na actualidade. Por um lado, pela exiguidade da informação disponível sobre minas e a pouca precisão da informação existente. Por outro lado, porque numa situação de paralisação e baixo nível de utilização da capacidade instalada no país (especialmente a nível da agricultura comercial, indústria de transformação e agro-indústrias) será bastante difícil isolar o efeito da presença de minas, mesmo que haja mais e melhor informação. Finalmente, deverá mencionar-se que, maioritariamente, as minas foram colocadas precisamente para evitar acções de sabotagem de infraestruturas estratégicas e unidades económicas importantes, e permitir o seu funcionamento sem interrupção.

No entanto, muitas acções de sabotagem foram levadas a cabo, especialmente no sector da energia eléctrica, e as minas foram usadas para impedir a reabilitação ou reposição das infraestruturas e instalações sabotadas. Ainda mais, as mesmas minas que foram colocadas com o propósito de proteger aldeias e outros aglomerados populacionais, infraestruturas, unidades económicas e instalações militares, em tempo de guerra, têm-se transformado várias vezes em obstáculos ao desenvolvimento, em tempo de paz. Isto poderá afectar particularmente a reactivação e desenvolvimento do sector da agricultura.

Consequentemente, proponho que quanto à sua natureza, o problema das minas em Moçambique seja definido como: 1) *ameaça para a vida e segurança das populações afectadas*; e 2) *obstáculo para o desenvolvimento económico*.

e social do país. Ambos os aspectos são complementares e inseparáveis.

A adopção desta abordagem do problema das minas tem implicações diversas em várias actividades no âmbito da desminagem, tais como a recolha, análise, sistematização e divulgação de informação, a planificação e execução de operações de desminagem, a sensibilização da população, bem como a análise da viabilidade e sustentabilidade da desminagem.

Em relação à *informação*, será necessário distinguir dois níveis ou tipos de dados. Por um lado, será preciso obter dados referidos à identificação e localização de áreas minadas como passo necessário não só para uma avaliação mais correcta do problema como também para a realização de pesquisas locais e operações de desminagem. Neste sentido, será conveniente agrupar as áreas em classes que representam situações típicas no âmbito nacional. Preliminarmente, são consideradas as seguintes classes:

1) *Perímetros de protecção de aglomerados*: Perímetros de protecção bem delineados, bem como outras áreas minadas em volta de aldeias e vilas (sedes de distrito ou postos administrativos, localidades importantes ou outro tipo de aglomerados populacionais). Refere-se a minas no exterior dos aglomerados.

2) *Vias de circulação*: Estradas ou secções de estradas onde não existe circulação de veículos e secções ou troços de estradas considerados minados, onde a circulação de veículos continua a fazer-se por meio da utilização de desvios, e linhas férreas.

3) *Unidades económicas importantes*: Perímetros de defesa de instalações, infraestruturas e unidades de produção, bem como áreas minadas para impedir a reabilitação de unidades económicas que foram alvo de sabotagem.

4) *Unidades sócio-económicas locais*: Áreas minadas em torno de infraestruturas sociais e de outro tipo, a nível local, incluindo a presença de minas no interior de aldeias, pequenos aglomerados populacionais ou pontos de prestação de serviços.

5) *Locais de grande movimentação de população*: Caminhos e trilhos, infraestruturas sociais e de outro tipo,

dispersas ou em locais afastados, e sítios onde existiram bases permanentes ou acampamentos e posições militares temporárias em campo aberto.

6) *Outras áreas*: Minas isoladas e áreas minadas onde não existe movimentação de pessoas ou viaturas.

Por outro lado, e ainda na área da informação, será de grande importância realizar pesquisas locais que permitam confirmar e melhorar dados genéricos sobre a presença de minas e obter informação mais detalhada e conforme as necessidades operativas.

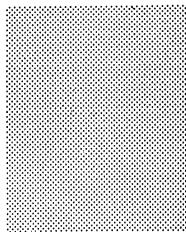
No âmbito das *operações de desminagem*, interessa distinguir entre a eliminação e a neutralização da ameaça representada pela presença de minas. Por *eliminação* do problema entende-se a remoção e destruição das minas e outros engenhos explosivos, enquanto que a *neutralização* do problema consiste na sinalização e vedação de áreas minadas até à altura em que seja possível ou necessário proceder à remoção e destruição das minas e outros engenhos explosivos.

Conforme a abordagem apresentada, será necessário adoptar critérios ou grupos de critérios que orientem a selecção de áreas prioritárias para pesquisas locais, a identificação e organização por ordem de importância de prioridades de desminagem, bem como a decisão de neutralizar uma área minada ou proceder à remoção e destruição das minas e outros engenhos explosivos. Na elaboração e aplicação dos critérios será considerada a segurança da população, factores sócio-económicos (incluindo, em certos casos, aspectos de carácter cultural, religioso, de governação, etc.), bem como a viabilidade económica das operações de desminagem, na perspectiva da sociedade ou economia nacional.

Saliente-se que a definição da ordem de prioridades de desminagem, bem como a classificação de uma área minada na categoria de alvo para eliminação ou neutralização do problema, terá um carácter relativo, tendo em conta que os próprios avanços no processo de desminagem, o reassentamento da população e o desenvolvimento económico e social poderão alterar a importância relativa da ameaça representada pelas minas numa determinada zona.

Quanto à *sensibilização da população*, o termo consciencialização é geralmente utilizado para se referir ao perigo que as minas (e outros engenhos explosivos) representam para a vida e segurança das pessoas. Criar consciência sobre o perigo e sobre como evitá-lo tem grande importância para a população em geral e, sobretudo, para dois grupos específicos que surgiram na sociedade moçambicana como consequência do conflito armado: refugiados e deslocados internos. Contudo, este tipo de sensibilização nem sempre permite ganhar consciência da importância do papel da população no fornecimento de informações como forma activa de combate às minas, nem cria consciência sobre o papel da sinalização e vedação de áreas minadas e importância do respeito para com elas. Por outro lado, a consciência do perigo, em si só, não é suficiente para mobilizar a população para participar em actividades de apoio à desminagem. Finalmente, é essencial que a população, e não só, ganhe consciência da magnitude dos recursos já aplicados e dos que serão necessários no futuro para operações de desminagem e outras actividades essenciais para que estas possam ser levadas a cabo.

Assim, será mais correcto falar da consciencialização da população sobre a problemática da presença de minas e da desminagem, e da sua mobilização para participar nas diversas tarefas relacionadas.



NOTAS SOBRE O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DAS MINAS EM MOÇAMBIQUE

César Palha de Sousa¹

1. Introdução

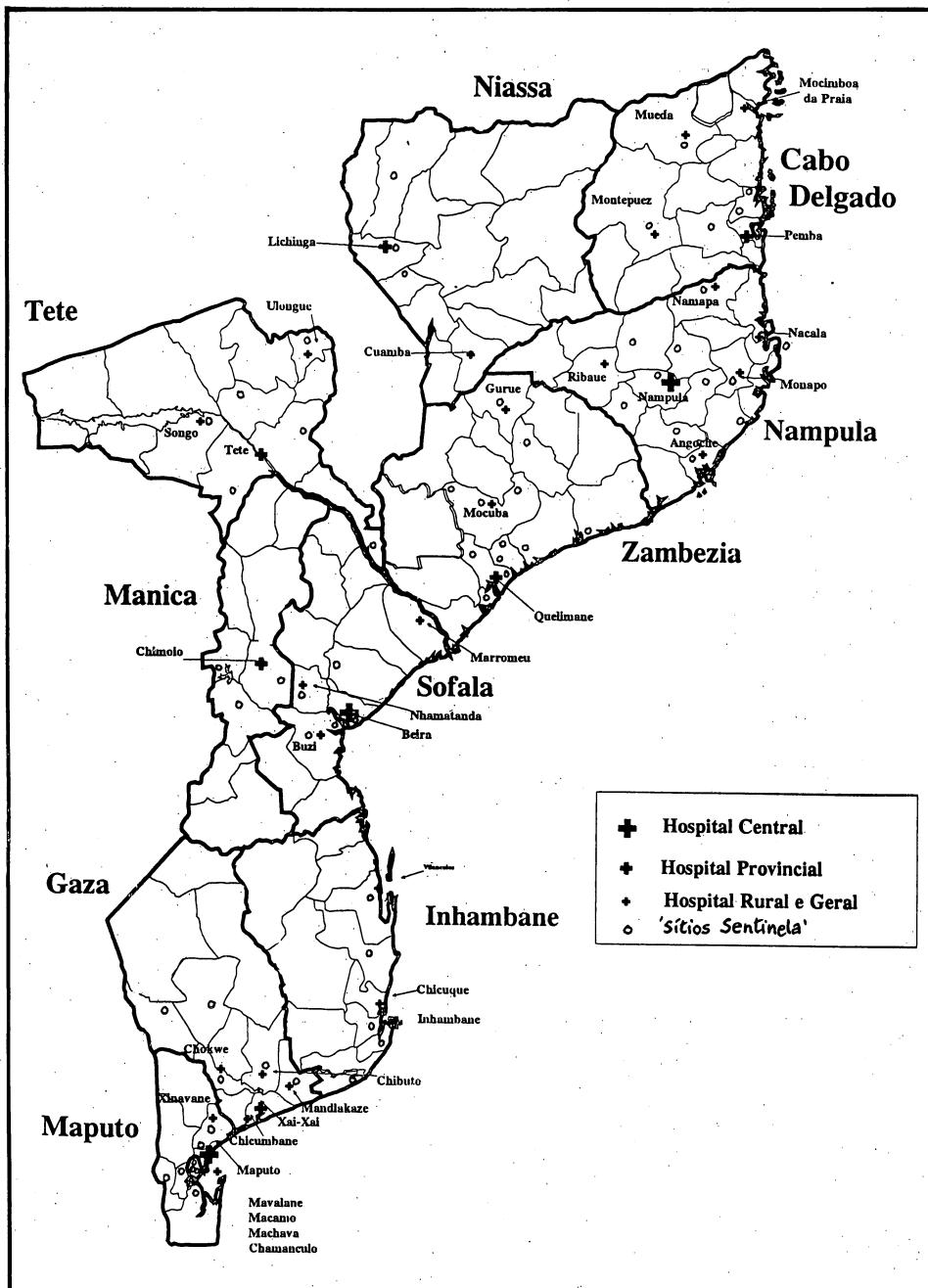
Entre Dezembro de 1994 e Abril de 1995 realizou-se, com a colaboração da Comissão Nacional do Plano, um inquérito sobre o impacto sócio-económico das minas em Moçambique, cujos resultados se procuram abordar aqui.

Foram estudadas sessenta e cinco comunidades, seleccionadas de acordo com a metodologia dos *Sítios Sentinelas*, distribuídas pelas onze províncias do país, como se pode verificar no Mapa 1. Ali se assinalam também os hospitais pela óbvia relação da atenção médica às vítimas de minas e ao resultado do efeito delas.

Os dados de Maputo, províncias do Sul e Centro, foram colhidos em Dezembro, enquanto que os restantes o foram entre Fevereiro e Abril de 1995.

Administrhou-se a cada agregado familiar visitado um questionário padronizado. Ele incluía dados demográficos, actividades económicas e, em particular, disponibilidade de alimentos, limitações e prejuízos causados pelas minas (agricultura e pecuária) e, finalmente, acidentes com minas, características e percepção do risco, assim como o fardo para as comunidades e suas vítimas causado pelos efeitos das minas.

¹Docente da Faculdade de Medicina, Universidade Eduardo Mondlane.



Mapa 1

Foram também recolhidos dados sobre a comunidade em entrevistas a informantes-chave e, onde possível, fizeram-se reuniões/grupos focais com vítimas de minas.

Os instrumentos utilizados foram desenvolvidos pela CIET International, uma organização não-governamental que faz trabalho epidemiológico, com base na sua experiência no Afeganistão, Cambodja e ex-Jugoslávia.

A apresentação que se segue baseia-se nos dados de 45 sítios das províncias do Sul e Centro do país, e de Tete e Zambézia. Os dados das zonas restantes, embora disponíveis, só parcialmente foram analisados.

2. Resultados

Na análise agregamos os dados de cidade e província de Maputo como sendo Maputo; as províncias de Gaza e Inhambane foram consideradas como sendo o Sul; e Manica e Sofala como sendo o Centro. Tete e Zambézia foram mantidas destacadas e esta última foi dividida em regiões Costeira e Interior. Maputo, a grande urbe, estende a sua influência à província do mesmo nome, mas excluem-se dela as províncias de Gaza e Inhambane; as províncias de Manica e Sofala estão ligadas pelo Corredor da Beira; Tete teve um grande movimento de população através das suas fronteiras, devido à guerra; e a Zambézia, sendo uma província complexa, apresentou padrões que obrigaram à sua divisão.

Foram visitados, no conjunto, 5.256 agregados familiares abrangendo 33.098 pessoas, com um número médio de pessoas por agregado oscilando entre as 4 e 5,9.

Os agregados familiares chefiados por mulheres oscilaram entre a média de 12,6% para a Zambézia e 17,5% para Maputo.

Os agregados familiares com deslocados oscilam bastante, sendo praticamente inexistentes na Zambézia, 3,3% no Sul, 17,7% em Maputo, e 33% em Tete.

A migração urbana para Maputo e Beira e o regresso de refugiados em Tete surgiram acompanhados do retorno de deslocados na Zambézia.

Quadro 1

	Maputo	Sul	Centro
População Abrangida	6.748	8.174	3.296
No. de Famílias	1.140	1.473	591
No. de Famílias com Deslocados	202 (17,7%)	49 (3,3%)	42 (7,1%)
No. de Famílias com Comida Suficiente (semana anterior)	384 (33,7%)	616 (42,5%)	160 (27,2%)
Distribuição de Ajuda Alimentar	77 (6,8%)	42 (2,9%)	42 (7,3%)

Os agregados familiares em geral manifestavam falta de alimentos. Embora a situação varie grandemente entre eles, não se encontrou uma situação de suficiência de comida na semana anterior à entrevista em mais de 50% dos casos. Em Tete, a percentagem de suficiência verificou-se em 14,4%, no Sul em 42,5%, e no Niassa em 50,5%. Maputo e o Centro, com grandes urbes, apresentavam uma situação de 33,7% e 27,2%, respectivamente.

A proporção de camponeses encontrada no Sul foi de 81,3%, e de cerca de 60% em Maputo e no Centro. Em Tete era de 92,4%. O número médio de machambas por agregado foi de 2,4 no Sul e na Zambézia, contra 1,5 a 1,7 nas restantes. Os informantes-chave referem machambas maiores nesta zona, de 1,5 a duas vezes.

A diversidade de produtos cultivados é maior no campo (3-4) do que em redor das grandes cidades (1-2). A falta de instrumentos agrícolas foi declarada como o problema mais importante por 6,9% (101 em 1465) dos inquiridos no Sul, e por 12,7% (134 em 1052) no interior da Zambézia.

A dependência de alimentos comprados foi duas vezes maior junto às zonas urbanizadas, enquanto que a machamba se apresentou como a fonte de comida de metade dos inquiridos na zona rural e de 10% da população em torno das cidades.

Os *items* identificados pelos agregados familiares como não podendo ser satisfeitos pelo que produzem reflectem as

mesmas proporções. A proporção aumenta nos domínios relativos à habitação, saúde e vestuário no Sul e no Interior da Zambézia.

Porém, apesar das diferenças, a maior preocupação dos agregados familiares contactados é a alimentação. Juntamente com a falta de dinheiro, ela constitui 70-75% das preocupações dos agregados familiares. No Centro, 5% dos inquiridos referem como problema importante a indisponibilidade de terra.

Na Zambézia, a zona Costeira apresentou padrões semelhantes às zonas mais urbanizadas, contrastando com os sítios visitados no Interior.

Em relação à disponibilidade de alimentos, os grupos mais vulneráveis encontravam-se no Centro e em Tete. Na Zambézia, quem sofria mais da falta de alimentos eram os agregados chefiados por mulheres e com idosos.

Quadro 2

	Maputo	Sul	Centro
Número de machambas	1.959	3.540	915
Área média das machambas	1,7ha	2,4ha	1,6ha
% machambas não utilizadas devido às minas	5,5%	4,0%	3,7%
Risco de minas em actividades diárias	1.139 (9,7%)	4.395 (10,4%)	614 (27,2%)
Informação sobre minas	1.132 (10,2%)	1.465 (17,0%)	562 (4,6%)

A ajuda alimentar (no último mês) beneficiou uma pequena proporção dos agregados familiares. Ela variou entre 2,9% no Sul, 6,8% em Maputo, e 7,3% no Centro. Em Tete, porém, ela beneficiou 51,3% dos agregados inquiridos. Os agregados chefiados por mulheres e com idosos foram os mais favorecidos em Maputo, em termos de ajuda alimentar, que chegou prioritariamente, no Centro, aos agregados familiares chefiados por mulheres e com idosos.

Os valores médios das machambas, e a sua relação com as minas são apresentados no Quadro 2. Só 2-5% das machambas não podem ser utilizadas devido a minas, valores baixos à excepção da região Costeira da Zambézia. As perdas de animais devido às minas variam muito em termos percentuais, mas são pequenas no geral. O seu significado é, porém, discutível devido ao reduzido número de efectivos.

Em todos os locais, a fonte mais importante para a informação sobre a existência de minas foram as autoridades locais, seguidas do exército e das agências das Nações Unidas. As ONGs e a Cruz Vermelha exerceram um efeito mais localizado, tendo esta última particular influência no Centro.

As actividades diárias implicando risco de minas são identificadas por 10% de inquiridos em Maputo e no Sul, subindo para 30% no Centro e no interior da Zambézia. Em Tete são identificadas por 60% dos inquiridos. Capinar, buscar lenha e água foram as actividades de maior risco.

A informação sobre prevenção de acidentes de minas variou de 4,6% no Centro a 17% no Sul e 30% em Tete. A sua associação com a ajuda alimentar é comum mais clara no Sul. A fonte de informação mais importante foram as autoridades locais, seguidas do exército e agências das Nações Unidas. A Cruz Vermelha e outras NGOs tiveram o seu papel especialmente no Centro.

Tete regista uma proporção de actividades diárias de risco maior que as minas identificadas na vizinhança da casa (60%/20%), contrariamente aos outras regiões onde acontece o oposto. A elevada proporção de regressados poderá estar por detrás desta situação.

A proporção de vítimas referidas pelos inquiridos varia de 1 a 23%. Porém, quer as vítimas quer os informantes dão detalhes de números que são reduzidos. Tete, com grande referência a risco de minas, tem o número absoluto de vítimas mais baixo.

Em termos de vítimas, o Quadro 3 mostra que 90% das pessoas atingidas tinham mais de 15 anos, registando-se também uma certa predominância de mulheres. Quanto ao ano do acidente, as tendências são diferentes consoante as regiões, verificando-se uma tendência para aumentar em

Maputo, enquanto que as restantes zonas parecem ter atingido uma certa estabilidade.

Quadro 3

Vítimas		Maputo	Sul	Centro
Idade	< 15 anos	5/46	3/31	1/13
	> 15 anos	41/46	28/31	12/13
Género	Masculino	18/41	5/28	2/11
	Feminino	23/41	23/28	9/11
Ano do acidente	- > 85	9	12	8
	85-89	15	8	4
	90-94	20	11	0
Actividade quando do acidente	Andando	44,4%	8,0%	30,0%
	Água	19,4%	16,0%	--
	Cultivo	8,3%	--	10,0%
	Carro	16,7%	8,0%	10,0%

Verifica-se concordância nas circunstâncias do acidente e percepção de risco pela população. Camponeses, comerciantes e artesãos (conta própria) estão entre as vítimas mais frequentes. As lesões encontradas são ou pequenas ou afectando com pouca severidade os membros.

A maioria das vítimas entrevistadas não referiu problemas graves no relacionamento social com a família ou seus colegas. Porém, a perda de emprego e casos de depressão foram referidos, assim como alguns casos de divórcio.

3. Discussão

Este inquérito é um "retrato" tomado num determinado momento, enquanto que o conflito que gerou os efeitos que ele procura medir nesse mesmo momento seguiu dinâmicas com especificidades de lugar, tempo e grupo populacional.

Tentar responder à questão principal de qual é o impacto das minas nas vidas das pessoas obriga-nos a ler cuidadosamente os resultados controversos. A presença de minas é referida por um número considerável de inquiridos mas só uma proporção pequena de machambas é excluída da sua utilização.

Será que as minas impedem as principais actividades diárias individuais e da comunidade?

Poder-se-ia argumentar que a proporção de machambas não utilizadas está subestimada quer porque uma limitação por longo tempo do seu uso e o incentivo para os seus possuidores para partir possa ter levado a uma subcontagem diferencial quando comparada com as actualmente em uso. Mas mesmo assim, as proporções são muito pequenas, deduzindo-se que nas áreas actualmente em uso as minas não restringem a utilização em larga escala e ou não existem em grandes quantidades ou têm uma distribuição por manchas.

Este indicador pode, no entanto, ser pouco sensível relativamente ao impacto real. Grandes áreas podem estar disponíveis mas não serem as melhores. Ou ainda, pelo facto da prática de desmatamento e queimada ser comum, o risco percebido de minas põe restrições a terras suficientemente disponíveis para rotação. A proporção por vezes alta de animais domésticos perdidos por minas pode corroborar essa ideia, especialmente se os seus números absolutos reflectem em boa medida perdas cumulativas por essa causa, ultrapassando a taxa natural de reprodução.

Como não há segurança alimentar para estas populações, que referem a comida como sua maior preocupação e requerem ajuda alimentar, poder-se-ia utilizar este argumento para reconhecer o impacto negativo das minas. Conquanto o argumento possa ser verdadeiro, é preciso considerar o efeito da guerra prolongada a ele associado no tecido social, sua implicação na organização em

diferentes níveis de actividade, incluindo o comércio, que pelos riscos envolvidos criaram desincentivos à produção e que poderiam explicar parcialmente a redução dos rebanhos e do número/tamanho das machambas. As minas não são independentes destas circunstâncias mais amplas, embora tenham potencial para actuar por um período mais longo se não forem desactivadas.

Por outro lado, a ajuda alimentar, ao permitir a sobrevivência das comunidades afectadas, trouxe um certo grau de adaptação que inclui a recepção regular de alimentos e mudança no padrão de actividades. Uma proporção relativamente grande (10-15%) da população dedicada ao comércio em algumas regiões pode ser ilustrativa dessa mudança. Com o fim da guerra a ajuda alimentar diminui, a comida continua escassa e os padrões de produção não mudam, quer porque isso requer apoio logístico e técnico quer porque mudanças de atitude e comportamento requerem tempo.

O que se disse pode ser verdade para todas as áreas em geral, embora com grande variabilidade dentro e entre províncias, quando se olham os resultados por sítio.

Os acidentes de minas mostram-nos uma discrepância entre o número de vítimas referidas em geral e as reportadas com detalhe. As dificuldades em recordar poderão explicar em parte tais discrepâncias, pois alguns casos estão reportados como tendo ocorrido há mais de 15 anos. Porém, a proporção dever-se-á por certo andar em torno de valores mais baixos (abaixo de 2%), como observou um outro estudo no Corredor da Beira.

A rede de serviços de saúde, sendo escassa, poderá ter reduzido o limiar de lesões compatíveis com a sobrevivência, o que é concordante com a maior taxa de mortes/accidente do que feridos/accidente. Também poderá ter contribuído para diferenciar casos leves que acabámos por encontrar dos mais graves que foram transportados para a cidade. O tempo de tratamento e recuperação longo, as oportunidades de suporte e financiamento, poderão ter separado essas pessoas das suas comunidades.

Aparentemente as instituições da comunidade (família, amigos) absorvem relativamente bem o peso criado pelas

sequelas dos acidentes de minas.

As mulheres, sendo mais susceptíveis aos acidentes, acarretaram consequências negativas para a vida em família e, em particular, para as crianças.

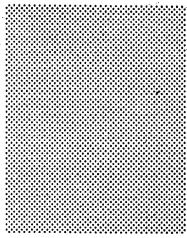
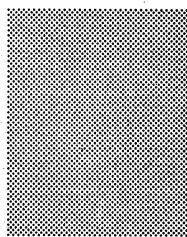
Finalmente, o grau de preparação para prevenção de acidentes por minas é ainda pequeno. Em Tete, a aparente dissociação entre risco percebido e identificação de minas na vizinhança pode dever-se à elevada proporção de regressados que desconhecem os acontecimentos históricos no local para onde regressaram. Ao mesmo tempo, as pessoas assinalam ali a necessidade de informação, que por sinal deve estar a ser feita pois os níveis de conhecimento são dos mais altos que se encontraram.

4. Conclusão

Concluindo, as minas, qualquer que seja o seu número ou distribuição por manchas, constituem uma limitação séria ao desenvolvimento social e económico da população envolvida no estudo.

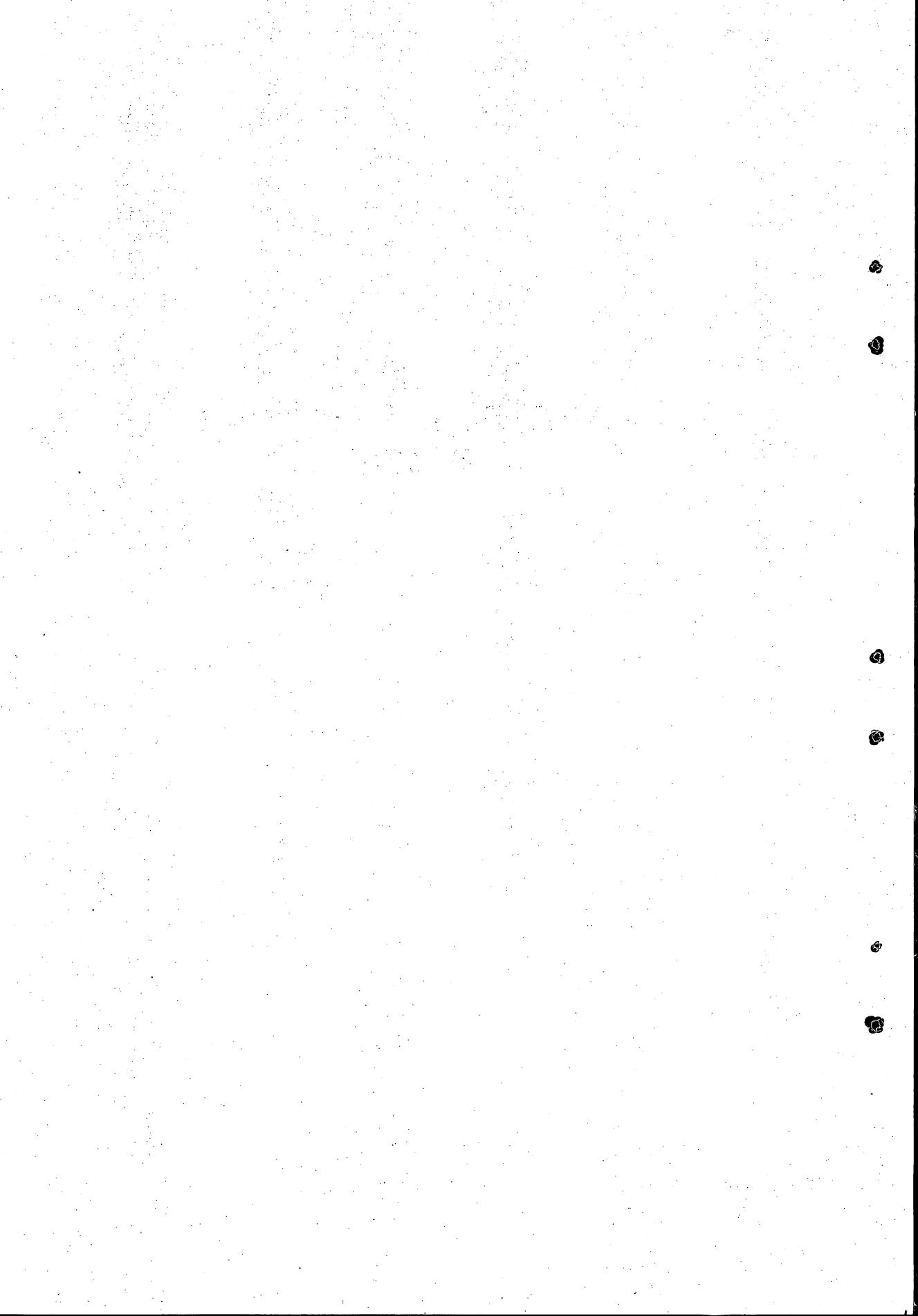
É urgente identificar a sua localização, utilizar sinais apropriados para restringir a utilização de certas áreas, assim como uma informação repetida a todos os que correm riscos. Estes temas foram sistematicamente abordados pelos informantes-chave e vítimas nos diferentes sítios estudados.

Em termos individuais, iniciativas para integração e treino (se necessário) de pessoas deficientes devem ser contempladas no contexto de projectos de desenvolvimento. As cooperativas de produção de objectos de uso comum ou artesanato, assim como os *ateliers* de costura, foram ideias expressas por algumas vítimas como forma de lhes ser permitido participar numa vida normal.



III

A RESPOSTA MÉDICA E SOCIAL



A RESPOSTA SOCIAL AO IMPACTO DAS MINAS

Terezinha da Silva¹

1. Introdução

A presença de minas tem efeitos múltiplos na vida e segurança das populações. Condiciona o acesso a locais aptos para a habitação, reduz a disponibilidade e a reabilitação dos serviços sociais básicos, limita o acesso à terra para a prática da agricultura e outras actividades. Limita também a livre circulação das pessoas e o regresso dos refugiados ao seu país.

Irei referir-me ao impacto das minas no ser humano, com base em experiências adquiridas desde a independência no trabalho realizado com pessoas deficientes de guerra, militares ou civis.

Estudos mostram que a maioria das pessoas deficientes nos centros actualmente existentes no país são amputadas de uma perna ou duplamente amputadas dos membros inferiores. Todo o tipo de minas, em qualquer guerra, traz como consequência o aparecimento de um grupo social vulnerável, o grupo de deficientes tanto militares como civis. E a imagem popular deste grupo de deficientes é a de pessoas incapazes, sem poderes. Também na nossa sociedade a pessoa deficiente faz parte dos grupos marginalizados. Não se trata, pois, apenas de um fenómeno que obedece a padrões

¹Funcionária do Ministério da Coordenação da Acção Social. O texto que se segue não reflecte necessariamente a perspectiva oficial do MCAS.

internacionais. A pessoa deficiente é chamada de paralítica, surda-muda, diminuída, e rotulada como ser inferior.

O deficiente militar, por sua vez, tem sofrido de uma imagem duplamente negativa. Por um lado, as suas necessidades são múltiplas, a sua desmobilização e reintegração social trazem problemas médicos, logísticos, sociais e psicológicos, envolvendo sentimentos de abandono, de pressão e de isolamento. Para além dos problemas de emprego e as dificuldades de auto-sustento, a pessoa deficiente enfrenta preocupações em relação ao seu papel e à sua aceitação no seio da família e da comunidade. E por outro lado, a imagem pública do deficiente militar é de que ele é violento e perigoso, como se tem vindo a constatar nestes dois últimos anos.

2. A Resposta Social

A resposta social tem no seu centro a reinserção e a reintegração social. Este grupo social enfrenta uma série de problemas na sua vida quotidiana. Problemas práticos, da resolução de necessidades básicas, e problemas sociais e psicológicos ligados a toda a violência de uma guerra. O apoio apropriado tem lugar mais a nível da família e da comunidade do que a nível do tratamento médico. Mas também, devido às dificuldades experimentadas pela família e pela comunidade em que o deficiente se encontra inserido, a criação de um círculo negativo dificulta a reintegração e a reinserção efectivas.

Os princípios gerais da recuperação do deficiente incluem a reintegração familiar, o restabelecimento da auto-confiança, da auto-estima e dignidade perdidas, o auto-controle e a capacidade de exigir da sociedade o respeito pela sua situação.

Experiências de outros países mostram, na verdade, a complexidade dos processos de reabilitação e de reintegração social. No Zimbabwe, estudos feitos em relação a esta problemática revelam que não é a fase médica da reabilitação (que até pode implicar internamento hospitalar) o aspecto mais crítico de uma integração efectiva. Este reside na terapia a

longo prazo, na questão da habitação, da educação, da formação vocacional, e nas oportunidades de participação no mercado do trabalho. E temos experiências em Moçambique que nos revelam que o desenvolvimento de serviços separados para deficientes impede a reintegração do deficiente na família e na sociedade.

Quais são os aspectos que devemos ter em conta num processo de reintegração social? Um primeiro aspecto envolve factores económicos, ligados ao emprego e ao auto-sustento. Em geral, este é um aspecto extremamente difícil pela falta de oportunidades no mercado de trabalho formal; pelo baixo nível de escolarização das pessoas atingidas pelas minas; pela dificuldade de acesso a níveis formais de educação; e principalmente, pela falta de legislação que possa garantir a igualdade de oportunidades no mercado do trabalho. No nosso caso, o problema é ainda agravado quando o acesso à terra se começa a tornar limitado, principalmente nas zonas rurais.

O segundo aspecto é o conjunto de factores psico-sociais. É muito delicado e envolve o reconhecimento do deficiente como uma "pessoa humana". Diz respeito à necessidade que o deficiente tem de ser aceite pela família e pela sociedade. Por outro lado, do ponto de vista psicológico também, a necessidade que ele tem de assumir o seu próprio estado físico. A necessidade que ele tem de fazer face ao possível desamparo familiar, à rejeição e, também, ao isolamento. Daí que as pessoas deficientes tenham muitas vezes receio de abandonar os centros, receio de serem esquecidas se voltarem para as terras de origem, de ficarem sem acesso aos serviços médicos e de reabilitação.

O terceiro aspecto envolve os factores legais. Nós não temos ainda legislação em Moçambique que possa desempenhar o importante papel de protecção e promoção do deficiente.

Em relação aos factores médicos, o aspecto da reabilitação médica abrange não só a reabilitação inicial, mas também a necessidade de renovação dos aparelhos de compensação. E por várias razões esses serviços localizam-se nas capitais provinciais ou nas cidades, fora portanto de um acesso fácil por parte dos deficientes. Num trabalho que a Secretaria da Acção Social desenvolveu num centro de

deficientes militares, estes referiram a angústia que sentiam ante a perspectiva de regressar para as suas terras. Em cerca de 90% dos casos, a vontade de regressar estava associada ao receio de ficar sem acesso a um centro de saúde onde pudesse ter a renovação dos seus aparelhos de compensação.

Portanto, estes factores todos devem ser vistos como interligados num processo de reintegração social que é complexo. Daí a importância da colaboração de todos os intervenientes nesta matéria, tanto governamentais como não-governamentais.

Um outro aspecto da resposta social à problemática da deficiência deve ser encarado com atenção. Os princípios sociais em Moçambique incluem o envolvimento da comunidade na análise de todos os problemas, bem como nas acções que visam a sua resolução. Assim, a Acção Social procura desenvolver programas não-institucionais porque conhecemos bem os efeitos da institucionalização neste domínio, em que predominam as dificuldades de relacionamento do deficiente com os outros, a falta de uma perspectiva de futuro, o síndrome da dependência (a falta de capacidade de tomada de decisões como pessoa independente) e a instabilidade emocional manifestada pela grande falta de segurança pessoal.

Ao mesmo tempo as políticas sociais preconizam, na Constituição de Moçambique, a promoção dos direitos das pessoas deficientes e a orientação dos programas da saúde para a prevenção, educação, formação, reabilitação e igualdade de oportunidades. Por outro lado também, a promoção das capacidades das famílias dos deficientes para responderem a essas necessidades, de modo a promoverem o atendimento baseado na comunidade e a estimular a participação da pessoa deficiente.

É verdade que os efeitos da guerra, o trauma sofrido, a institucionalização, não fizeram com que houvesse um grande apoio psico-social à pessoa deficiente, quer em termos formais quer em termos tradicionais. Porque também aqui os curandeiros exercem um papel importante na reinserção social da pessoa traumatizada ou afectada pela guerra. Claro que temos ainda muito poucos profissionais moçambicanos nas

ciências sociais, sobretudo psicólogos e psiquiatras. E isto implica a necessidade de formar ou capacitar pessoas para poder participar no processo de reintegração social das pessoas mais afectadas pela guerra. E é verdade que acabei de enumerar os princípios mas, na prática, a dimensão desejável da sua implementação não tem lugar.

O que é que a nível do Governo de Moçambique, a nível da Acção Social, se tem feito? Iniciámos em 1991 a tentativa de definição de uma política nacional de deficiência que se refere à abordagem desta problemática de pontos de vista diversificados e coordenados. É urgente uma política nacional de deficiência e, consequentemente, uma lei da deficiência, que possa servir como elemento de referência e de guia de acção para as estruturas do Governo e outras. Mas essa lei, para ter algum impacto, tem que ser implementada. Por isso são também necessários mecanismos para a sua implementação.

Um outro programa que temos é o programa de atendimento às pessoas deficientes baseado na comunidade. É um programa piloto que está a ser experimentado em cinco províncias do país, que tem por objectivo treinar familiares de pessoas deficientes, crianças e adultos, e outros membros da comunidade, em técnicas e medidas de reabilitação para favorecer a autonomia da pessoa deficiente, ou favorecer o desenvolvimento normal da criança e minimizar a situação da deficiência. Estas actividades ocorrem em centros comunitários abertos ou no próprio domicílio da pessoa deficiente. Neste programa, iniciado há dois anos em cinco províncias, conseguimos abranger mais de 500 pessoas, enquanto que nas quatro escolas especiais do país são apenas atendidas 251 crianças. Podemos aqui ver que há uma extensão, uma participação dos familiares, dos vizinhos e da comunidade no apoio à pessoa com deficiência.

O terceiro aspecto diz respeito à sensibilização pública e coordenação institucional. Uma das causas mais comuns das atitudes negativas manifestadas pela sociedade é realmente a falta de conhecimentos sobre a deficiência e o que é necessário fazer para minimizar o impedimento. Daí resulta a tendência da criação de instituições para deficientes, a ausência patente de crianças deficientes nas creches, nas

escolas, a ausência de deficientes em cursos profissionais. Existe um programa de levantamento e registo de línguas e sinais moçambicanos para surdos, e temos pessoas surdas que sofreram os efeitos indirectos de minas. Este levantamento de línguas e sinais moçambicanos tem por objectivo capacitar os deficientes auditivos a desenvolver a sua própria linguagem e melhorar a sua comunicação, assim como perspectivar-se a possibilidade de introdução desta língua no ensino e na comunicação pública.

Uma outra actividade ou programa destina-se aos amputados de guerra, integrando o Ministério da Saúde, o Handicap International e o Comité Internacional da Cruz Vermelha, para a produção de próteses e outros aparelhos de compensação.

Uma área importante, de grande influência, são as associações de deficientes, que têm já um papel e uma dimensão na sociedade, pressionando o Governo para que se implemente o que está enunciado nas políticas e na Constituição.

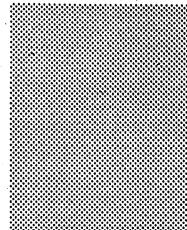
3. O Futuro

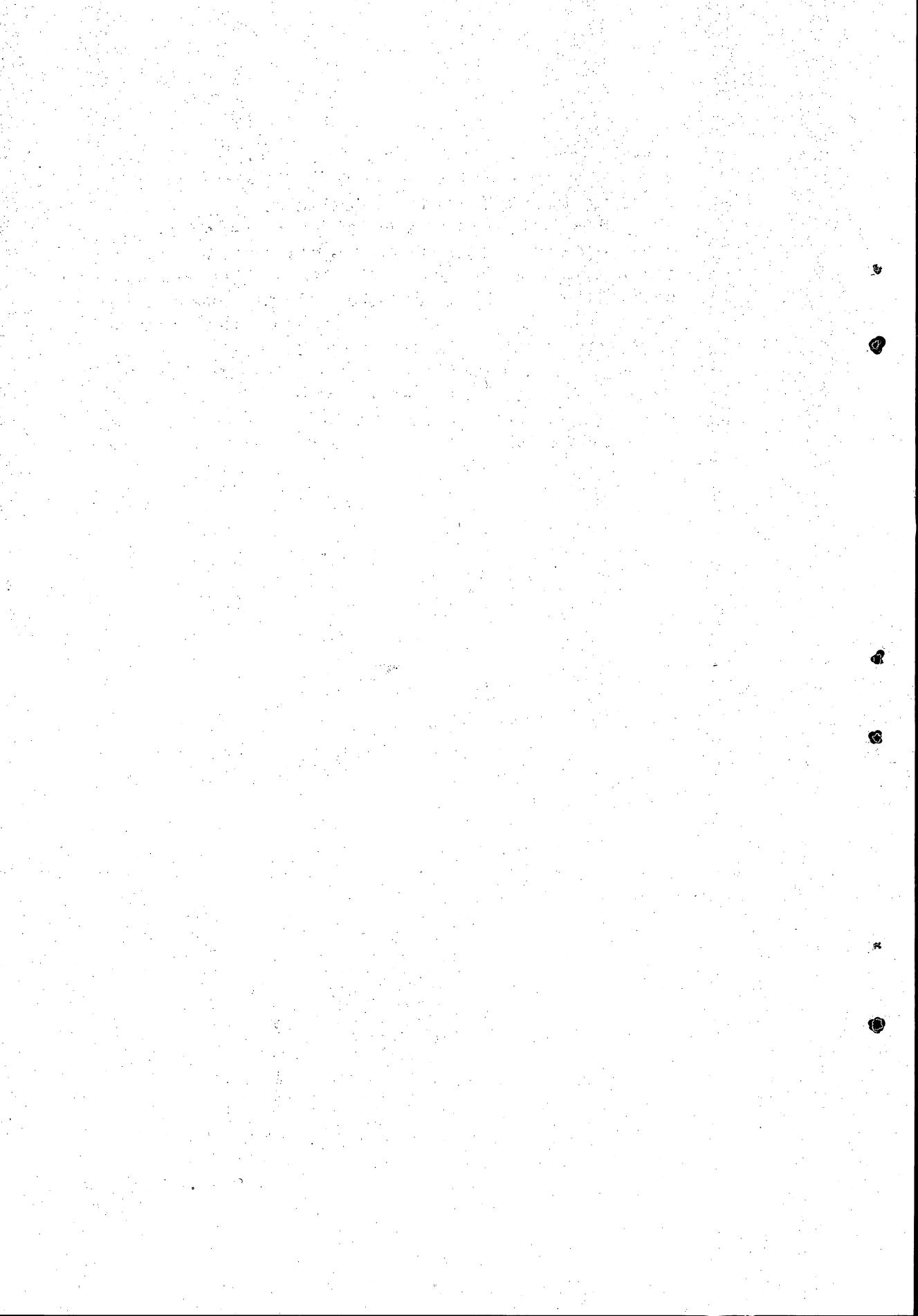
Tomando em conta a realidade muito limitada de recursos humanos e financeiros, e as lições tiradas das experiências dos outros países, o aspecto mais importante consiste em ter-se uma visão a longo-prazo: o que é que nós queremos? Qual é a nossa estratégia como sociedade, como Governo, como associações várias? É, essencialmente, sensibilizar o deficiente para que ele se liberte do síndrome da dependência e devolver-lhe a dignidade para que ele participe na solução dos seus problemas. Mas isso só não chega. É necessário também que haja políticas para que isto se concretize. Políticas que protejam o deficiente utilizando recursos nacionais e, complementarmente, a ajuda externa, de modo a poder haver sustentabilidade dos programas. Os programas baseados na ajuda externa têm que ter, cada vez mais, uma comparticipação de recursos nacionais.

Um outro aspecto consiste no reforço da colaboração entre os órgãos governamentais e não-governamentais, quer

a nível de leis, quer a nível de implementação de programas, devido à natureza multi-facetada dos problemas e à diversidade das necessidades dos deficientes.

Portanto, a resposta social aos efeitos das minas deve concentrar-se em acções a médio e longo prazos de promoção dos direitos das pessoas deficientes, de descriminação positiva da mulher deficiente, de promoção do deficiente e sua família, para que sejam capazes de encontrar respostas para os seus problemas. Por último, é necessário evitar a criação de centros para deficientes. As nossas experiências, em Nangade e outros locais, revelam os efeitos negativos do síndrome da dependência associado aos efeitos da institucionalização.





O HANDICAP INTERNATIONAL E A RESPOSTA MÉDICO- SOCIAL AO PROBLEMA DAS MINAS

Caroline Toulemonde¹

1. Alguns Dados Estatísticos sobre o Problema das Minas

Quero começar por referir as acções que o Handicap International está a desenvolver com as vítimas das minas anti-pessoal. As estatísticas que apresento aqui não podem ser consideradas com uma base nacional. São resultado de um estudo específico efectuado nos nossos centros ortopédicos e em projectos em algumas províncias.

Quanto às causas das amputações, apuradas nos centros ortopédicos, o estudo foi feito em 1993, a partir de uma base de 322 casos de amputações, em Tete e Inhambane (ver Quadro 1). Dos amputados tratados nas oficinas, a grande maioria, 48,4%, é de vítimas de minas anti-pessoal. Os restantes dividem-se em acidentes com mineiros, acidentes de viação, de combóio, de trabalho em geral, sendo de destacar uma grande parte de acidentes com balas de arma de fogo. Verifica-se igualmente, na classificação das vítimas da amputação, que a esmagadora maioria é de civis (82,7%), sendo 15,5% militares e 1,9% desconhecidos (ver Quadro 2).

Um terceiro quadro (Quadro 3), revela os acidentes com minas ocorridos na Província de Maputo, em parte dos anos de 1994 e 1995. O Quadro 4 indica, em relação às 53 vítimas de minas na Província de Inhambane entre Março de 1994 e Março de 1995, a repartição por actividades desempenhadas quando aconteceu o acidente.

¹Handicap International/Moçambique.

Quadro 1

Causas das Amputações Tratadas nos Centros Ortopédicos de Tete e Inhambane do Handicap Internacional (1993)

Causas das Amputações (322 Casos = 100%)	
Acidentes com minas anti-pessoal	48,4
Acidentes com armas de fogo	14,6
Doença	11,2
Causas desconhecidas	07,8
Acidentes de viação	07,5
Acidentes de mineiros	04,0
Acidentes de trabalho	02,5
Outros	02,5
Acidentes de combóio	01,6

Quadro 2

Classificação por Profissão dos Amputados Vítimas de Minas Tratados nos Centros Ortopédicos de Tete e Inhambane do Handicap Internacional (1993)

Profissão (322 Casos = 100%)	
Camponeses	33,0
Militares	15,4
Sem profissão	14,1
Empregados	12,8
Artesãos	06,4
Estudantes	06,4
Funcionários do Estado	04,5
Motoristas	02,6
Mineiros	02,6
Desconhecida	01,9

Quadro 3
Acidentes com Minas Anti-Pessoal na Província de Maputo (Junho de 1994 a Abril de 1995)

DISTRITO	1994						1995			TOTAL			
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	1994	1995
Magude	04	--	02	02	04	02	02	01	01	00	00	18	18
Manhiça	05	--	02	00	06	02	02	02	00	00	00	19	19
Marracuene	01	--	00	00	02	00	00	00	00	00	00	03	03
Boane	04	--	02	00	00	00	01	00	00	00	00	07	07
Moamba	01	--	01	00	02	02	01	00	00	00	01	08	08
Namaacha	01	--	01	01	00	00	01	02	01	01	00	08	08
Matutuíne	02	--	00	03	00	00	00	02	01	00	00	08	08
TOTAL	18	--	08	06	14	06	07	07	03	01	01	71	71

Fonte: Dados colhidos durante a campanha de sensibilização dos Médicos sem Fronteiras/Suíça.

Quadro 4
Actividades Desempenhadas pelas 53 Vítimas da Província de Inhambane entre Março de 1994 e Março de 1995, Quando Ocorreu o Acidente

Actividade	No. Vítimas
Brincando com munições ou minas	11
Andando de carro	07
Trabalhando no campo	06
Procurando frutos	06
Andando fora dos caminhos	05
Cortando material de construção	04
Procurando lenha	03
Caçando	03
Atravessando o cercado de uma aldeia	02
Perseguindo um animal doméstico	01
Outros	02

Fonte: Handicap International, Dados recolhidos durante a campanha de sensibilização na Província de Inhambane de Março de 1994 a Março de 1995

Nos 53 casos da Província de Inhambane, 22 das vítimas morreram e 31 ficaram feridas. Do mesmo total, 20 eram homens, 7 eram mulheres, 13 eram crianças com menos de doze anos, e 13 eram desconhecidos.

2. Acções de Apoio às Vítimas das Minas e Outros Engenhos Explosivos

O Handicap International, em colaboração com o Ministério da Saúde e o Ministério da Coordenação da Acção Social, tem trabalhado na criação de estruturas para fornecimento de aparelhos ortopédicos e para acolhimento dos deficientes durante a fabricação daqueles aparelhos; na informação às pessoas amputadas sobre a existência de centros ortopédicos

onde podem receber próteses; e na reabilitação e terapia física dos mutilados que receberam aparelhos.

Em suma, com as associações locais de deficientes (a ADEMO, Associação dos Deficientes de Moçambique, e a ADEMIMO, Associação dos Deficientes Militares de Moçambique), o Handicap International apoia as acções que visam o reconhecimento do deficiente, como por exemplo a sua reintegração social com direitos e deveres.

3. Acções Preventivas: As Campanhas de Sensibilização sobre o Perigo das Minas e Outros Engenhos Explosivos

Desde Junho de 1993 que o Handicap International organizou campanhas de sensibilização nas províncias de Tete, Inhambane, Zambézia e Maputo, com o apoio dos Médicos Sem Fronteiras/Suíça.

Podemos definir uma campanha de sensibilização como uma campanha de consciencialização durante a qual são transmitidas informações que visam a mudança do comportamento das pessoas.

O objectivo principal da campanha de sensibilização sobre o perigo das minas e outros engenhos explosivos é de contribuir para a diminuição do número de acidentes causados por minas, especialmente numa época de paz, quando as pessoas estão de novo a organizar a vida nas suas zonas de origem. Para isso é preciso que as pessoas tomem consciência do real perigo das minas; que fiquem atentas porque mesmo depois da guerra as minas permanecem activas durante longos anos; enfim, que elas possam viver ao lado dos terrenos minados sem arriscar diariamente as suas vidas.

Através de uma rede de agentes de sensibilização, e organizando ou aproveitando as reuniões das populações, são divulgadas informações sobre: a apresentação de minas; os efeitos das minas e outros objectos explosivos; as zonas suspeitas; o que se deve fazer antes de nos deslocarmos a uma zona desconhecida; quais são os sinais que permitem suspeitar de uma zona; o que fazer ao descobrir uma zona minada ou um engenho explosivo; quais são os sinais de perigo que podem ser utilizados pelas próprias comunidades;

e o que fazer em caso de acidente.

Neste sentido, os temas principais da campanha são:
Não mexer, não tocar, não remover um objecto desconhecido e avisar quando se descobre uma zona minada.

Durante o trabalho de sensibilização nas comunidades, organiza-se a recolha de dados sobre os lugares minados conhecidos pelas populações, com o objectivo de especificar e identificar onde está o perigo. Este banco de dados assim estabelecido deverá servir outros parceiros na organização da demarcação e na desminagem dos sítios definidos como prioritários pela comunidade. O trabalho com a comunidade permite organizar e criar comités de aldeia, que informam os novos regressados às aldeias sobre os perigos das minas, e os agentes do programa em caso de novo acidente com minas ou de descoberta de nova área minada. São estes comités que levam a comunidade a assumir as suas responsabilidades em relação ao problema, e a procurar soluções.

Nestas campanhas são utilizados diversos materiais pedagógicos, como cartazes, panfletos, videos, capulanas, bandas-desenhadas, crachás, auto-colantes, e outros. Para além da distribuição destes materiais às populações como forma de ajudar à sua sensibilização, recorre-se também a outros meios de transmissão da "mensagem", nomeadamente sessões de esclarecimento, peças de teatro, canções, projecção de filmes e divulgação de mensagens radiofundidas. Os postos de saúde e as escolas são lugares privilegiados para estas apresentações. As igrejas e as estruturas locais e tradicionais desempenham igualmente um papel activo na realização das campanhas de sensibilização.

4. Resumo dos Resultados destas Campanhas, a partir da Experiência do Handicap International e dos Médicos Sem Fronteiras/Suíça

Nas províncias onde trabalhámos, entre 16 e 26% da população total esteve presente pelo menos numa sessão de sensibilização. Destas pessoas, um terço era composto por crianças, que representam o grupo-alvo da campanha. Por exemplo, na Província de Maputo, 80% das pessoas

"sensibilizadas" responderam correctamente à pergunta: *O que deve fazer perante um engenho explosivo ou uma mina?*, enquanto que da população "não-sensibilizada" apenas 51,8% souberam responder à mesma pergunta. As mulheres e as crianças são os grupos mais vulneráveis, e constituem o grupo menos consciente perante este perigo.

5. Novas Perspectivas dos Programas de Sensibilização no País

Para além da nossa, desde 1993 que existem outras iniciativas, nomeadamente: do Conselho Norueguês para os Refugiados e do CEMIRDE, que trabalharam em alguns distritos das províncias de Gaza e Maputo; da ADEMO, que apoiou o trabalho levado a cabo na Província de Maputo; das organizações de desminagem Norwegian People's Aid e MineTech, que levaram a cabo trabalho de sensibilização nas zonas de Tete e Manica, onde desenvolveram actividades de desminagem.

Foram também organizadas várias campanhas fora do país, nos campos de refugiados moçambicanos na África do Sul, Swazilândia, Zimbabué e Malawi. Todas estas iniciativas foram coordenadas por duas agências das Nações Unidas, o Comité das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOHA), e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Hoje, várias entidades, incluindo as Nações Unidas, diversas ONGs como o Handicap International, o Conselho Norueguês para os Refugiados, os Médicos Sem Fronteiras e outros, estão a envidar esforços com vista a uma coordenação que assegure a harmonia e optimização do trabalho de todos os organismos que desenvolvem ou pretendem vir a desenvolver campanhas de sensibilização. A recém-criada Comissão Nacional de Desminagem surge como um elemento importante que vai permitir a coordenação e implementação destas actividades e, consequentemente, o Handicap International pertende trabalhar em conjunto com ela nesta coordenação.

São objectivos fundamentais da coordenação: conceder apoio técnico para a formação de agentes de sensibilização;

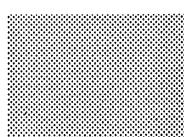
produzir material de apoio culturalmente apropriado e com vista à uniformização das mensagens; contribuir para a activação dos mecanismos e canais de recolha e disseminação de informação, quer sobre os locais minados quer sobre o número de acidentes; e criar uma rede que envolva a administração local, o sector de educação, as agências de desminagem, as igrejas, a Cruz Vermelha de Moçambique e muitas outras entidades que, no terreno, possam contribuir para uma maior consciencialização para o perigo das minas.

6. As Limitações destas Campanhas

A coordenação apontada deverá ter em conta as limitações de que enfermam ainda as campanhas. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que a cobertura está ainda longe do desejável, sobretudo devido à reduzida rede de agentes. Por outro lado, alguns acidentes que ocorrem nas áreas demarcadas ou sinalizadas, indicam que as pessoas ignoram muitas vezes estes sinais de alerta porque têm necessidade de continuar a desenvolver as suas actividades de caça, recolha de frutos, etc.

A sensibilização não resolve por si só o problema fundamental, funcionando apenas ao nível das consequências. Como resposta ela não deve funcionar sózinha, tem que ser acompanhada por outras actividades como a demarcação e a própria desminagem. Ela deve ter em conta um elemento muito importante, expresso pelo exemplo da Província da Zambézia onde, entre Junho e Dezembro de 1994, 89% dos acidentes com minas ocorreram fora das estradas principais, nos caminhos ou nos campos, em volta das fontes de água ou em casas abandonadas durante a guerra.

Através das campanhas de sensibilização pode-se desenvolver a troca de informações sobre a localização dos sítios minados, e com estes dados chegar-se à redefinição das prioridades em termos de desminagem.



OS PROBLEMAS DAS VÍTIMAS DAS MINAS

Farida Gulamo¹

Moçambique foi afectado pela guerra durante um período de 28 anos. Em Outubro de 1992, em Roma, foi assinado o Acordo Geral de Paz entre o Governo moçambicano e a Renamo, pondo fim ao conflito armado. A guerra produziu um milhão de mortos e cinco milhões de refugiados. Através dos diferentes conflitos, os combatentes de ambos os lados usaram minas anti-pessoais sem descriminação e em violação dos princípios da Convenção das Nações Unidas de 1980. As minas causaram, e continuam a causar, mais de 10.000 vítimas, na sua maioria civis. De acordo com os dados das Nações Unidas divulgados em 1992, existem no país cerca de 2 milhões de minas, embora este número seja actualmente muito questionado. Mas, independentemente disto, existem províncias do nosso país que estão fortemente minadas, sobretudo as de Tete, Maputo, Sofala e Manica, entre outras.

O poder destrutivo das minas anti-pessoal tem provocado ainda hoje devastações psicológicas que dificilmente podem ser avaliadas. Os prejuízos sócio-económicos que as minas provocam ao país são enormes. O plano nacional de desminagem, assinado três meses depois da assinatura do Acordo Geral de Paz, implementou algumas directivas e determinou certas áreas consideradas prioritárias, embora continuem, ainda hoje, muitas zonas do solo moçambicano fortemente minadas. Isto contribui para

¹Presidente da Associação Moçambicana dos Deficientes (ADEMO).

provocar dor, luto, sofrimento nos cidadãos civis. Embora haja paz, muitas vítimas das minas anti-pessoal continuam a surgir. Na sua maioria, são cidadãos civis, incluindo crianças, camponeses, pastores, famílias que regressas às suas zonas de origem no pós-guerra. Infelizmente aumenta anualmente o número de pessoas que aguardam tratamento em consequência da acção das minas.

A criança é uma das grandes vítimas das minas anti-pessoal. O impacto negativo da guerra na saúde da criança, assim como no seu bem-estar, está ligado tanto às mudanças do meio social como ao deslocamento das comunidades, à separação das famílias, ao enfraquecimento da produção alimentar, às dificuldades no acesso à escola, assim como aos efeitos directos e indirectos na saúde dos indivíduos. Este aspecto é particularmente relevante quando surgem as minas anti-pessoal, pelo seu efeito insidioso na família e na vida da comunidade. Mesmo que as minas não matem, mutilam e, portanto, podem ser usadas para impedir a realização de actividades económicas e sociais normais.

O uso de minas anti-pessoal tem vindo a afectar a vida de numerosos civis nas zonas de conflito ou em áreas pós-conflito. As Nações Unidas estimam em 100 milhões o número de minas implantadas em várias partes do mundo. Os países mais seriamente afectados são o Cambodja, Afganistão, Angola e Moçambique, entre outros.

Pará alén de matar ou mutilar, as minas anti-pessoal provocam um impacto mais vasto nas famílias e nas comunidades, assim como na provisão de serviços. Estes efeitos muitas vezes não são estudados. Em muitos casos o maior impacto é sentido sobretudo no período do pós-guerra, porque os civis que tendiam a sair das zonas afectadas pelo conflito durante a guerra, com o cessar-fogo retornam às suas zonas de origem, muitas vezes fortemente minadas.

As minas são um perigo significativo para todos os civis, e em especial para as crianças. São vários os impactos que as minas provocam. O impacto físico, provocando a mortalidade, danos, deficiência e doenças. O impacto psico-social. A ruptura económica e o empobrecimento. A vulnerabilidade social, o desaranjo e a separação de famílias.

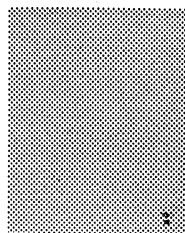
Com bastante preocupação, a ADEMO sente que as minas contribuem fortemente para o aumento do número de deficientes. O que é que o Governo e a comunidade em geral estão a fazer para minimizar o problema das vítimas? Muito pouco está a ser de facto feito. Numa sociedade como a nossa qualquer indivíduo tem que contribuir para o sustento da sua família. Se o mesmo se encontra, de repente, mutilado, ele não pode continuar a produzir para a família, passando pelo contrário a necessitar de apoio dessa mesma família. As vítimas do sexo feminino são abandonadas pelos maridos, ficando numa situação bastante difícil, pois têm que contar com as próprias forças para sustentar os seus filhos.

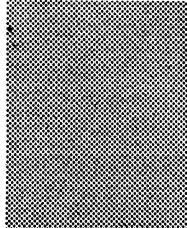
Apesar dos apelos das organizações de deficientes existentes no país, muito pouco o Governo tem feito. A desminagem deveria ser para o Governo uma das primeiras prioridades, tal como o processo de reabilitação psico-social das vítimas, pois o país precisa de pessoas sãs e aptas para contribuir para o seu desenvolvimento. É permente e urgente que se poupe a vida das pessoas, crianças e adultos, que são vítimas das minas. O país possui mais de um milhão de deficientes, e as minas têm feito aumentar mensalmente este número. É urgente que se intensifique a desminagem. Para tal é necessário que o Governo e as organizações internacionais trabalhando em Moçambique mobilizem e envidem esforços na recolha de fundos para que a desminagem tenha lugar o mais depressa possível.

É preciso que Moçambique assine a Convenção de 1980 que proíbe a produção, venda e utilização de minas anti-pessoal. É importante que se organizem programas de reabilitação para as vítimas, assim como a preparação de programas que criem condições de auto-suficiência dos deficientes em geral e dos mutilados em particular.

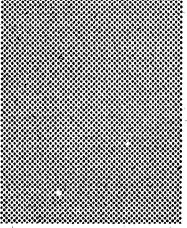
Foi já dito que falta uma política nacional neste domínio. Esta área é muito necessária e importante para o nosso país, não só por causa do problema das minas. Em geral, é necessária uma política nacional de atendimento às pessoas com deficiência, assim como é necessário que a recém-criada Comissão Nacional de Desminagem defina uma política nacional em termos de estratégia e de prioridades, dizendo-nos o que é que vai realizar ao longo do país no

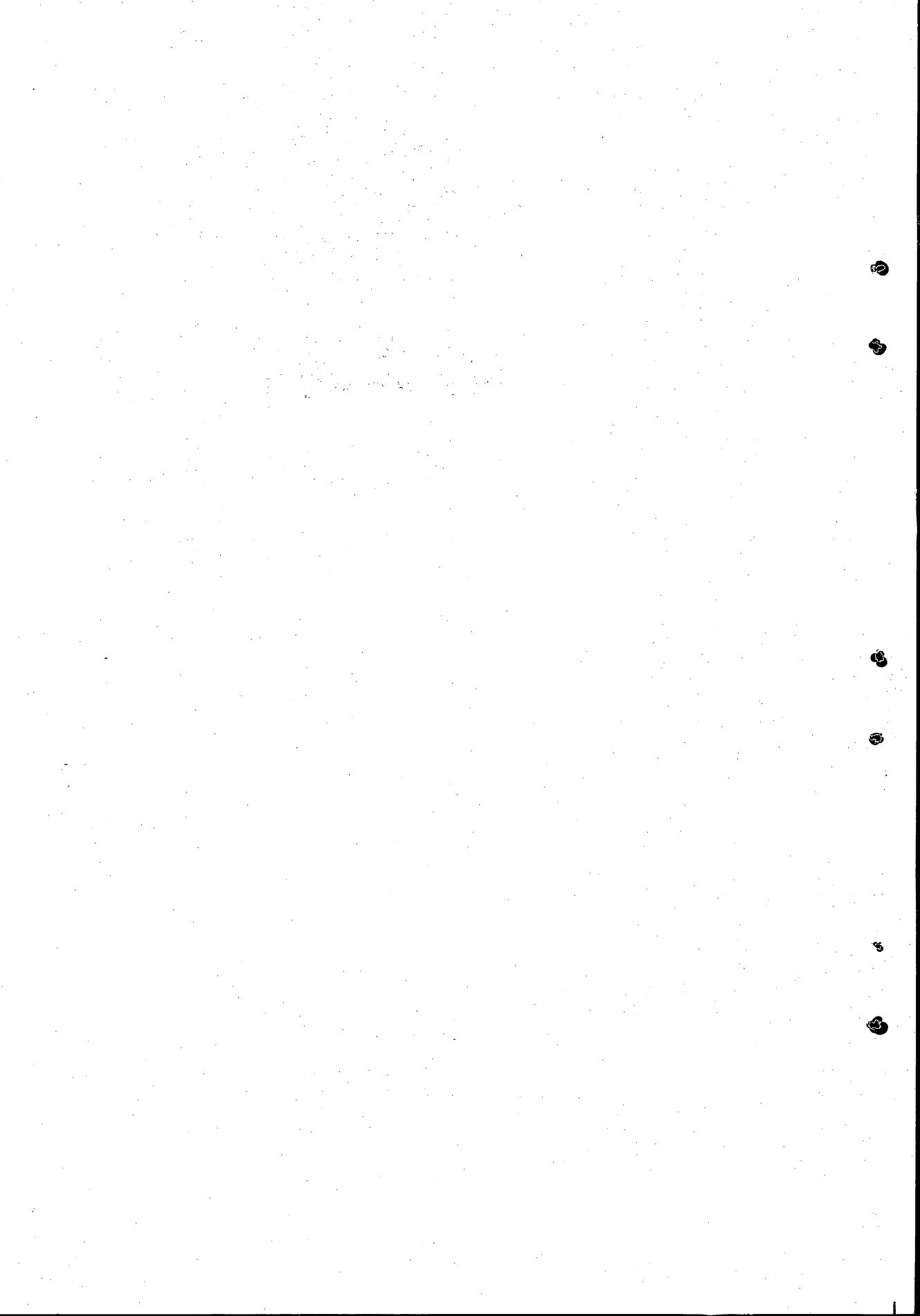
processo da desminagem, e o que é que nós queremos que se faça para que ocorra um desenvolvimento harmonioso da sociedade moçambicana.





IV DESMINANDO





A PERSPECTIVA DA COMISSÃO NACIONAL DE DESMINAGEM

Osório Mateus Severiano¹

Pelo seu grande impacto na vida quotidiana dos moçambicanos, tanto nas acções de realização da vida sócio-económica e político-cultural, bem como nas de pacificação nacional, a questão da desminagem polariza com justa razão não só as atenções dos moçambicanos, e em especial do seu Governo, como também da comunidade internacional solidária com Moçambique.

Foi tomando em consideração o impacto extremamente negativo e a impossibilidade de se levar a bom termo o processo de normalização da vida do país, e a subsequente reactivação da vida sócio-económica sem que se resolvesse o problema das minas no país, que o Governo, no decurso das negociações de paz em Roma, colocou a questão da desminagem como sendo uma das acções que deveriam merecer a atenção especial da ONUMOZ e do Governo saído das eleições multi-partidárias que marcariam o auge da aplicação dos Acordos de Roma.

Com efeito, à luz do Acordo Geral de Paz, a condução das acções de desminagem no país, no período compreendido entre Outubro de 1992, início do mandato da ONUMOZ, e Dezembro de 1994, fim do mandato da ONUMOZ, esteve sob a alçada da Comissão de Cessar-Fogo, pressupondo-se à partida um grande e activo envolvimento das partes subscritoras do Acordo Geral de Paz, isto é o Governo e a Renamo, e de forma extensiva todo o povo moçambicano.

¹Comissão Nacional de Desminagem (CND).

Entre este desejo, legitimamente expresso no Acordo Geral de Paz, que as partes e a ONUMOZ se propuseram cumprir, e a forma como foi conduzida a desminagem, e o balanço final que obtivémos, vai uma distância significativa no sentido negativo. O grupo de gestão indicado pela UNOHAAC para a condução do processo de desminagem enquanto durasse o mandato da ONUMOZ foi, pouco a pouco, distanciando-se dos principais actores do Acordo Geral de Paz, e as consequências não se fizeram esperar. Além da observância de certas disposições legais em vigor no país, os moçambicanos e o seu Governo ficaram alheios não só à tomada de decisões que tocavam o fundo das suas vidas como é o caso vertente da desminagem, mas também, e mais grave ainda, foram transformados em meros espectadores do processo de desminagem que decorria no seu país, consumindo informações sobre o seu decurso apenas quando alguém se dignasse a entregar ou ceder qualquer relatório ou informação sobre a matéria.

As inquietações legítimas dos moçambicanos sobre a matéria, sobre a forma como era conduzido o processo de desminagem, foram objecto de profunda análise pelo Governo saído das eleições multi-partidárias no ano transacto. Esta reflexão culminou com a aprovação, pelo Governo de Moçambique, do Decreto 18/95, de 3 de Maio, que cria a Comissão Nacional de Desminagem. Com a aprovação deste decreto o nosso Governo deu um passo qualitativamente novo e de importância transcendental na condução da desminagem no país, passando a ser ele, de agora em diante, o único órgão responsável pela definição de políticas, estratégias e prioridades de desminagem, assim como pela condução, coordenação e fiscalização de toda a actividade de desminagem no país.

Para um país como o nosso, dilacerado por uma guerra que encontra poucos paralelos no mundo, e que pretende repor-se tão rápido quanto possível, nos carris da paz, da harmonia nacional e do desenvolvimento auto-sustentável, a dispersão de esforços e de recursos na área da desminagem poderá, de modo significativo, influenciar negativamente o cumprimento cabal do programa de governação do país já aprovado para os próximos cinco anos. Por isso mesmo, o

papel dirigente do Estado nesta área torna-se imprescindível e inadiável.

Para a execução desta tarefa incumbida pelo Governo, a Comissão Nacional de Desminagem está estruturada em três níveis, a saber: 1) o nível político; 2) o nível executivo; e 3) o nível de operação.

Compete em especial ao nível executivo o seguinte: estudar e propor estratégias e planos de acção a serem desenvolvidos no âmbito da desminagem no território nacional; recolher, analisar, sistematizar e tratar dados sobre a problemática das minas e outros engenhos explosivos no território nacional; prestar ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo a necessária assistência técnica no âmbito do licenciamento de empresas e organizações especializadas em acções de desminagem; fiscalizar todas as actividades de desminagem em curso no país que estejam sob alçada da Comissão Nacional de Desminagem; promover concursos públicos para a realização de contratos de prestação de serviços na área da desminagem, e o controlo da sua execução; promover a criação de uma capacidade nacional de desminagem através de operadores empresariais e de organizações não-governamentais nacionais, bem como através de um destacamento nacional operativo a si subordinado; elaborar e dirigir a aplicação do programa nacional de educação cívica sobre o perigo de minas e outros engenhos explosivos.

Para dar a necessária celeridade e levar a bom termo a actividade de desminagem no país, o Governo está ciente da necessidade de tornar esta actividade não só mais participativa, em termos de natureza ou tipo de operadores envolvidos, como também torná-la simultânea em termos de abrangência territorial e realização das operações de campo. Para a concretização deste diálogo o Governo prevê a combinação dos esforços dos sectores estatal, privado e comunitário.

Os grandes desafios que se colocam na área da desminagem exigem uma intervenção consciente e crescente não só da comunidade nacional como também da comunidade internacional. São imensas as lacunas que se sentem na área da informação sobre a presença de minas e outros engenhos

explosivos, e na prevenção do perigo que elas representam no país, pelo que desde já é bem vinda a participação das comunidades nacional e internacional nos esforços que a Comissão Nacional de Desminagem pretende brevemente encetar.

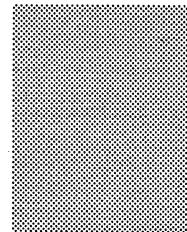
Têm sido vários os pontos de partida para a abordagem da problemática das minas e outros engenhos explosivos no país. Genericamente, ao abordar-se esta questão tem-se considerado como essencial a quantidade de minas que se diz estarem implantadas no país. Na óptica do Governo, a abordagem do problema das minas e outros engenhos explosivos e artefactos de guerra não deve circunscrever-se apenas à apresentação de estimativas numéricas de minas implantadas no país. O fundamental nesta abordagem é até que ponto é que as minas põem em perigo a vida e a segurança das populações e seus bens. E qual é o entrave que elas representam para o reatamento, em segurança, das actividades sócio-económicas e político-culturais em toda a extensão do país. Tecnicamente, a quantidade de minas e de outros engenhos explosivos não tem sido o factor determinante para a celeridade das operações de desminagem. Esta depende, sim, de factores como: direcção, planeamento, coordenação e fiscalização do processo da sua remoção; disponibilidade ou indisponibilidade de informações e recursos para a desminagem ou remoção de minas e outros engenhos explosivos; maior ou menor envolvimento das comunidades no processo, entre outros.

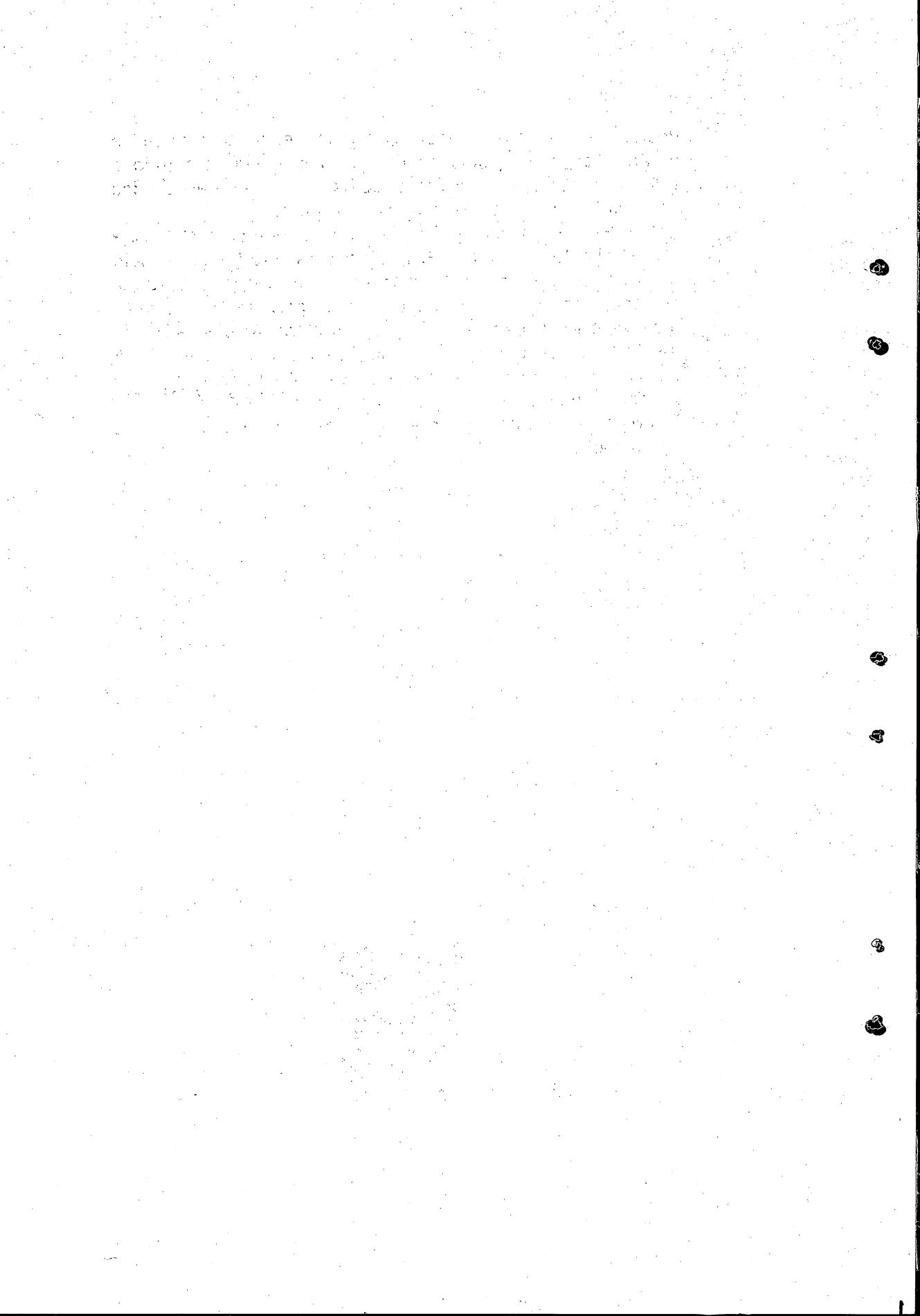
Com este posicionamento não pretendemos menosprezar, ao abordarmos a problemática da desminagem, o factor numérico dos engenhos implantados no país. Cremos, sim, que este factor seja associado ao aspecto relevante da sua presença no terreno e ao seu impacto na vida nacional, sobretudo nesta fase crucial de pacificação do país. A grandeza e a complexidade deste problema devem ser medidas também, e fundamentalmente, com base no impacto e não somente a partir de grandezas numéricas de minas e outros engenhos implantados.

No âmbito deste processo o Governo dará prioridade a todas as acções de desminagem que tenham em vista garantir o regresso e reassentamento rápido e seguro de populações

deslocadas ou refugiadas da guerra recém-terminada; a garantia da livre circulação de pessoas e bens em todo o território nacional; a reactivação com segurança das actividades sócio-económicas em todo o país.

Para a concretização desta tarefa, que se espera vir a ser difícil e prolongada, o Governo espera contar com o apoio das comunidades nacional e internacional, estando desde já aberto a tornar tão transparente e participativa quanto possível a sua acção de condução, coordenação e fiscalização desde importantíssimo acto de pacificação nacional. A Comissão Nacional de Desminagem está aberta à participação de todos quantos o possam fazer, organizados nas mais diversas formas, no combate a este mal cuja erradicação nos une a todos.





A DESMINAGEM E A PERSPECTIVA DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Moisés Venâncio¹

A extensa presença de minas no território moçambicano é inequivocamente um dos mais perigosos e nefastos legados da guerra civil que grassou no país durante dezasseis anos. As minas constituem uma ameaça permanente à vida humana, tendo já ceifado um número grande, embora desconhecido, de moçambicanos, aumentando as estatísticas dos deficientes, dificultando a normalização das actividades sócio-económicas e a reabilitação de infraestruturas importantes para o progresso e desenvolvimento do país.

A assinatura do Acordo Geral de Paz, em Outubro de 1992, possibilitou, pela primeira vez desde a eclosão da guerra de libertação nacional na década de sessenta, a elaboração e implementação de medidas visando a total erradicação destes engenhos letais.

Em tudo isto as Nações Unidas viriam a assumir um papel decisivo e preponderante.

¹Funcionário do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Maputo.

A primeira abordagem concreta a esta questão teve lugar aquando da Conferencia de Doadores que se realizou na cidade de Roma, em Dezembro de 1992, levando à disponibilização de 31 milhões de dólares para o período de 1993-1994. O montante destinava-se exclusivamente à implementação do plano de acção das Nações Unidas para a desminagem de Moçambique, que compreendia as seguintes componentes: 1) realização de um levantamento nacional sobre a existência de minas, o que foi concluído em meados de 1994; 2) desminagem de estradas prioritárias numa extensão de 2.000 quilómetros (a responsabilidade deste projecto foi entregue ao OPS, um departamento autónomo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); 3) estabelecimento de um centro de formação para sapadores.

Ao mesmo tempo, foram realizados outros projectos de desminagem, ora financiados ora levados a cabo em estreita coordenação com as Nações Unidas, nomeadamente: a RONCO, com financiamento do governo norte-americano; a Halo Trust, com fundos britânicos; e a NPA, financiada pelas autoridades norueguesas e com uma participação das Nações Unidas.

Nessa altura, as prioridades da desminagem estavam viradas para a mitigação da situação de emergência que caracterizava Moçambique, ou seja, a desminagem circunscreveu-se às vias de comunicação terrestre necessárias para a distribuição de auxílio humanitário às populações necessitadas, assim como para os movimentos massivos de população ocasionados pelo regresso dos refugiados e deslocados às suas zonas de origem.

Porém, vale a pena acrescentar que o plano da ONU para a desminagem tinha também como objectivo prioritário o reforço da capacidade nacional no sector da desminagem.

Se no início falei no papel preponderante da ONU nesta matéria, chegou a altura de dizer que não tardou até que surgissem problemas de variada índole, provocando sérios e graves atrasos no cumprimento do plano inicialmente delineado pela ONU, que tornaram a organização objecto de cerradas mas compreensivas críticas.

O levantamento nacional foi concluído apenas em meados de 1994. A desminagem dos 2.000 quilómetros de estradas arrastou-se até Dezembro do mesmo ano, devido principalmente a problemas de contratação. O centro de sapadores só entrou em funcionamento em Abril de 1994, com quase um ano de atraso.

Atendendo às preocupações suscitadas pelos atrasos, as Nações Unidas, mais propriamente o seu Departamento de Assuntos Humanitários, estabeleceram um Programa Acelerado de Desminagem (PAD ou ADP). Mantendo o objectivo inicial de reforçar a capacidade nacional de desminagem, o PAD visou: 1) o fortalecimento do centro de formação de sapadores; 2) a criação de uma estrutura de supervisão e gestão de operações; e 3) o desenvolvimento de uma capacidade de investigação sobre minas e a formação de quadros especializados em áreas tais como a supervisão e instrução, logística, administração e serviços de apoio médico.

O programa teve início em Agosto de 1994, e começou com actividades *in loco* em Outubro desse ano. Com mais de 450 sapadores moçambicanos e outros quadros especializados nas várias áreas acima mencionadas, o PAD já desminou uma área superior a 300.000 m² na zona Sul do país, onde concentra as suas actividades, tendo desactivado mais de 4.000 minas, o que coloca este programa na dianteira dos esforços de desminagem.

O fim do mandato da ONUMOZ (e da UNOHAC) levou à assinatura de um acordo entre o PNUD e o Departamento de Assuntos Humanitários, que resultou na transferência deste programa, entre outros projectos, para a tutela do Coordenador-Residente do sistema das Nações Unidas, que é também o Representante-Residente do PNUD, o que teve lugar em Janeiro de 1995.

Em Janeiro de 1996, data do término do PAD, haverá um verdadeiro dispositivo moçambicano capaz de assegurar operações de desminagem a longo prazo. Contudo, espera-se que o Governo de Moçambique tome uma decisão quanto ao futuro estatuto a conceder a este programa. Por outras palavras, há que escolher entre um futuro PAD como empresa privada, organização não-governamental ou entidade estatal.

Programa de Desminagem de Moçambique: Actividade até Junho de 1995

CONTRATOS DE DESMINAGEM	Km de estrada	M ² de área	Minas A/P	Minas A/C	Munições P/A	Explosiv.	Fragm.
PNUD/DAH		338.117,5	4.041			1.909	
ONU/NPA	48	1.501.252	1.399	11	52.848	1.477	
ODA (RUI)/Halo Trust	109,1	315.830	922	37	48.066	7.823	70.491
USAID/RONCO		1.943,62		25	5	19.513	81
ONU/LONRHO/RO/MECHEM (Projecto Caminho)	2.050,8		21	2	14.500	202	78.032
EC/PMA/GSG Ltd. (OPS Electric & Lincoln)	190	2.500			31	88.290	
TOTAL	4.342	2.157.700	6.408	55	134.927	11.523	236.813

Observações: O contrato OPS Electric & Lincoln foi concluído em 18 de Fevereiro de 1994, e o do Projecto Caminho em 15 de Dezembro de 1994. A/P = Anti-pessoal; A/C = Anti-carro; P/A = Pequenas Armas (espingardas, pistolas, etc.); Explosiv. = Recolhidos por rebentar (morteiros, bombas, granadas, etc.); Fragm. = Bocados de metal detectados.

Fonte: PNUD, 9 de Junho de 1995.

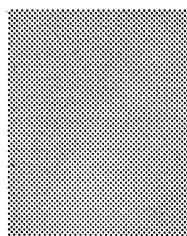
Ainda no quadro dos esforços empreendidos pelas Nações Unidas no campo da desminagem, assinala-se o início de um projecto de desminagem implementado por uma organização não-governamental norueguesa, a Norwegian People's Aid (NPA), com financiamento do fundo fiduciário do Departamento de Assuntos Humanitários das Nações Unidas e que se encontra, tal como o PAD, sob a alçada do gabinete do Coordenador-Residente. Este projecto visa a desminagem de 350 km de estradas, locais públicos e zonas comunitárias nas províncias de Manica e Sofala.

A recente decisão do executivo moçambicano, em Maio deste ano, de criar a Comissão Nacional de Desminagem, demonstrou a vontade do Governo de assumir a tutela do sector de desminagem, provendo um mecanismo capaz de coordenar e regular a desminagem a levar a cabo no território moçambicano, assim como de definir e implementar um programa nacional de desminagem em harmonia com as prioridades do país em matéria de desenvolvimento. Assim, a desminagem entra numa nova fase. Acabou-se o que se pode designar de desminagem de emergência, que se prendia fundamentalmente com a situação vivida no país por alturas do Acordo Geral de Paz, e entra-se numa nova fase caracterizada por uma desminagem planeada, coordenada, regulada e devidamente enquadrada nos planos governamentais para o desenvolvimento sustentado de Moçambique. Evidentemente, a tarefa mais importante que aqui se coloca é precisamente a definição e elaboração de um plano nacional de desminagem, o que decerto ocupará os respectivos responsáveis durante algum tempo. Neste sentido, o PNUD pretende apoiar esta nova fase de desminagem nacional com um projecto de apoio ao estabelecimento do directório executivo da Comissão Nacional de Desminagem, directório que terá a seu cargo a elaboração e implementação do plano nacional de desminagem, definição de normas para o sector e acompanhamento e fiscalização das operações desencadeadas.

O projecto do PNUD apoiará esta comissão sobretudo com assessoria internacional, com quatro peritos e três voluntários das Nações Unidas. Está também prevista no projecto uma quantidade limitada de equipamento e um

pequeno fundo para contratação de novas operações de desminagem em caso de eventualidades não previstas.

Finalmente, nunca é demais frisar que o protagonismo assumido pelo Governo na área da desminagem possibilita uma acção mais coordenada e, portanto, mais efectiva e benéfica para os moçambicanos, reféns do perigo escondido que são as minas.



A DESMINAGEM E A PERSPECTIVA DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS

*Bernard Kerblatt*¹

O termo minas terrestres é cada vez mais referido em conexão com as populações refugiadas e regressadas. Claramente, isto mostra que, cada vez mais, os refugiados e regressados ficam expostos aos perigos das minas. Tentarei brevemente, aqui, sublinhar alguns factos e estabelecer a ligação entre aquilo que o ACNUR está a tentar fazer e como é que os problemas colocados pelas minas afectam o trabalho da nossa agência.

O problema colocado pelas minas e outros engenhos explosivos é terrível em alguns países, entre eles Moçambique. É um problema que transcende as fronteiras, os grupos nacionais, culturais e étnicos, e que continua a matar e amputar civis de forma indiscriminada. Até hoje, as Nações Unidas contaram 64 países e territórios afectados pelas minas. Entre eles contam-se Afeganistão, Angola, Arménia, Azerbaijão, Cambodja, Chade, Colômbia, Djibouti, Egipto, El Salvador, Eritreia, Etiópia, Guatemala, Geórgia, Honduras, Irão, Iraque, Koweit, Laos, Libéria, Líbia, Mauritânia, Moçambique, Myanmar, Namíbia, Nicarágua, Perú, Polónia, Marrocos, Ruanda, Sahara Ocidental, Senegal, Somália, Sri Lanka, Sudão, Uganda, Vietnam, Yemen, ex-Jugoslávia e Zimbabwe.

¹Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados/Maputo.

São necessárias aqui duas observações relacionadas com esta lista, infelizmente longa, de países afectados pelas minas. Em primeiro lugar, a grande maioria destes países e territórios é de países em desenvolvimento. Em segundo lugar, na sua maioria também, são países que "produzem" refugiados ou acolhem refugiados de regresso a casa, ou mesmo, que fornecem asilo a refugiados.

Como disse o senhor Boutros Ghali, as minas podem ser uma das formas mais generalizadas e duradouras de poluição até agora existentes. E actualmente, estamos a perder a batalha da protecção de civis inocentes. Mesmo com um aumento significativo dos esforços de desminagem e com a evolução tecnológica, será impossível resolver os problemas de minas à escala mundial a menos que seja estancada a proliferação de minas. A forma melhor e mais efectiva de conseguir tal consiste em banir efectivamente a produção, utilização e transferência de todo o tipo de minas. Apelo a todos os Estados que considerem tal banimento com uma questão da máxima urgência.

Dada a natureza universal do problema, podemos considerar a palavra crise como a mais apropriada para definir esta situação. De facto, o Comité Internacional da Cruz Vermelha estima que as minas proliferam actualmente de forma tão rápida que existem cerca de 110 milhões de minas nos países e territórios acima referidos. Estima-se igualmente a colocação de uma média de 35 milhões de minas por ano. Ainda segundo o Comité Internacional da Cruz Vermelha, estas minas são espalhadas como sementes mortais que matam e amputam entre mil e dois mil pessoas por mês. Na sua maioria, evidentemente, civis inocentes.

Com cerca de 30 milhões de minas em pelo menos 18 países, África tem a infeliz reputação de continente mais afectado por esta praga. Tal com fica patente nesta nossa rápida incursão, as minas, e particularmente as minas anti-pessoal, tornaram-se num obstáculo ao ACNUR porque são utilizadas indiscriminadamente em conflitos internacionais e domésticos em tais quantidades que muito tempo depois do fim desses conflitos continuam a ameaçar as vidas e a segurança da população civil, incluindo os regressados. Para além de matar e amputar as populações civis, as minas

causam traumas psicológicos, destroem infraestruturas sócio-económicas, impedem o acesso à ajuda humanitária de emergência e destabilizam as instituições políticas, provocando por vezes a deslocação de populações no interior das fronteiras e através delas.

Além disso, a existência de minas dificulta o regresso das pessoas para as suas zonas de origem. Impede a reintegração social ao tornar a terra imprestável para a agricultura, habitação e outras necessidades. A preocupação do ACNUR em relação às minas emana das suas responsabilidades na protecção de refugiados e na procura de soluções duradouras para os seus problemas, em particular através da promoção do repatriamento voluntário. Neste contexto, a nossa agência tem interesse e responsabilidade em assegurar que o repatriamento tenha lugar em condições de segurança e dignidade. E que a segurança de refugiados, regressados e trabalhadores humanitários não seja ameaçada pela existência de minas nas estradas.

Reconhecendo o impacto das minas no bem-estar físico e no potencial de desenvolvimento das comunidades afectadas, o ACNUR tem defendido a desminagem humanitária e outras actividades relacionadas com ela, tendo em vista o regresso de refugiados e deslocados. Onde a presença de minas dificulta o regresso dos refugiados em condições de segurança e dignidade, e onde não existe capacidade local ou internacional para levar a cabo a desminagem, o ACNUR tomou medidas limitadas mas construtivas para proteger as rotas dos regressados e áreas de desminagem prioritária, e tem levado a cabo campanhas de consciencialização para o problema das minas, avaliação da existência de minas e, por vezes, demarcação de áreas minadas.

Em 1993 as Nações Unidas criaram uma unidade para as minas, no gabinete do Departamento de Assuntos Humanitários (DHA), e no Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO). O ACNUR coordena estreitamente a sua actividade com essa unidade para se desenvolver uma estratégia comum de programas humanitários de desminagem. No contexto do programa do Alto Comissariado de prevenção de crises de refugiados,

prontidão de resposta a estas crises e procura de soluções duradouras, a agência prioriza três aspectos: 1) proibição do fabrico, venda, transferência e utilização de minas anti-pessoal; 2) programas de redução de riscos, incluindo programas de consciencialização e educação para o perigo das minas nos países de asilo e zonas de origem; 3) procura de sistemas internacionais efectivos e coordenados para o financiamento e desenvolvimento de actividades de demarcação de minas e desminagem nos casos em que o perigo de minas interfere directamente no trabalho do ACNUR.

Além disso, o ACNUR opera em concordância com o parágrafo 3 da resolução 487 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 27 de Outubro de 1993. Esta resolução convida todos os programas e organismos relevantes, multilaterais ou nacionais, a incluir de forma coordenada as actividades relacionadas com a desminagem nas suas accções de apoio humanitário, social e económico. O ACNUR, em cooperação com outras agências humanitárias, continuará a esforçar-se por integrar nos programas apropriados as medidas que se seguem: 1) reconhecimento, levantamento e avaliação dos riscos representados pelas minas no regresso de refugiados e regressados, e determinação da escala e tipo de programas destinados à redução desses riscos; 2) campanhas de consciencialização, educação e informação sobre o perigo das minas; e 3) reabilitação das vítimas de minas no quadro do trabalho com os refugiados, o que inclui tratamento físico e psicológico.

Tendo em conta esta base, é necessário reflectir sobre a fase em que nos encontramos actualmente em Moçambique. Este país encontra-se na via da reconciliação, assinalada por marcos importantes, como o Acordo Geral de Paz assinado em Outubro de 1992, a realização das eleições gerais e o regresso de mais de 1,7 milhões de refugiados. Estas conquistas, por mais notáveis que possam ser, podem dar a falsa impressão que o problema foi resolvido. Infelizmente, a herança da guerra continua a afectar a vida quotidiana dos moçambicanos. Agora que Moçambique entra naquela que é designada, no calão humanitário, como a fase pós-emergência, posso apenas formular o desejo que o problema das minas continue a ocupar um lugar de destaque na agenda

de todos os actores envolvidos, incluindo as comunidades afectadas, o Governo moçambicano e a comunidade internacional.

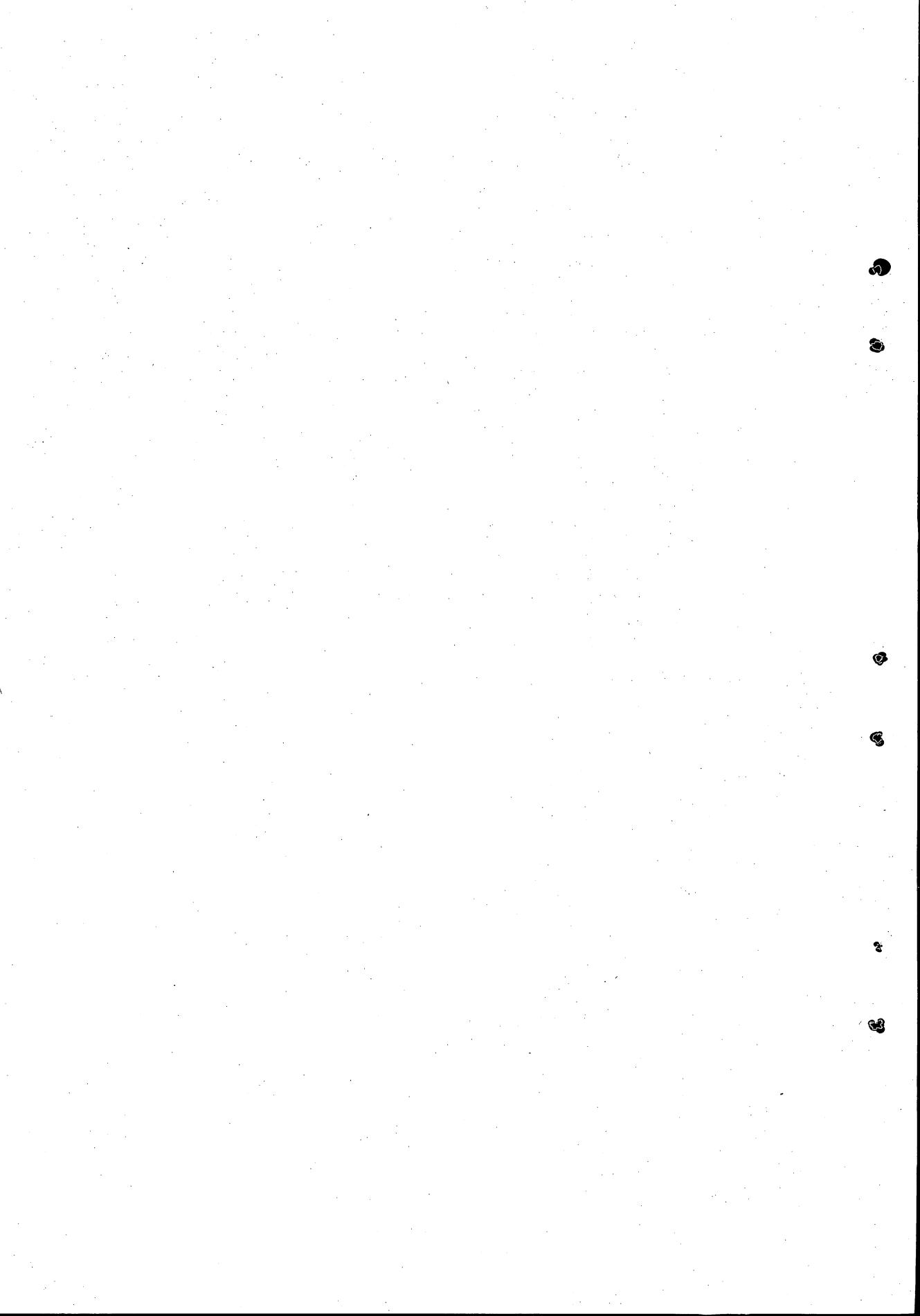
Antes de concluir gostaria de deixar aqui algumas recomendações práticas:

1) Prosseguir e desenvolver os esforços no campo da sensibilização para o problema das minas, particularmente nos 43 distritos prioritários que receberam pelo menos 10.000 regressados, ou onde os regressados constituem pelo menos 10% da população;

2) Prosseguir o diálogo com todas as partes envolvidas para promover o banimento internacional da produção, distribuição e utilização das minas;

3) Aplaudir o esforço do Governo no sentido de reforçar as capacidades de coordenação e desminagem em Moçambique.

Esperamos que a união das nossas vozes e acções possa contribuir, embora modestamente, para atenuar as causas e efeitos daquilo que o senhor Boutros Ghali considerou como a forma mais letal, generalizada e duradoura de poluição.



A DESMINAGEM E A PERSPECTIVA DE UM DOADOR: A USAID

Jack McCarthy¹

1. A Perspectiva dos Doadores

Entre os doadores que contribuiram para a desminagem e actividades com ela associadas em Moçambique, incluem-se os Estados Unidos da América, Noruega, Suécia, Itália, Holanda, Alemanha, Grã-Bretanha e, também, a Organização das Nações Unidas, no duplo papel de receptor e fornecedor de fundos dos doadores.

É importante começar por dizer que a perspectiva dos doadores tem que ter em conta não só o problema das minas como, também, todas as outras necessidades de desenvolvimento de Moçambique. Com isso quero dizer que os E.U.A., assim como outros doadores, encaram o problema das minas, e outros relacionados com ele, no contexto mais lato de programas e objectivos desenvolvimento. Consequentemente, as decisões sobre as contribuições relativas à desminagem têm que ser tomadas à luz de outros compromissos e outras necessidades, incluindo as prioridades do Governo de Moçambique e as necessidades do povo moçambicano, nomeadamente nos sectores da saúde e educação, infraestruturas sociais e físicas, constituição ou reconstituição de mercados (rurais e nacionais), democracia e governação, desmobilização e reintegração social, e outros.

¹Funcionário da USAID/Maputo. O texto que se segue não reflecte necessariamente a perspectiva de todos os doadores em Moçambique nem, particularmente a do Governo dos Estados Unidos da América.

Da mesma maneira, o Governo moçambicano deve tomar as suas próprias decisões e estabelecer as suas próprias prioridades sobre o que é importante financiar e o que não é. Isto significa que há coisas que não poderão ser financiadas aos níveis que se desejará.

Os problemas relacionados com as minas, em Moçambique, foram considerados pelos doadores e pela comunidade internacional como sendo de elevada prioridade nos finais de 1992. Hoje, os doadores encaram o problema das minas como mais um problema entre outros, e eventualmente não o problema mais prioritário, à luz das necessidades gerais de Moçambique. Isto poderá significar que as minas são importantes mas que há também muitas outras coisas importantes que é necessário financiar ou apoiar.

2. Factores que Afectam a Continuidade do Apoio dos Doadores à Desminagem e outras Actividades com ela Relacionadas

Gostaria de referir brevemente alguns factores que informam a continuidade do apoio dos doadores às actividades relacionadas com a desminagem. No passado, e em certa medida, a desminagem das estradas e áreas contaminadas foi considerada importante devido à relação desta actividade com o acesso, o repatriamento, a segurança, a reconstrução e a reabilitação, assim como pelas implicações psico-sociais deste problema no quadro processo de paz. O nível da contaminação, a natureza dos problemas colocados por essa contaminação, e a eficácia/eficiência das operações de desminagem, constituem alguns dos factores que têm determinado o apoio dos doadores e os níveis de financiamento até ao presente.

Creio que existem três factores que influenciarão o apoio a ser eventualmente prestado pelos doadores a este sector, no futuro: 1) a definição da gravidade do problema, que inclui uma análise qualitativa e quantitativa sólida sobre a ameaça e as limitações decorrentes do problema das minas nas áreas que se suspeita estarem minadas; 2) a eficácia da

intervenção, incluindo a clareza dos fins e objectivos, a estratégia e o plano, assim como a eficiência da implementação (por exemplo, de que maneira as operações de desminagem confrontam o problema e qual o seu impacto relativo); e 3) o papel a desempenhar pelo Governo na criação de condições para esta actividade.

Em relação à definição do problema, acho que um dos papéis mais importantes que o Governo pode desempenhar, provavelmente por meio do seu órgão executivo, a Comissão Nacional de Desminagem, é trabalhar com todas as diversas partes interessadas, incluindo doadores, agências de desminagem, ONGs, ministérios relevantes, autoridades provinciais e comunidades, procurando estabelecer com elas um consenso para a acção e, mais concretamente, um sistema de recolha, análise e circulação da informação relevante. Diferentes instituições têm necessidades diversas em termos de informação. Uma boa informação pode contribuir para a desminagem e ter um grande impacto social e humanitário. Este aspecto, creio eu, tem sido um dos mais problemáticos no passado recente.

No que diz respeito ao segundo factor que influencia a continuação do apoio dos doadores a este sector, ou seja, a eficiência das operações de desminagem, cabe dizer que é mais provável que a assistência financeira seja prestada a ONGs activas neste país, tais como a NPA, a Halo Trust ou, mesmo, a Handicap Internacional. E esta assistência será prestada na medida em que elas conseguirem desminar com eficiência ou, de uma qualquer forma neutralizar o problema. Isto significa aumentar a participação de moçambicanos na actividade de desminagem e reduzir a dependência em relação a cooperantes. Em termos de prioridades, isto poderá significar também que algumas áreas que estão minadas não serão desminadas. Por exemplo, poderá fazer mais sentido que, a médio prazo, algumas áreas minadas sejam bem assinaladas para as pessoas saberem que há ali um problema, enquanto que outras sobre as quais recai a suspeita de estarem minadas serão desminadas prioritariamente por constituirem uma ameaça mais séria e directa à segurança e ao desenvolvimento.

A eficiência das operações de desminagem e os esforços para reduzir os custos com elas relacionados poderiam beneficiar de uma melhor informação qualitativa e quantitativa, e de um estabelecimento de prioridades mais claro, assim como de uma participação mais construtiva de todos os intervenientes, incluindo o Governo de Moçambique. Este é, creio eu, o terceiro grande factor influenciador da continuidade do apoio dos doadores. A vontade e capacidade do Governo para desempenhar o papel de facilitador e impulsor da desminagem terá um grande impacto no interesse dos doadores. Mais concretamente, ao reduzir as dificuldades impostas às agências actualmente envolvidas, por exemplo no aspecto das barreiras alfandegárias, do registo de viaturas, aspectos muito simples mas que podem ser profundamente complicados por barreiras burocráticas, impedindo as agências de fazerem aquilo que em princípio lhes cabe fazer.

Na mesma linha, seria excelente se o Governo pudesse fornecer o máximo de informação possível sobre a localização das minas que ele tenha na sua posse. O Governo anunciou que a desminagem constitui uma prioridade e manifestou interesse em envolver-se nesta actividade. Mas falta ainda um impacto concreto de tal interesse no terreno. Os esforços da Comissão Nacional de Desminagem são muito bem-vindos e os doadores apreciam profundamente o facto de ter uma contraparte efectiva. Em termos de contribuições, talvez tivesse grande impacto se a Comissão Nacional de Desminagem recolhesse, analisasse e distribuísse a informação relevante para o estabelecimento de políticas e prioridades gerais. Ao mesmo tempo, creio que seria uma grande contribuição se o Governo reconhecesse que o melhor que pode fazer será tirar partido da capacidade que já existe, incluindo as agências de desminagem já activas e a participação de ONGs, doadores e outros membros interessados da comunidade.

Creio que a medida em que a Comissão Nacional de Desminagem pode demonstrar a sua relevância e contribuição para neutralizar os problemas no terreno influenciará fortemente o interesse dos doadores em continuar a apoiar este sector, e é meu desejo profundo ver a Comissão Nacional

de Desminagem triunfar nesta sua missão.

O facto do prognóstico da paz e estabilidade em Moçambique ser muito positivo contribui, creio eu, para o interesse dos doadores em financiar a desminagem, uma vez que as minas que são desactivadas não voltarão a ser substituídas.

Ao mesmo tempo, e falando realisticamente, é preciso dizer, o apoio à desminagem é algo que os doadores também poderão evitar facilmente. Sectores específicos como a saúde e a educação têm muito mais probabilidades de continuar a beneficiar do apoio dos doadores. Se o impacto positivo deste programa não for discernível, se as suas operações não forem sustentáveis do ponto de vista financeiro ou de funcionamento, ou mesmo se a participação governamental complicar em vez de facilitar a desminagem, não é difícil imaginar que os doadores reduzam o seu apoio.

Para além dos três factores acima referidos, existem factores externos a este processo que afectarão a continuidade do financiamento dos doadores: por exemplo, outras prioridades dos doadores em outros países, ou uma definição diferente das prioridades relativas aqui em Moçambique. As Nações Unidas, e especificamente o seu Departamento de Assuntos Humanitários, com apoio do Governo dos E.U.A., estão a organizar uma conferência a ter lugar em Julho, destinada a conseguir apoio dos doadores para actividades de desminagem. O objectivo é conseguir entre 60 a 70 milhões de dólares para desminagem humanitária. Parte desse dinheiro poderá vir parar a Moçambique, e alguns dos fundos que no passado foram entregues às Nações Unidas, pelos governos sueco e holandês, continuam disponíveis ainda que a questão do seu controle esteja por resolver.

3. O Passado, o Presente e o Futuro da Desminagem e a sua Relação com o Desenvolvimento

No passado os problemas das minas foram identificados como uma prioridade merecedora de grande atenção. Mas desde 1992 que existe uma grande frustração. Como parte do papel

que lhe foi reservado no Acordo Geral de Paz, as Nações Unidas, especificamente o seu Departamento de Assuntos Humanitários, receberam a responsabilidade de desenvolver um plano nacional de desminagem, de gerir as contribuições entregues pelos doadores ao fundo de desminagem, de contratar serviços para a desminagem de estradas de emergência, de contribuir para o desenvolvimento da capacidade local de desminagem e de coordenar toda a actividade de desminagem. As Nações Unidas fracassaram redondamente em muitos destes aspectos, e produziram resultados muito modestos em outros. Talvez, muito simplesmente, se pudesse dizer que as Nações Unidas não conseguiram trabalhar com o Governo e outras entidades na definição de um objectivo comum, no desenvolvimento de uma estratégia e de um plano realista, e na criação de condições para a sua implementação. Não digo isto como crítica gratuita ao esforço das Nações Unidas: elas não foram as únicas responsáveis pelos limitados resultados. Todavia, creio que se as Nações Unidas vierem a ficar responsáveis pelos 60 ou 70 milhões de dólares angariados na Conferência que se vai realizar, seria excelente se elas aprendessem as lições da experiência de Moçambique. O preço do falhanço pesa mais que a diminuição da reputação das Nações Unidas neste campo.

Aqui em Moçambique, os E.U.A. forneceram à volta de 10 milhões de dólares para a desminagem, e mais 5 milhões para apoiar programas de próteses e reabilitação. A assistência dos E.U.A. incidiu até agora na desminagem de estradas. A muito breve prazo essa incidência irá mudar para passar a atender às grandes necessidades de desminagem fora das estradas, num quadro de trabalho com as ONGs e de uma forma coordenada com os objectivos da Comissão Nacional de Desminagem.

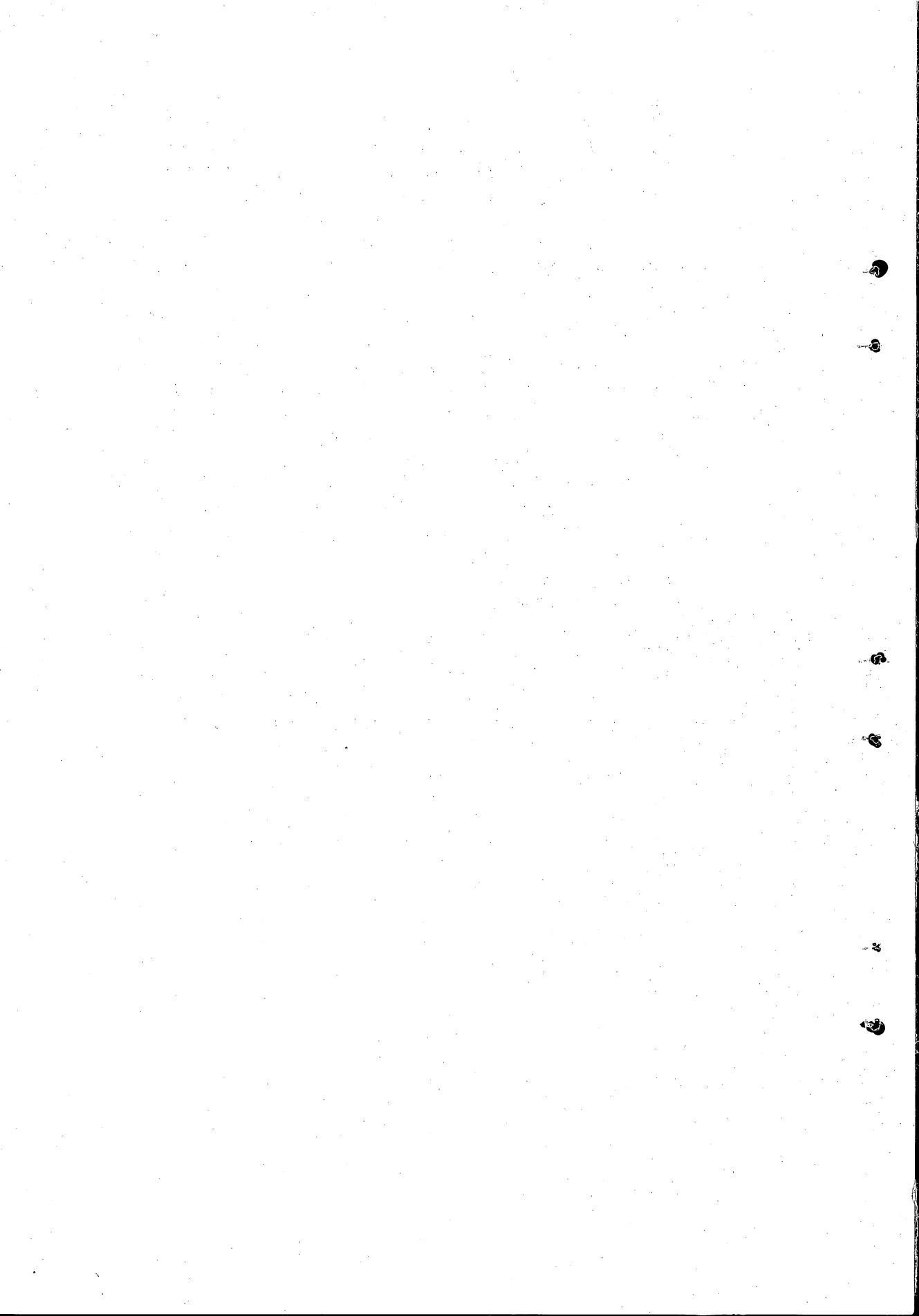
Outros doadores, principalmente a Grã-Bretanha, Noruega, Itália, Países Baixos, Suécia e Alemanha, contribuiram também aproximadamente com 10 milhões de dólares, quer para o fundo de desminagem das Nações Unidas, quer, tal como a Grã-Bretanha e a Noruega, directamente para financiar actividades de ONGs envolvidas na desminagem, tais como a Halo Trust e a NPA e, ainda, a

Handicap International. Com essas contribuições as Nações Unidas financiaram contratos de desminagem de estradas e a formação de 450 desminadores moçambicanos.

Agora que existe já uma grande capacidade de desminagem no país, faz sentido uma incidência mais forte em prioridades claramente definidas e em procurar atender a essas necessidades da forma mais racional. A médio prazo, faz provavelmente mais sentido apoiar as ONGs que estão a desenvolver trabalho concreto no terreno, normalizar formas de actuação e incidir o apoio nas áreas mais necessitadas. Seria de muita utilidade se essas agências pudessem definir e demarcar justificadamente áreas onde é importante desminar por razões humanitárias e sócio-económicas.

Um último aspecto que gostaria de abordar diz respeito à sustentabilidade financeira e técnica. Quanto mais as agências implementadoras conseguirem reduzir os custos, quanto mais as agências de desminagem conseguirem diversificar as fontes de financiamento, menores serão os obstáculos potenciais e a possibilidade dos doadores afectarem o prosseguimento das actividades de desminagem.

Ao mesmo tempo, os membros da comunidade afectada, particularmente os moçambicanos, precisam de estar envolvidos ao nível da definição de políticas neste campo, e de controlar a actividade ao nível da implementação. Isto significa que os interessados deverão controlar se os propósitos enunciados pela Comissão Nacional de Desminagem, ONGs e doadores se transformam, de facto, em realidades concretas. A comunidade no sentido lato, incluindo membros da universidade e dos meios de comunicação, ONGs e outros, tem que exercer vigilância, contribuir naquilo que puderem e exigir transparência e responsabilidade.



A DESMINAGEM E A PERSPECTIVA DE UMA ONG: A OXFAM (UK)

Nick Roseveare¹

A OXFAM (Grã-Bretanha) não está propriamente envolvida no processo de desminagem, nem está especializada no trabalho de sensibilização para o perigo das minas. É, todavia, uma organização não-governamental com uma certa experiência de trabalho em Moçambique, iniciado em 1984. Como a maior parte das ONGs que operam em Moçambique, a OXFAM (UK) esteve, no passado, mais virada para trabalhos de emergência, e actualmente dedica-se mais a trabalhos de reabilitação e desenvolvimento geral e comunitário do que a trabalhos ligados à desminagem. Todavia, a OXFAM (UK) pode considerar-se como exemplo de uma organização cuja actividade se faz num contexto de ameaça de minas.

O programa da OXFAM (UK) em Moçambique está actualmente concentrado na zona norte da Zambézia, na zona sul de Niassa e na zona norte de Cabo Delgado. A maior parte dos nossos trabalhos de emergência localizou-se nas províncias da Zambézia e Niassa. Durante cerca de dez anos fizemos distribuição de vários produtos (comida, roupa, sementes, instrumentos agrícolas) às comunidades afectadas pela guerra naquelas duas províncias. Não é, portanto, um trabalho muito diferente dos desenvolvidos por um grande número de outras organizações não-governamentais. Assim,

¹Representante da OXFAM (UK), Maputo.

a nossa experiência, embora particular, tem muitas semelhanças com as experiências de outras ONGs que operam neste país.

Todavia, vale talvez a pena referir aqui três aspectos específicos dessa experiência. Em primeiro lugar, a nossa experiência prática relativamente ao problema das minas. Em segundo lugar, o que nós estamos a fazer como contribuição para o processo de desminagem e sensibilização para o problema das minas. E, finalmente, gostaria de referir, do ponto de vista da OXFAM (UK), como é que as ONGs internacionais podem contribuir para o processo de combate às minas no âmbito internacional, ou seja, as práticas e políticas de combate às minas.

Quanto ao primeiro aspecto, desde há muito tempo que nós recebemos directivas de segurança para os nossos trabalhadores em todos os lugares onde nos encontramos a trabalhar. Mas apesar das precauções tomadas nem sempre é possível evitar um acidente. O problema está em prever o que pode acontecer. Especialmente o período que se seguiu ao Acordo Geral de Paz foi bastante difícil para nós. Havia várias confusões, nos diferentes níveis das estruturas oficiais, sobre onde as ONGs podiam viajar e quem nós deveríamos consultar. Uma das nossas políticas consistiu em consultar todos os partidos políticos envolvidos, as comunidades locais e o Governo sobre a localização das minas, sobre a segurança das estradas que utilizávamos e, sempre que possível, convidámos representantes desses sectores para viajar connosco no mesmo carro.

Durante os meses que se seguiram ao Acordo Geral de Paz tentámos expandir as nossas viagens de carro para distritos e localidades na província da Zambézia, para pesquisar e avaliar as necessidades das comunidades que haviam vivido isoladas durante muitos anos, com o objectivo de alargar o alcance da assistência humanitária. Numa dessas viagens, no distrito de Namarrói, convidámos representantes do Governo, da Renamo e, também, o nosso coordenador provincial e um oficial de projectos. A viatura em que seguiam accionou uma mina anti-carro e o nosso oficial de projectos, pessoa muito experiente nas actividades de emergência e apoio ao desenvolvimento, morreu. Houve outras mortes e

muitos feridos. Por conseguinte, numa altura em que tentávamos expandir as nossas actividades tivémos experiências amargas. Não é uma experiência única da nossa organização, mas esta teve um sério impacto na equipa da Zambézia.

Em Outubro do mesmo ano, quando nós nos encontrávamos já em trabalhos de reabilitação de estradas e pontes na zona sul da província de Niassa (um programa bastante grande com ampla participação comunitária), um dos nossos trabalhadores accionou uma mina anti-pessoal e morreu, perto de uma das pontes que estávamos a reabilitar. Nesta altura, em Niassa, não havia capacidade de desminagem. É preciso notar que foi nesta altura que o processo de desmobilização dos militares se encontrava na sua fase mais intensiva. Embora na cidade de Cuamba se localizasse o quartel da Sétima Brigada, eventualmente com capacidade significativa de desminagem, havia alguma confusão sobre se eles deviam ou não deixar o quartel para realizar actividades de desminagem nas estradas onde havia problemas. Foi difícil negociar meios de desminagem nesta altura.

Tivemos, portanto, dois acidentes, e soubemos de outros acidentes com outras organizações. Embora a qualidade da informação seja agora muito melhor, é preciso dizer que os problemas ainda continuam, as minas continuam a representar um obstáculo para o trabalho das organizações humanitárias no país. É difícil ter acesso a várias áreas que se encontram minadas. Por exemplo, no distrito de Mocuba tentámos, há alguns meses, fazer chegar a ajuda a uma comunidade muito isolada que durante toda a guerra não beneficiou de qualquer apoio. Mas devido às minas na estrada nem sequer foi possível fazer uma avaliação preliminar das necessidades, e muito menos a distribuição. Membros dessa comunidade tiveram que percorrer a pé muitos quilómetros para vir buscar os bens. É evidente que não podemos ficar satisfeitos com esta situação. Ficámos, neste caso, sem saber se a nossa avaliação "à distância" foi precisa ou não. Podemos pois dizer que a existência de minas prejudica grandemente a eficiência das organizações humanitárias.

Existem muitas outras estradas por onde não é possível passar, nos distritos da Zambézia. Uma característica muito preocupante é o facto das chuvas deslocarem as minas, que passam a estar em locais onde toda a gente já está convencida que estão limpos. Por exemplo, numa estrada principal entre Ilé e Gurué, que há dois anos e meio utilizávamos com frequência juntamente com carros do Governo, de comerciantes e de outras organizações não-governamentais, imediatamente após as chuvas surgiram duas minas anti-carro. Por causa disto este troço da estrada ficou vedado e a nossa equipa tem que fazer um desvio de cerca de quatro horas para chegar aos mesmos locais.

Estas são, assim, algumas experiências muito pontuais vividas pela OXFAM (UK). Gostaria agora de referir brevemente o papel que as ONGs podem desempenhar para a minimização do problema das minas. Como já referi, nós não somos especialistas de desminagem nem de campanhas de sensibilização para o problema das minas. Todavia, acho que ONGs como a nossa, com um papel geral no âmbito da assistência humanitária, podem ajudar bastante neste processo, de várias maneiras. Em primeiro lugar, a sensibilização. Embora a OXFAM (UK) não esteja envolvida em campanhas específicas de sensibilização, no ano passado, através dos nossos programas mais gerais de distribuição de sementes e produtos agrícolas, distribuímos também informações, materiais diversos, capulanas, camisolas, com mensagens de sensibilização para o problema das minas. Embora modesta, esta não deixa de ser uma contribuição.

No futuro, temos também a ideia de cooperar nas iniciativas do Handicap International, integrando nos nossos trabalhos aspectos de sensibilização. No futuro, também, iremos fazer mais trabalho a nível comunitário, o que significa encontros e reuniões com comunidades. No decorrer destas reuniões incluiremos aspectos de sensibilização, que não implicam mais trabalho ou mais recursos do que aqueles que já dispomos. Procuraremos também trabalhar no âmbito da identificação das vítimas de minas e agir como intermediários entre os programas nacionais e serviços técnicos, quer do Governo quer das ONGs. É importante pôr as vítimas de comunidades isoladas em contacto com serviços que as

podem ajudar. Assim, estamos já em coordenação com a ADEMO e com a ADEMIMO, para pôr em contacto as vítimas com o Centro Ortopédico de Quelimane, da Acção Social. É também importante a ligação entre as ONGs e as organizações que se dedicam directamente ao trabalho de desminagem. Nós temos contactos fortes com as comunidades, e estas são inegavelmente a fonte mais útil em termos de informação sobre a localização de minas. Por outro lado, muitas vezes organizações tecnicamente especializadas na desminagem, como a Halo Trust, têm dificuldades no contacto com as comunidades. Assim, as organizações não-governamentais com este tipo de contactos podem facilitar a troca de informações sobre as prioridades sócio-económicas das próprias comunidades entre estas e as equipas que fazem concretamente a desminagem.

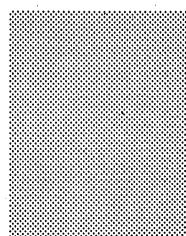
Uma das nossas responsabilidades, como ONG trabalhando em Moçambique, é a de encorajar e pressionar os doadores, bem como o Governo nacional, a disponibilizar fundos suficientes para o prosseguimento do processo de desminagem. É muito importante este papel para as ONG. Nós temos uma voz e temos que a utilizar para contribuir para pressionar neste sentido. Isto de um ponto de vista humanitário. Todos nós estamos interessados no desenvolvimento sócio-económico do país, da sua agricultura, na reabilitação das suas infraestruturas. Temos, assim, que pressionar os doadores neste sentido.

Por último, a OXFAM (UK) tem uma posição própria em relação às minas. Como já referi, nós não estamos directamente envolvidos no processo de desminagem, para além da colaboração que já referi. Mas desde há muito tempo que a OXFAM (UK), em muitos países, está envolvida numa campanha internacional para proibir a produção, importação, transferência, acumulação e uso das minas terrestres. Na nossa opinião, só seria possível acontecerem desenvolvimentos positivos de impacto nesta área se os países produtores mudassem as suas políticas. Vários países, principalmente do norte, já se declararam apoiantes da Convenção de 1980 das Nações Unidas.

Embora o Governo britânico (a OXFAM (UK) é uma organização britânica) já tenha mudado a sua posição de

alguma maneira, ele ainda não aceitou a proposta do banimento total da produção de minas. O Governo britânico pretende ainda a transformação da Convenção de forma a permitir a produção de minas com capacidade de auto-destruição. Esta posição não é aceitável, do nosso ponto de vista. Assim, como organização com sede na Inglaterra, prosseguimos com a nossa campanha para pressionar o nosso próprio Governo a mudar a sua política e ratificar a Convenção.

Esta campanha da ratificação da Convenção teria mais impacto se conseguissemos persuadir mais países-vítimas, países afectados, principalmente os países sub-desenvolvidos, a assinar a Convenção. Por isso achamos muito importantes as iniciativas já tomadas pela ADEMO, ADEMIMO e Handicap International, e outras organizações e indivíduos em Moçambique, para pressionar o Governo a priorizar este assunto. Há também outras iniciativas em curso, para pressionar e persuadir o Governo de Moçambique a aceitar em princípio, e na prática também, a importância de assinar a Convenção. Uma dessas iniciativas é uma coligação de ONGs nacionais e estrangeiras, e outras organizações e indivíduos, num grupo de trabalho organizado pela LINK. Esperamos mais adesões a tal campanha.



A ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE E O PROBLEMA DAS MINAS NA REGIÃO SUL DO PAÍS

Fuade Sultuane¹

Vou falar sobre os problemas que a Electricidade de Moçambique (EDM) tem enfrentado relativamente à existência de minas na linha de energia de alta tensão que liga o sector energético sul-africano ao sector energético moçambicano, propriamente na região Sul.

Em 1980 iniciaram-se as sabotagens na linha de alta tensão, o que implicou uma paralização de 1.800 horas a toda a região Sul do país, nomeadamente províncias de Maputo e Gaza, e cidade de Maputo. Isso representou para a EDM, na compra de combustível, cerca de 6 milhões de dólares, não incluindo a paralização parcial do sector industrial, do qual 60% se localizam em Maputo. Excluído está também o distúrbio que tal situação causou na vida social desta região.

Face a estas sabotagens, a EDM, em coordenação com o Ministério da Defesa Nacional, optou por minar a linha de energia de alta-tensão África do Sul/Maputo. A implantação de minas foi feita em três fases. A primeira fase ocorreu em volta dos maciços e não resultou. Em seguida aumentou-se o raio para 4 metros de minas em volta das torres, o que também não resultou porque as sabotagens continuavam. Finalmente implantaram-se campos de minas com um raio de 40 metros em volta das torres. Nesse raio de 40 metros estão, em média

¹Funcionário da Electricidade de Moçambique.

por torre, cerca de 200 a 250 minas anti-pessoal e anti-grupo, umas de pressão e outras de tropeção. Não foram implantadas minas anti-carro.

Devido à fase em que estava a linha, foi necessário reabilitar uma parte da mesma. Para isso a EDM, em coordenação com o Ministério da Defesa Nacional, contratou uma empresa privada para fazer a desminagem de um troço da linha. A linha tem 202 torres no total, tendo nessa ocasião sido desminadas 51 torres. Neste momento existem, assim, 151 torres minadas.

A EDM contactou assim o Governo para que este desse prioridade à desminagem do troço que falta. Foi-nos informado que a prioridade era concedida apenas a vias de acesso e estradas, não sendo por isso prioritária a desminagem da linha de alta tensão.

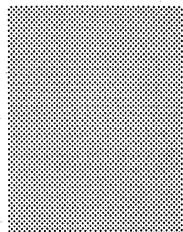
Face a esta situação, a EDM pediu cotações a várias empresas vocacionadas para a desminagem. A última cotação, de uma empresa privada, orça em 1,5 milhões de dólares para desminar 151 torres.

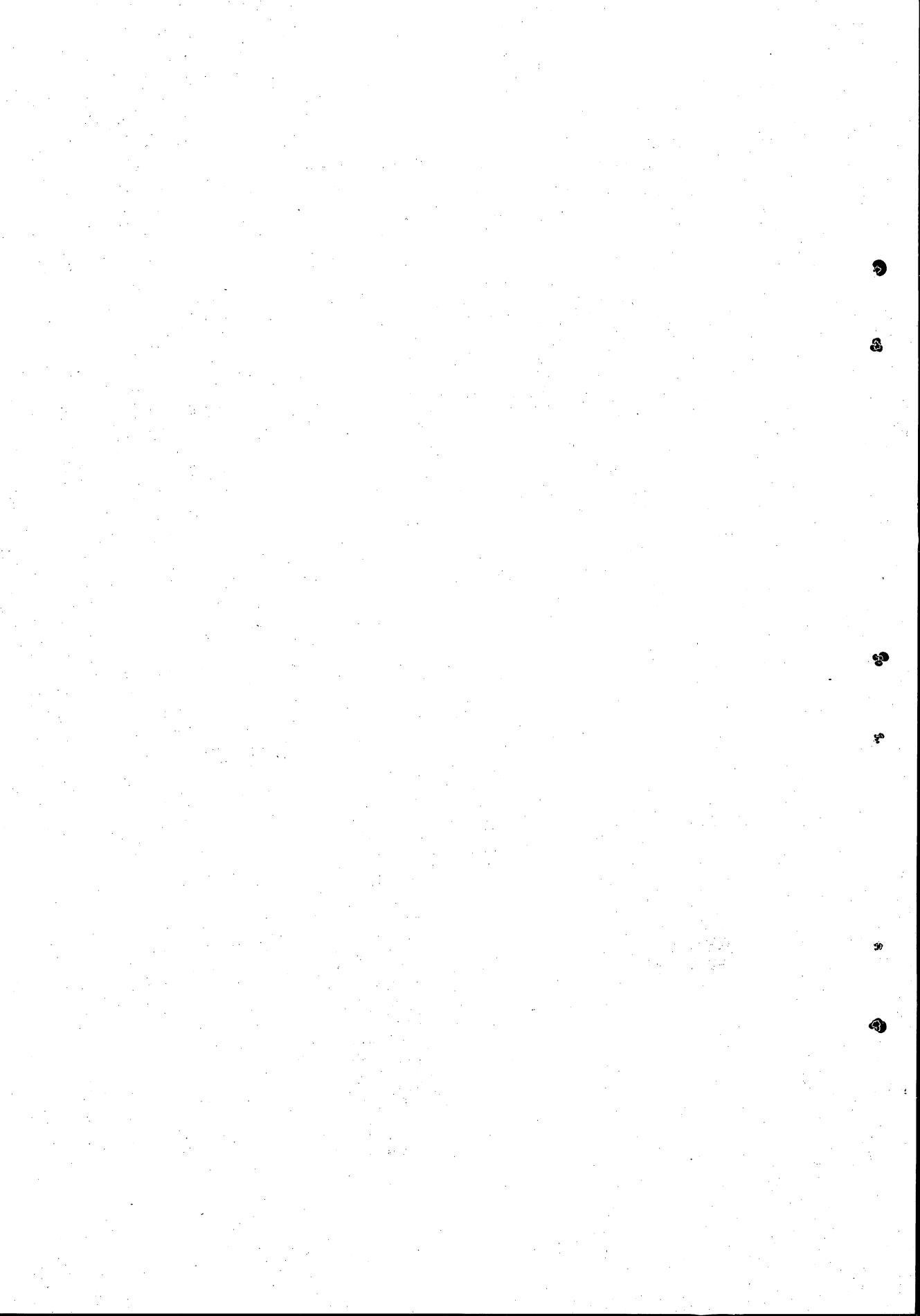
É preciso chamar a atenção para o facto que se estas 151 torres não forem desminadas esta região Sul está na contingência de sofrer uma paralização da energia. Cada dia de paralização representa para a EDM um bilião de meticais apenas para a compra de combustível para os grupos geradores de emergência, que mal são suficientes para alimentar um terço do consumo de energia da região Sul, com a agravante, já referida, de 60% do parque industrial nacional se encontrar na província de Maputo e que, assim, só irá trabalhar parcialmente.

Ligadas a estas restrições há também a ter em conta a aceleração do abate de florestas porque a população se vê obrigada a cortar árvores para produzir carvão e lenha para poder substituir a energia que falta.

Os financiadores e doadores, quando nós apresentamos as necessidades de desminagem não se mostram muito inclinados a comparticipar. E a situação concreta é que neste momento a EDM não consegue fazer a manutenção desta linha. Sabemos que na sua maioria, as minas já estão fora das zonas assinaladas (onde foram colocadas) porque a linha passa junto a encostas e, portanto,

as chuvas provocaram arrastamento de minas, o que constitui um perigo para o pessoal da EDM e para a população do local, sobretudo porque é uma zona que está a voltar a ser povoadas. Estão já a ocorrer mortes de pessoas e gado bovino.





AS ESTRADAS E AS MINAS

Teresa Correia Lopes¹

Logo após o Acordo Geral de Paz surgiu, a nível da Direcção Nacional de Estradas e Pontes, o projecto de abrir uma série de estradas secundárias e terciárias de forma a permitir que muitas pessoas que estavam a viver nos países vizinhos devido à guerra pudessem regressar aos seus locais de origem. Era necessário que, para além da ajuda, alimentar e outra, dirigida a essas pessoas, a DNEP coordenasse a abertura de estradas e a reconstrução de pontes.

Não posso concordar com posições com a do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Maputo, quando diz que o projecto está concluído e correu mais ou menos bem. A razão é simples. Em 1992 as perspectivas eram muito promissoras mas hoje, em Junho de 1995, o projecto do pós-guerra, que no espaço de um ano deveria abrir as estradas com os objectivos acima referidos, enfrenta enormes dificuldades: as estradas de algumas províncias ainda não sofreram qualquer tipo de reabilitação porque, basicamente, continuam minadas.

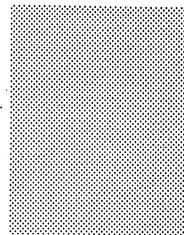
Por detrás desta situação está também o facto que muitos doadores e financiadores, que nas negociações de Roma se comprometeram a financiar este projecto, têm como "tabu" falar da questão das minas ou da guerra. De qualquer maneira, a realidade é que hoje muitas das estradas consideradas prioritárias a nível das províncias e distritos, e portanto prioritárias para o projecto, continuam minadas.

¹*Coordenadora do Projecto de Abertura de Emergência de Estradas e Pontes, da Direcção Nacional de Estradas e Pontes.*

Perante esta situação, é difícil saber o que fazer. Duas alternativas se colocam: uma é, pura e simplesmente esquecer as estradas minadas — elas continuarão minadas e com as pontes destruídas; a outra é tirar dinheiro de outras estradas, talvez "menos prioritárias", para poder custear a desminagem. Que fazer?

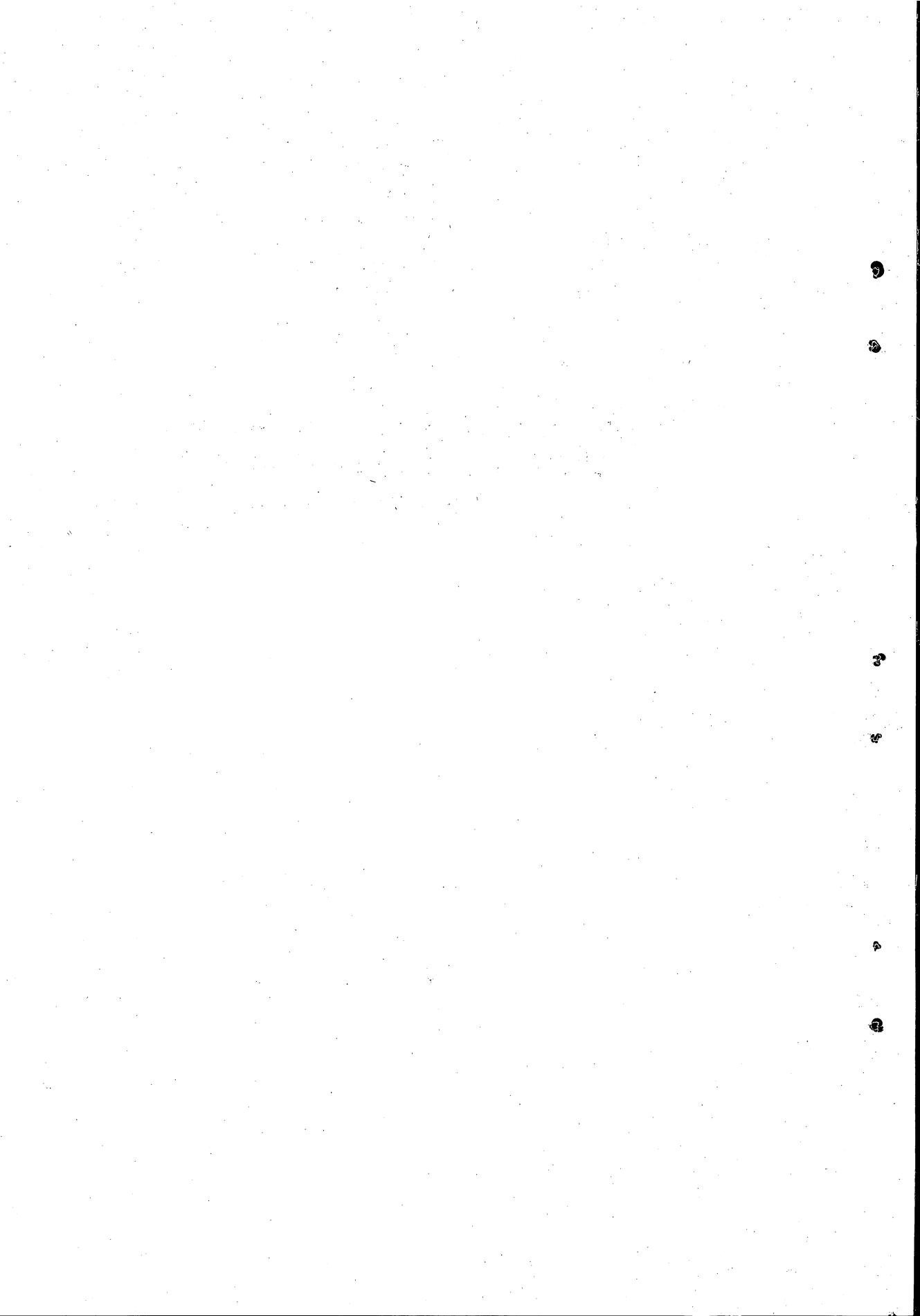
O país é muito grande, as estradas são muitas. Basicamente são estradas rurais, em Dombe, em Cuamba, em Machaze, em toda a parte. Muitas estradas que atravessam muitas áreas com muita gente a viver nelas. Temos que as abrir se quisermos levar o posto médico, a escola, a comida. E as minas continuam lá.

Pode ser que em alguns casos existam soluções "locais" de desminagem, mas tal não é realizável na área das estradas. Temos cerca de 1.000 quilómetros de estradas prioritárias para abrir em cada província, o que representa um total de 10.000 quilómetros de estradas. Se considerarmos um custo básico de 2.000 dólares americanos por quilómetro, não nos é possível abrir estradas nem reabilitar pontes.



V

**BANIR OU REFORMAR: AS
MINAS E A LEGISLAÇÃO
INTERNACIONAL**



AS MINAS, A ÁFRICA E A REVISÃO DA CONVENÇÃO DAS ARMAS CONVENCIONAIS

Francesca Dagnino¹

As minas são uma arma muito barata. Com três dólares pode adquirir-se uma mina que se coloca numa estrada, passando esta a ser considerada minada: ninguém sabe, de facto, onde está essa mina. Mesmo sem colocar a tal mina, poupando-se portanto os três dólares, pode simplesmente dizer-se que a estrada está minada. É por isso que o efeito psicológico das minas vai para além da sua evidência física. Esta é uma das características das minas, uma arma que, sem dúvida alguma, é particularmente preversa e suja.

As minas têm um grande impacto sobre as populações, têm consequências económicas, sociais e médicas, como já foi mencionado. Têm mesmo graves consequências ambientais: considera-se, por exemplo, que 50% do território de Angola está poluído pelas minas. Trata-se, pois, de um desastre de tipo ecológico que muda a relação entre as pessoas e o meio-ambiente durante várias gerações.

Falámos de tudo isso nesta Conferência, e a discussão focalizou-se nas operações de desminagem: como é que esta pode ser levada a cabo, como melhor utilizar os escassos recursos disponíveis para a desminagem. Há um país doente e tentamos curá-lo montando justamente uma máquina que elabore uma estratégia, planos, programas, avaliações, prioridades, etc. Tudo isto está muito bem.

¹Consultora e activista da Campanha Internacional para o Banimento das Minas.

Todavia, esta não passa de uma operação de medicina curativa. Eu acho que, ao mesmo tempo que finalmente se cria uma Comissão Nacional de Desminagem neste país, devia-se também incidir a atenção sobre a medicina preventiva. Não pode haver medicina curativa sem medicina preventiva — é uma regra geral da saúde em qualquer país.

Tudo isto para dizer que enquanto estamos a discutir a desminagem, as campanhas de consciencialização para o problema das minas, enquanto recolhemos dados e informações sobre a presença das minas, neste preciso momento estão mais minas a ser colocadas no terreno. Não aqui em Moçambique mas, possivelmente, em outros países deste mesmo e de outros continentes.

Embora os números nem sempre sejam importantes, eles são particularmente significativos a este respeito: no mundo inteiro há mais de 100 milhões de minas colocadas no terreno, há 62 países minados. Por outro lado, nestes últimos 10 anos foram produzidas cerca de 250 milhões de minas em 50 países. Apesar do valor dos números ser relativo, sem dúvida que esta é uma informação impressionante.

As Nações Unidas estimam que no ano passado foram desactivadas cerca de 100 mil minas e que, no mesmo período, foram colocadas no terreno cerca de 2 milhões. Ao nível mundial, portanto, este parece ser um processo que nunca mais acaba — uma espiral. Calculou-se também que, ao nível mundial, seriam necessários 33 biliões de dólares para uma desminagem que, mesmo assim, não se sabe se levaria à limpeza total do planeta. Estamos, portanto, perante uma catástrofe.

É importante passar esta mensagem. Chamar a atenção para as medidas preventivas que temos que ter em mente. Existe, é certo, uma Convenção das Nações Unidas, de 1980, com anexos e protocolos. O Protocolo No.2 fala especificamente de minas. Todavia, a Convenção é extremamente fraca, só diz respeito a conflitos internacionais, não se aplica nas guerras internas. Não prevê mecanismos de controle para a sua efectiva aplicação, só regula o uso de minas, não a sua produção e comercialização. No caso de Moçambique, por exemplo, não poderia ter sido aplicada devido à natureza interna do conflito.

A Convenção fala do uso das minas. Refere que as minas não podem ser usadas indiscriminadamente contra populações civis, no sentido em que os exércitos não podem colocar minas onde há populações civis. Mas esta arma é especial, tem um carácter diferente da maioria das outras armas porque os seus efeitos são atrasados e a sua "eficácia" perdura no tempo. Obviamente, na maioria dos casos os exércitos não usam directamente as minas contra os civis — poderá haver casos em que tal acontece, mas são excepções. Todavia, devido ao facto que a mina permanece activa seis meses, um ano ou mesmo 25 ou 50, isto torna o efeito contra as populações civis indiscriminado.

A Convenção proíbe o uso indiscriminado das minas mas, como se vê, os efeitos desta arma não podem ser senão indiscriminados. Contudo, a Convenção não regula os efeitos. Ela não inclui nenhum mecanismo de verificação do grau de obediência ao seu postulado, nem de imposição de sanções. É, portanto, uma disposição que estipula princípios teóricos mas não controla se eles são respeitados. E embora a Convenção seja tão fraca, é espantoso observar que apenas 46 países do mundo aderiram a ela. E desses 46 países, somente 4 pertencem ao continente africano. Apesar de África ser provavelmente o continente mais afectado por este mal, é necessário chamar a atenção de políticos, cidadãos comuns e ONGs, sobretudo locais, para o facto de apenas 4 países africanos terem subscrito a Convenção: Níger, Benim, Togo e Tunísia, nenhum deles com problemas de minas no seu território. Muitos dos restantes países africanos estão minados: Angola, por exemplo, tem problemas ainda mais terríveis do que Moçambique. Há ainda, para além destes dois, a Somália, o Ruanda, o Sudão, e o Chade, este último com uma situação extremamente séria, embora pouco divulgada. Para não referir das minas da Líbia e do Egipto, colocadas durante a II Guerra Mundial e que ainda hoje, 50 anos depois, lá estão.

É necessário perguntar, pois, porque é que houve uma resposta tão fraca por parte do continente africano, que é a principal vítima das minas. Porque é que as minas, que são uma arma tão perversa, ainda permanecem "legais", enquanto que outras armas, como as armas bacteriológicas, foram

objecto de uma Convenção, em 1972, que proíbe a produção, armazenagem, comércio e utilização. Porquê?

Para uma pergunta tão ampla não poderá haver uma só resposta. Haverá certamente muitas motivações por detrás desta atitude. Mas é necessário chamar a atenção pelo menos para uma interpretação possível. Os que discutem lá, em Genebra e Nova York, na Europa e nos Estados Unidos da América, enfim no Norte, são militares, especialistas de armas, etc., que têm uma perspectiva das guerras como guerras convencionais. Para eles basta dizer que há que limitar a utilização das minas. Basta demarcar (está tudo escrito na Convenção) as áreas minadas muito bem, basta haver mapas. As guerras são uma coisa muito correcta em que cada parte cumpre o seu dever, desenha mapas, põe minas, etc.

Todavia, esta Convenção, assim como outras do direito humanitário, não se ajusta ao novo tipo de guerras, que são as chamadas "guerras de baixa intensidade", as que estão a ser combatidas actualmente. Desde a II Guerra Mundial houve já 25 guerras que provocaram mais de 50 milhões de mortos, mais de 40 milhões de refugiados e deslocados. A população civil constitui o novo alvo. Não são as partes beligerantes, os exércitos, mas sim as populações civis as vítimas designadas destas guerras. Basta vermos que se na I Guerra Mundial apenas 5% dos mortos foram civis, na II Guerra Mundial tal percentagem subiu para 50%. E a partir da guerra do Vietname, 95% das baixas são civis. A evolução da guerra no nosso século produziu, portanto, uma subversão das regras.

Mas os tais senhores, em Genebra, discutem as vantagens e desvantagens das minas, eles que nunca viveram num país que experimentou o rescaldo de uma guerra de minas — os custos imensos em termos humanos, económicos e de instabilidade geral.

Estive recentemente em Yaunde, Camarões, onde, numa conferência do CICV, verifiquei que os militares dos países francófonos sabem bem o que significa para um país a existência de minas no seu território. Eles foram muito claros e explícitos: existe alguma utilidade no emprego de minas, mas do ponto de vista da relações custos-efeitos, elas não valem a pena. Eles foram claros neste ponto: se se tiverem em conta os efeitos em situação de pós-guerra, não vale a pena.

A Convenção, de que só falei marginalmente, vai ser revista e reformulada na última semana de Setembro e primeiras duas de Outubro deste ano, em Viena. Quem vai lá discutir? Os mesmos de sempre. Quer dizer, os países vítimas das minas, pelo facto de não terem assinado a Convenção, esta Convenção fraca e insuficiente, não têm direito a voto na sua revisão, embora possam expressar as suas opiniões. Serão sempre as mesmas pessoas, aquelas que pertencem aos países produtores e não-produtores, mas para quem as guerras de que falámos, as tais que fazem 95% de vítimas civis, se situam muito longe. Chegam de vez em quando através da televisão, quando há um massacre. Mas a reconstrução, estes problemas que debatemos aqui, já nem sequer é notícia pois não faz correr muito sangue. Eu acho que esta situação é bastante triste. É triste que não haja maneira de fazer ouvir a voz de Moçambique, Angola, Afganistão e Somália nesse fórum.

Por outro lado, há uma campanha internacional para levar os países a assinar a Convenção e solicitar o banimento das minas. Das trezentas ONGs envolvidas nessa campanha apenas quatro são africanas. Mas dessas quatro, duas são moçambicanas, a ADEMO e a ADEMIMO. As restantes duas são sul-africanas.

Eu sei que não são as convenções internacionais, não são as leis que modificam a realidade. Mas contudo, algum passo deveria ser feito. Porque o simples facto de se pedir internacionalmente para parar com a produção de minas constitui um desincentivo para os produtores. Para continuar eles terão que furar a lei e, portanto, terão a vida mais complicada. As minas vão sem dúvida ficar mais caras, e uma das razões porque está são generalizado o seu uso, referimos no início, é que são extremamente baratas.

Eu não acredito que em Setembro-Outubro, na Conferência de Viena, se aprove o banimento das minas. Até agora apenas sete ou oito países defendem tal posição, no meio da mais de uma centena de países do mundo. Mas é um primeiro passo. E depois da revisão da Convenção este ano, seguir-se-ão outras. Acho pois que todas as pessoas de boa-vontade deveriam dar uma contribuição, grande ou pequena, para alcançar este objectivo do banimento total.

Há países que declararam uma moratória, quer dizer que durante um certo período de tempo não exportam minas: a França, os E.U.A., a Itália (que é o segundo produtor mundial de minas) e outros. Declararam uma moratória mas se, entretanto, não houver uma lei internacional que proíba, vai acontecer o que já acontece com a Itália, onde três companhias, a Valsella, a Valmara e a Tecnovar, estão a vender as suas respectivas licenças de produção a Singapura, ao Egipto, etc. Quer dizer, se não há um pronunciamento da comunidade internacional a nível geral, nunca se irá resolver o problema.

É portanto importante fazer um apelo para que seja tomado em consideração este nível de "medicina preventiva". Que, talvez, ao nível da região haja contactos porque, por exemplo, existe outro país na mesma ou pior situação de Moçambique, que é Angola. Existe aqui um país produtor, a África do Sul, que tem também meios e tecnologia para a desminagem mas continua a produzir minas. A Mechem sul-africana fez um bom trabalho de desminagem em Moçambique, mas ela também tem o seu departamento de pesquisa e aperfeiçoamento da qualidade das minas: se não houver proibição da produção de minas esta empresa irá tirar minas com uma mão e pô-las com a outra.

Então este nível altamente político devia ser discutido. Se esta região tem capacidade para se limpar das minas, deve fazê-lo, mas sem esquecer que há que parar a produção. Nesta região e neste mundo altamente instável do final do milénio não basta levar a cabo a desminagem do território para se conseguir estabilidade. Para além de encontrar meios de prevenção dos conflitos, a nível político, é necessário também proibir o comércio, a produção e o uso de armas perversas como as minas. Pelo menos, depois de se terem gasto milhões de dólares e dezenas de milhares de vidas, pensemos em como impedir que tudo isso recomece.

ANEXO:
Países Africanos Mais Afectados Pelas Minas

ANGOLA (9/10.000.000 MINAS)

Problema de minas extremamente severo, afectando quase todo o país. Cidades e vilas completamente cercadas por campos de minas, na sua maioria não-assinalados. Até recentemente continuavam a colocar minas. Existem minas em torno de infraestruturas nacionais vitais, incluindo as estradas principais, linhas de transporte de energia, campos de aviação e instalações produtoras de energia eléctrica. As terras ficaram vedadas à agricultura, as estradas tornaram-se intransitáveis, criando-se uma situação em que os civis não podem sair das suas zonas de origem e é impossível fazer chegar a ajuda alimentar e médica. Não é possível iniciar uma operação de desminagem em larga escala enquanto não houver paz duradoura no país.

CHADE (por determinar)

Problema de minas muito sério devido ao conflito interno no leste do país e aos diversos conflitos com a Líbia. As minas são difíceis de localizar porque os movimentos do solo da região as deslocou dos locais onde foram originalmente colocadas.

DJIBOUTI (por determinar)

Tem um pequeno problema de minas e uma capacidade limitada de desminagem. Tem recebido apoio de França nesta área.

EGIPTO (por determinar)

Segundo o governo egípcio, existe um problema sério de minas. Muitas foram colocadas durante a II Guerra Mundial, especialmente nas proximidades do campo de batalha de El Alamein, outras situam-se na península do Sinai e na fronteira com a Líbia. Estas minas não se situam nas áreas povoadas e algumas estão profundamente enterradas. Embora não tenham causado vítimas humanas, constituem um obstáculo ao desenvolvimento económico. O país tem boa capacidade de desminagem mas esta requer fundos adicionais e formação de técnicos.

ERITREIA (500.000)

Problema muito sério em resultado de mais de 30 anos de conflito contínuo com a Etiópia. As minas podem transformar-se num grande perigo com o repatriamento de mais de 500.000 eritreus do Sudão. É necessário um apoio

externo em grande escala para começar com uma grande operação de desminagem.

ETIÓPIA (500.000)

Problema muito sério devido aos constantes conflitos internos e externos, que incluem as áreas de Ogaden, Eritreia e Tigre. Algumas minas encontram-se em faixas ao longo da fronteira com a Somália, outras em zonas povoadas e pastagens despoçoadas. São comuns os acidentes que envolvem população e gado. Já foi levada a cabo uma desminagem rudimentar mas é preciso ainda um grande esforço para desminar as zonas muito povoadas.

LIBÉRIA (18.250)

A Libéria tem um problema de minas potencialmente muito sério em resultado da guerra civil desencadeada em 1990. Apesar do acordo de paz, o prosseguimento das hostilidades entre as três principais facções pelo controlo da situação e as deficientes condições de segurança têm impedido as operações de desminagem.

LÍBIA (por determinar)

Embora não existam dados suficientes para uma avaliação, presume-se que a Líbia tenha zonas minadas na sequência da Segunda Guerra Mundial.

MAURITÂNIA (por determinar)

A Mauritânia ainda tem um moderado problema de minas em resultado da guerra no Sahara Ocidental. Na zona fronteiriça com o Sahara Ocidental ainda há por vezes vítimas militares e civis. É considerado perigoso viajar nesta região, só se devendo utilizar caminhos e estradas considerados seguros. O país não possui capacidade de desminagem.

MARROCOS / SAHARA OCIDENTAL (10.000)

A maioria das minas localiza-se a sul de Marrocos e no Sahara Ocidental. Algumas delas foram arrastadas pelas chuvas, não se localizando portanto nas zonas onde foram originalmente plantadas. Regularmente se relatam acidentes com civis nestas áreas. Enquanto durar o conflito no Sahara Ocidental é pouco provável que o governo marroquino proceda à desminagem.

MOÇAMBIQUE (2.000.000)

Moçambique tem um problema de minas muito crítico na sequência de duas décadas de guerra. A minagem envolveu numerosas entidades externas e a maioria das minas foi colocada ao acaso, sem ter em conta as populações civis. As zonas mais minadas situam-se

na fronteira com o Zimbabwe (estradas principais, caminhos de ferro, linhas de transporte de energia, terrenos agrícolas, machambas de aldeias, escolas, postos de saúde). O país tem capacidades limitadas de remoção de minas. As actividades de desminagem iniciaram-se em finais de 1992 e envolvem uma grande variedade de intervenientes, entre ONGs, Nações Unidas e Governo.

NAMÍBIA (2.000)

O problema de minas da Namíbia é moderado e resulta do conflito que levou o país à independência, ligado, por sua vez, ao conflito angolano. A capacidade de desminagem do país é limitada. São necessárias mais acções de desminagem e equipamento.

RUANDA (50.000 a 60.000)

Tem um problema de minas muito sério em resultado do conflito interno iniciado em 1990, sobretudo no norte do país. Houve já baixas civis e os números tenderão a aumentar se os refugiados regressarem ao país.

SENEGAL (por determinar)

Pelo menos um dos grupos separatistas utilizou uma mina que causou a morte de sete trabalhadores senegaleses da

Cruz Vermelha, mas trata-se do único acidente conhecido.

SOMÁLIA (1.000.000)

Problema de minas muito crítico devido à guerra quase permanente nestes últimos 20 anos (guerra com a Etiópia e conflito interno). A zona mais afectada é o norte (especialmente a região em volta de Hargeisa e Burao), mas existem minas em todo o país. Na sua maioria estão espalhadas pelos pastos e poços de água, em estradas secundárias e em volta de antigos postos militares. Agora que a guerra terminou as principais vítimas são civis, muitos dos quais mulheres e crianças. As minas são um dos obstáculos ao repatriamento de mais de 80.000 somalis que ainda se encontram em campos nos países vizinhos.

SUDÃO (1.250.000)

Um dos problemas de minas mais sérios em todo o continente africano devido ao prosseguimento da guerra civil, na qual ambas as partes continuam a colocar minas. A maioria das minas situa-se a sul e aparentemente impedem o acesso a poços de água, terras aráveis e estradas principais. A minagem destas estradas é particularmente perigosa e impede a chegada de ajuda de emergência. As capacidades nacionais de desminagem são limita-

das, e enquanto as hostilidades prosseguirem não é possível fazer chegar recursos externos para a desminagem.

TUNÍSIA (300)

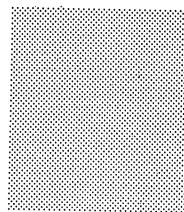
Um pequeno problema de minas deixadas pela Segunda Guerra Mundial. Segundo os militares, retiram-se entre 200 e 300 minas por ano. Estas são muitas vezes encontradas por residentes locais, por vezes feridos neste processo. A capacidade de desminagem do país é moderada e seria importante conseguir alguma ajuda externa neste domínio.

ZIMBABWE (por determinar)

Problema de minas moderado na sequência da guerra de libertação nacional e, em alguma medida, da guerra no vizinho Moçambique. Capacidade limitada de desminagem. O exército está certamente qualificado para levar a cabo a desminagem mas necessita de financiamento e outros recursos.

* * *

(Informações em Comité Internacional da Cruz Vermelha, *Landmines in Africa: Fact Sheet*, s/d, mimeo.).



O QUE ESTÁ EM JOGO NA CONFERÊNCIA DE REVISÃO DA CONVENÇÃO DAS ARMAS CONVENCIONAIS?

Philippe Dicquemare¹

1. Introdução

Quero abordar aqui a "Conferência de Revisão", e toda a gigantesca propaganda sobre como é que essa revisão é vista como uma grande solução para todos os problemas. Quero referir-me a ela do ponto de vista das ONGs mas, também, do ponto de vista de todas as pessoas que conhecem um pouco este problema e sentem a hipocrisia dos países produtores que estão a utilizar as minas.

Podemos dizer à partida que esta revisão da Convenção vai ter, seguramente, um grande insucesso. Mas antes de referir as novidades que vão ter lugar nesta conferência de revisão talvez seja bom dizer que já existe um texto de Convenção que interdita a utilização de minas sem discriminação, que obriga à protecção dos civis, que proíbe a utilização de minas de plástico, que obriga ao registo da colocação de minas. Actualmente, nenhuma destas regras é respeitada. Então, o que vai acontecer com a nova Convenção? Seguramente, nada de mais.

¹Representante do Hendicap International em Moçambique.

Igualmente, a utilização massiva das minas constitui uma violação massiva dos direitos humanos, dos vários textos que os consagram. É o caso da Convenção de Genebra, que propõe uma série de regras de protecção a civis. É também o caso da Resolução 2444 da Assembleia Geral das Nações Unidas (sobre o Respeito dos Direitos do Homem em Caso de Conflitos Armados), adoptada por unanimidade em 18 de Dezembro de 1969, que consagra vários princípios do direito costumeiro na protecção de civis e diz, especificamente: que os exércitos não têm o direito a utilizar todos os meios para conseguir os seus objectivos, o que quer dizer que não podem determinar as suas acções sem ter em conta a necessidade de protecção dos civis; que é interdito lançar ataques contra a população civil enquanto tal; que é conveniente estabelecer a todo o momento a distinção entre as pessoas que tomam uma atitude activa nas hostilidades e a população civil em geral, de maneira a que esta última seja protegida o mais possível. Ao mesmo tempo, o artigo 14 do Protocolo II, de 1977, anexo às Convenções de Genebra de 1949, proclama que é interdito provocar a fome entre as populações civis como método de guerra.

Enfim, existe também uma Convenção, já ratificada por 154 países a 31 de Dezembro de 1993 e relativa aos Direitos da Criança, da qual pelo menos nove artigos são violados pela presença e utilização massiva e indiscriminada de minas anti-pessoal. Citemos, notoriamente, as violações do Artigo 6 sobre o "Direito à Vida", do Artigo 37 sobre o "Direito à Protecção em Relação a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes", do Artigo 38 sobre o "Direito à Protecção e Tratamento em Caso de Conflitos Armados".

A análise dos factos permite-nos concluir que inúmeros textos internacionais são actualmente violados pela utilização massiva e indiscriminada de minas anti-pessoal. Uma nova Convenção sobre este assunto específico não terá verdadeiramente um grande impacto. Além do mais, como veremos em seguida, a preparação desta Conferência leva a pensar que não existe uma vontade real de atenuar, e muito menos de solucionar o problema da proliferação de minas anti-pessoal.

2. Sobre a Interdição Total das Minas Anti-Pessoal

Seis países apoaram, no final do ano de 1994, a interdição total da produção, armazenagem, venda, transferência, exportação e utilização de minas anti-pessoal: a Suécia, a Áustria, o Cambodja, a Estónia, a Irlanda e o México.

Por outro lado, é necessário recordar que a Convenção de 1980 é um tratado de direito humanitário. Deste modo, olhando a tradição neste domínio, ela só diz respeito ao uso de armas, não às questões relativas à sua produção, armazenamento ou distribuição. Alguns países utilizam este argumento, afirmando que não é da competência da Convenção tratar deste tipo de assuntos e, portanto, que é necessário propor outro momento diferente para a sua discussão, o que significa adiar a resolução do problema.

3. Sobre os Mecanismos de Auto-Destruição e Auto-Neutralização

Na procura de soluções, certas ideias começaram a surgir, tentando fazer a distinção entre as "boas" e as "máis" minas. Concretamente, trata-se de distinguir entre, por um lado, minas "clássicas", quer sejam elas de pressão, de tracção, saltadoras, de comando manual ou telecomandadas, e por outro, minas "inteligentes", dotadas de mecanismos de auto-destruição ou auto-neutralização.

É preciso notar, em primeiro lugar, que os mecanismos de auto-destruição, em virtude da sua miniaturização têm uma viabilidade totalmente aleatória: uma mina auto-destrutiva pode explodir quando as pessoas se encontram por perto. Tendo em conta este factor, os sapadores continuam também com o mesmo problema face a este tipo de minas, não sabendo distinguir umas das outras e, portanto, correndo os mesmos riscos. Além do mais, estes mecanismos de auto-destruição são programados para períodos variáveis, e nós sabemos bem que alguns Estados querem que o período estabelecido antes da auto-destruição permaneça indefinido...

Mas, ignorando estas considerações técnicas, diversos países propõem interditar todas as minas não munidas de

mecanismos de auto-destruição ou auto-neutralização. Uma tal posição será, sem dúvida, apoiada por numerosos países se o período acordado para a destruição ou conversão dos "stocks" existentes, assim como para a implementação destas novas tecnologias for suficientemente longo.

Sabemos igualmente que vários países estão dispostos a aceitar a adopção dos mecanismos de auto-destruição/auto-neutralização desde que o tempo de actividade das minas, antes que se auto-destruam ou auto-neutralizem, não seja definido por nova Convenção, ou desde que os períodos em questão sejam "suficientemente" longos. Um compromisso mínimo poderia então ser estabelecido em relação a estes mecanismos de auto-destruição/auto-neutralização: no caso de minas colocadas em zonas marcadas e assinaladas para proteger populações civis, então não seria obrigatório que elas fossem dotadas de mecanismos auto-destrutivos; pelo contrário, no caso de minas plantadas em zonas não assinaladas, ou de minas lançadas de helicóptero, de avião ou artilharia, então tais mecanismos seriam obrigatórios.

Certos países propõem uma solução ainda mais simples e ainda menos satisfatória: eles defendem que os mecanismos auto-destrutivos e as marcas de sinalização não devem ser obrigatórios em tempo de guerra ou de perigo iminente. Tais países rejeitam assim o princípio de proteger os civis das minas durante o tempo de guerra. E o que é preocupante é que existe o perigo muito grande desta posição de "denominador comum mínimo" vir a ser aceite.

4. Sobre os Sistemas de Controle e de Sancão

Para além das questões acima referidas, a adopção de sistemas de controle e de sancão é, também, um assunto extremamente delicado de tratar e, de facto, muitos países não querem sequer debatê-lo. Eles acham a ideia prematura e afirmam que a adesão à Convenção de 1980 implica, de facto, a sua consideração. São, assim, feitas propostas para se pedir uma declaração de respeito para com a Convenção, que seria seguida de relatórios sobre as medidas tomadas por cada um para respeitar os compromissos assumidos.

Uma outra possibilidade seria a criação de uma comissão de verificação que, a partir de queixas de vários Estados, poderia provar a necessidade dos procedimentos de controle e sanção que, bem entendido, dificilmente seriam utilizados.

Enfim, certos países propõem a entrega de relatórios regulares a uma comissão de Estados a basear em Genebra que, ao tomar conhecimento de tais relatórios, estudaria as medidas a tomar. Tratar-se-ia, talvez, da menos má das soluções, pois os Estados não estarão certamente dispostos a criar um corpo de especialistas para controlar os direitos e as violações da Convenção.

Deste modo, o estado das discussões entre os grupos de especialistas para a Conferência de Revisão revela até que ponto os Estados, na sua grande maioria, não estão dispostos a renunciar totalmente às minas anti-pessoal. Do ponto de vista das ONGs, esta conferência será, portanto, um fracasso. Serão insignificantes as melhorias que ela trará para a legislação internacional sobre a matéria. A estratégia de muitos Estados será "afogar o peixe", multiplicando os debates dos especialistas e as distinções subtils entre as "boas" e as "máis" minas, entre as "boas" e as "máis" utilizações.

Referi já, acima, as potencialidades das "boas" minas dotadas de mecanismos de auto-destruição e auto-neutralização. Mas não podemos esquecer que a preversidade da mina anti-pessoal se encontra tanto, senão mais, na concepção como na utilização. "Bem" utilizada, ela nem sempre escolherá a vítima, e nunca evitará certas vítimas ainda que sejam crianças. "Bem" utilizada, a mina mutilará, e num caso em cada três matará após longas horas de sofrimento da vítima.

5. Conclusão

Face a este panorama, forçosamente que a única solução eficaz é a interdição total, por meio de medidas unilaterais dos Estados, da produção, venda e utilização das minas anti-pessoal. Os interesses militares não justificam de forma

alguma a factura sinistra desta arma tão cobarde.

A interdição ou banimento justifica-se, antes de tudo, pela extrema dificuldade em eliminar os efeitos indiscriminatórios e desproporcionais das minas anti-pessoal. Isto apesar das múltiplas melhorias que a comunidade internacional poderia imprimir a este campo nos planos jurídico, técnico e financeiro.

Sem dúvida que se levantam vozes considerando que de nada serve interditar a produção das minas anti-pessoal pelo facto de serem de fácil fabrico, muito baratas e muito procuradas. Mas notemos que o que está em jogo é a produção industrial de milhões de unidades. A sua interdição a este nível constituiria sem dúvida um avanço essencial na resolução deste problema.

Recordemos, enfim, que o que está verdadeiramente em jogo é deixar ou não que dezenas de milhões de minas anti-pessoal se fabriquem, se vendam e se utilizem no nosso planeta, esperando o mais possível que as leis nacionais e internacionais possam impedir esta utilização tão perversa. Como podemos nós confiar nos sentimentos humanitários dos beligerantes se hoje em dia, em locais que deixaram há muito de ser alvos militares ou campos de batalha, 100 milhões de minas anti-pessoal continuam à espreita, prontas a matar e a mutilar?

BANIR AS MINAS

Anita Parlow¹

1. Introdução

A comunidade internacional está habituada a certos princípios nos conflitos armados internacionais. Por exemplo, a utilização de gás e armas biológicas foi banida quer pelas Convenções de Haia de 1970 (IV), quer pelo Protocolo de Genebra de 1925. Nas discussões conducentes a um banimento na utilização de armas químicas, diplomatas de todo o mundo referiram-se ao seu uso como "bárbaro e desonroso" devido ao efeito indiscriminado sobre civis.² O facto de ser actualmente impossível conceber um mundo que não se preocupe com a protecção de civis em situação de guerra constitui uma vitória global. O aumento da atenção internacional relativamente à protecção de civis em conflitos armados internos é acompanhado por um debate renovado em torno da regulamentação das forças em conflito com base na legislação humanitária e de direitos humanos.

Durante a Guerra Fria, os políticos encaravam as baixas civis nas guerras de libertação nacional sobretudo em termos geo-políticos. No quadro da ética anti-comunista, as questões humanitárias eram muitas vezes confundidas com, ou subordinadas ao nível ideológico. O Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC/CICV) afirma que 80% das vítimas de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial foram vítimas de conflitos não-internacionais.³ Actualmente, numa altura em que as catástrofes étnicas e civis moldam a ordem

¹*Jornalista.*

o pós-Guerra Fria, um dos debates mais apaixonados envolve o repensar da forma como se está a alterar a natureza da guerra e a maneira como ela é levada a cabo.⁴ A gravidade dos crimes de guerra contra civis no Ruanda, Bósnia-Herzegovina e Iraque, combinada com a aparente incapacidade ou falta de vontade da comunidade mundial para lhes pôr côbro, salienta tanto a urgência como a dificuldade em impôr princípios humanitários universalmente aceites. Isto levanta questões legais e pragmáticas sobre até que ponto mantêm as nações a vontade de aderir aos princípios da legislação humanitária, e se os exemplos actuais de resistência a princípios humanitários básicos sugerem um abandono dos ideais referentes à nossa humanidade global comum.⁵

Esforços anteriores para controlar o desenvolvimento da guerra têm sido gorados por crises de baixas civis desproporcionadas.⁶ As elevadas taxas de baixas civis desafiam novamente a comunidade internacional a mudar o objectivo do discurso humanitário das prerrogativas das soberanias individualizadas para a responsabilidade universal dos Estados, uns em relação aos outros.⁷

O esforço crescente para banir as minas anti-pessoal representa uma oportunidade para as nações colocarem questões de segurança militar no quadro de uma contenção nacional. A pressão das organizações não-governamentais para banir a produção, utilização e comercialização de minas anti-pessoal está a provocar um debate global significativo sobre as circunstâncias em que as preocupações humanitárias se podem sobrepor aos argumentos em prol da utilização deste tipo de arma de guerra. A pressão internacional virou-se para os Estados Unidos, no sentido destes utilizarem a sua influência para apoiar a agenda humanitária. Enquanto país com fraco interesse comercial ou estratégico nas minas, os Estados Unidos estariam bem posicionados para apoiar e, mesmo, granjeiar apoios para os princípios que advogam a protecção das vidas civis em todo o mundo. Embora os entusiastas do esforço para o banimento das minas anti-pessoal no Congresso tenham referido, na abertura de um evento humanitário, que a luta apenas começou, o desacordo entre o Pentágono e o Departamento de Estado relativamente aos méritos da guerra das minas parece ter reduzido a

possibilidade da administração Clinton abandonar os argumentos da necessidade militar de uma arma tão pequena. É justo reconhecer que a administração tem colocado as questões pertinentes. Mas para encontrar as respostas adequadas é necessário que a comunidade mundial encontre uma saída humanitária com base nos custos humanos e económicos.

2. Impacto Indiscriminado Sobre os Civis

Em face da evidência crescente do impacto sobre os civis, é quase universalmente consensual a urgência em resolver-se o problema das minas à escala mundial.⁸ Um recente relatório do Departamento de Estado calcula que entre 65 e 110 milhões de minas anti-pessoal por detonar continuam espalhadas como sementes mortais em 56 países de todo o mundo.⁹ Mesmo após a paz ter sido negociada no Cambodja, El Salvador e Moçambique, civis continuam a morrer ou a ser mutilados por minas a um ritmo global de 500 por semana.¹⁰

Embora não existam estatísticas internacionais precisas sobre as mortes e mutilações devido às minas, na sua maioria as vítimas são camponeses pobres, mulheres e, frequentemente, crianças à procura de lenha, a pastar gado ou a cultivar em áreas onde anteriormente ocorreram batalhas.¹¹ A mina anti-pessoal, arma particularmente insidiosa com um objectivo distinto das outras armas, é concebida não para matar mas para mutilar os soldados inimigos.¹² O livro *Landmines: A Deadly Legacy* descreve o efeito da explosão de uma mina sobre o corpo humano. As minas criam

efeitos desastrosos no corpo humano; introduzem sujidade, bactérias, roupas e fragmentos de metal e plástico no tecido humano, causando infecções secundárias. As ondas de choque provocadas pela explosão de uma mina podem destruir os vasos sanguíneos, obrigando os cirurgiões a amputar muito acima da lesão primária.¹³

Na tentativa de combater os efeitos das lesões relacionadas com a guerra, tais como as provocadas pelas minas, o CICV tem vinte e nove programas ortopédicos e o

nesmo número de unidades cirúrgicas em 14 países afectados pela guerra.¹⁴ Esta situação, aliada ao facto que cerca de 25% das vítimas civis tratadas pelo CICV no período terminado em Julho de 1992 foram vítimas de minas, estabelece o quadro para compreendermos o alcance do problema representado pelas minas anti-pessoal.¹⁵ No Cambodja, uma em cada 236 pessoas perdeu pelo menos um membro por amputação cirúrgica na sequência da explosão de uma mina.¹⁶ Esta taxa é elevada, mesmo se comparada com Angola, onde se realizam intervenções cirúrgicas em uma em cada 470 pessoas.¹⁷ Nos Estados Unidos, onde a ameaça representada pelas minas anti-pessoal é mínima, realizam-se amputações em um em cada 22.000 indivíduos.¹⁸ Por ser o garante das Convenções de Genebra, o esforço substancial do CICV para frear a utilização das minas serve de barómetro para a magnitude do problema. A organização humanitária refere que nos países mais infestados pelas minas é geralmente impossível as infraestruturas locais fornecerem o nível necessário de cuidados de reabilitação, tais como próteses para os sobreviventes.¹⁹

O Handicap International, baseado em França, refere, tal como o CICV, que uma parte cada vez mais importante dos seus recursos é devotada a intervenções cirúrgicas relacionadas com as minas, ou à colocação de próteses em mulheres e crianças que accionaram minas anti-pessoal quando apascentavam gado ou procuravam lenha. Phillip Chabasse, director executivo do Handicap International, explica a razão porque a sua organização advoga o banimento das minas anti-pessoal: os sobreviventes dominuídos físicos são um grande fardo social e económico que empobrece ainda mais as sociedades e limita a capacidade destas para recuperarem da situação de guerra. "Temos que trabalhar bastante só para chegar ao ponto zero".²⁰

Claramente, a presença destas "sentinelas eternas" não é problema que pertença ao passado.²¹ O Departamento de Estado refere, no seu relatório *Hidden Killers*, que as minas são cada vez mais a arma de eleição nos conflitos étnicos e civis que assolam o mundo.²² As Nações Unidas estimam que só nos últimos três anos foram plantados 4 milhões de minas nas antigas União Soviética e Jugoslávia.²³

O impacto das minas não detonadas é particularmente agudo nos países em desenvolvimento. A OXFAM International indica que o efeito cumulativo do problema das minas é capaz de destabilizar economias inteiras dado que grandes zonas são tornadas impossíveis de cultivar ou pastorear.²⁴ O Departamento de Estado dos Estados Unidos estima que na Somália 1 milhão de minas impedem o acesso a cidades, vilas, edifícios, escolas e terras agrícolas.²⁵ Em Angola, equipas britânicas de desminagem consideram que foram colocadas 20 milhões de minas em 33% do território do país, contribuindo para a fome devido às dificuldades de acesso às terras de cultivo.²⁶ No caso de Moçambique, a Africa Watch revela que mais de 2 milhões de minas permanecem no terreno, incluindo 32 tipos diferentes de minas anti-pessoal e 19 tipos de minas anti-carro, fabricadas por 15 nações.²⁷ No Afganistão, o Mines Advisory Group, de origem britânica, considera que levará entre 10 a 15 anos a desminar as zonas prioritárias do país, infestado por 10 milhões de minas.²⁸ Relatórios do Arms Project of Human Rights, baseado em Nova York, e do Physicians for Human Rights, concluem que os países mais afectados pelas minas encontram-se empobrecidos e destituídos de capacidade para mobilizar os recursos necessários para responder às consequências médicas, sociais, económicas e ambientais da explosão das minas.²⁹

As minas dificultaram substancialmente as operações de manutenção da paz das Nações Unidas, assim como os esforços do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para supervisar o regresso de milhões de pessoas no período pós-Guerra Fria. O ACNUR relata este efeito destabilizador: "o ACNUR restruturou as suas operações no Afganistão, Cambodja e Moçambique, tendo em conta que alguns gramas de pressão de um pé num determinado ponto do caminho podem causar demasiadas explosões".³⁰

Embora a comunidade internacional se encontre a dar passos positivos no sentido da remoção das minas anteriormente colocadas, os esforços têm sido insuficientes. Por exemplo, está actualmente em curso um programa de remoção de minas na Somália sob a direcção das Nações Unidas, que conta com 200 somalis treinados em técnicas de

desminagem.³¹ Através de um processo precário de utilização de sondas metálicas manuais, foram até à data removidas 21.000 minas.³² Embora se tenha duplicado o efectivo de desminagem, o director do Programa de Desminagem das Nações Unidas, Patrick Blagden, diz que sem métodos de desminagem tecnologicamente mais sofisticados, e portanto mais caros, a "situação é desesperada".³³ O congressista Lane Evans, co-patrocinador da moratória dos Estados Unidos sobre as minas, introduziu a estimativa de 3,5 milhões de dólares apenas para levar viaturas pesadas de desminagem para a Somália, situando o preço da desminagem mesmo apenas das zonas mais minadas do mundo muito para além daquilo que as Nações Unidas ou os seus Estados membros estão preparados para pagar.³⁴

3. Uma Campanha para Banir as Minas

A possibilidade de combater uma epidemia que dizima os pobres do mundo está por detrás de um esforço organizado nos círculos humanitários e das Nações Unidas. No ano passado, uma coligação de grupos humanitários e dos direitos humanos, incluindo o Human Rights Watch, o Handicap International, os Physicians for Human Rights, a Medico International, o Mines Advisory Group e a Vietnam Veterans of America Foundation — que assumiu a direcção — lançaram uma campanha internacional para banir a produção, utilização e venda de minas. Embora as minas anti-pessoais não produzam imagens dramáticas das guerras biológica e química que os beligerantes tinham interesse em banir após a I Guerra Mundial, a campanha está a ganhar ímpeto. Os esforços desta coligação internacional de ONGs, cujos membros se têm organizado nas principais capitais para levar as respectivas missões diplomáticas a apoiar o banimento, reflectem o fortalecimento do papel das ONGs internacionais.³⁵

A campanha global dá aos governos do mundo a oportunidade de desencadearem um esforço multilateral para aplicar os princípios humanitários contra a guerra. Numa altura em que surgem armas altamente técnicas, modernas e precisas, as minas anti-pessoal são a arma mais ubíqua,

menos visível e, segundo o Departamento de Estado dos E.U.A., a mais mortal para os civis, continuando a representar uma ameaça mesmo muito depois de terminados os combates.³⁶ As sessões de abertura do encontro de peritos das Nações Unidas deste ano começaram sem que muitos países apoiassem abertamente o banimento da produção e utilização das minas. Na impossibilidade do banimento, às ONGs e ao CICV — que fez campanha agressiva pelo banimento — pouco mais resta senão aceitar algumas limitações tecnológicas tais como mecanismos de auto-destruição e auto-neutralização, como passo positivo em direcção ao seu objectivo a longo prazo, o banimento.³⁷

O Relatório Final do Grupo de Peritos Governamentais destinado a preparar os Estados participantes à Conferência de Revisão, cuja reunião final se realizou em Genebra entre 9 e 20 de Janeiro de 1995, indica que o principal objectivo do Protocolo é proteger as populações civis do sofrimento indiscriminado, quer durante quer após os conflitos. É importante referir que o Relatório Final não recomenda restrições na utilização de minas em guerras internas. Ao propor restrições complexas e limitadas em lugar de um banimento inequívoco da produção, uso e comercialização das minas anti-pessoal, o regime cria um programa complexo destituído de instrumentos implementadores adequados. Muitas ONGs afirmam que a Conferência de Revisão está em risco de falhar no cumprimento da sua missão central: reduzir as baixas civis no crescente número de conflitos internos.

As Sessões de Peritos não conseguiram especificar o mínimo de conteúdo metálico das minas que assegure a sua detectabilidade, ofereceram os mecanismos de "auto-destruição" como solução para as explosões que ocorrem após os conflitos, e deixaram no ar a questão dos mecanismos de verificação ou medidas de implementação.

Nos Estados Unidos, a reacção inicial do Congresso a este esforço liderado pelas ONGs não chegou a ser particularmente notável. Em 1993, o Congresso prorrogou por mais três anos uma moratória de 1992 que proíbe, nos Estados Unidos, a exportação, venda ou transferência de minas anti-pessoal para o exterior.³⁸ O Congresso quase legislou um banimento da produção de minas anti-pessoal,

medida a que os produtores ameaçaram opor-se.³⁹ Segundo um dos líderes da proposta de banimento, o Senador Patrick Leahy, "Quando o Senado votou 100-0 a favor da minha emenda para parar todas as exportações de minas nos Estados Unidos, o objectivo era colocar este país na posição de defender um acordo internacional mais amplo para acabar com o flagelo das minas".⁴⁰

A acção do Congresso apanhou desprevenidos o Pentágono e os produtores mundiais de minas, e resultou num aumento substancial do interesse internacional em relação ao controle deste tipo de munição. Todavia, gorou-se a dinâmica de um banimento total das minas devido aos "lobbies" dos diversos aparelhos militares e de segurança. Assim, as Nações Unidas optam por erradicar o perigo representado pelas minas já colocadas. A Assembleia Geral, na sua 48^a sessão, adoptou uma iniciativa belga para financiar as operações de desminagem que são frequentemente condição indispensável para o reassentamento e repatriação de populações. Esta resolução apela ao Secretário-Geral para rever a dimensão do problema das minas e considerar a sugestão do estabelecimento de um fundo voluntário para financiar o número crescente de esforços de desminagem, pré-requisito para as medidas de estabelecimento da paz.⁴¹ O fundo voluntário seria gerido pelo Departamento de Assuntos Humanitários das Nações Unidas, criado em 1991 para responder às catástrofes humanitárias.⁴²

A Assembleia Geral também adoptou unanimemente uma resolução patrocinada pelos E.U.A., apelando à comunidade internacional que concorde com uma moratória sobre a exportação das minas anti-pessoal consideradas como particularmente perigosas para as populações civis.⁴³ Ironicamente, os Estados Unidos foram um dos apenas três países que se abstiveram de votar, no mesmo dia, um apelo à conferência das Nações Unidas para rever a convenção que estabelece limites humanitários à utilização das minas.⁴⁴ Esta posição, em contraste agudo com o esmagador apoio internacional à resolução, demonstra, em parte, o efeito que tem sobre a política dos E.U.A. o desacordo entre o Pentágono e o Congresso relativamente à questão da adopção de limites consideráveis a esses "assassinos camuflados". De

qualquer maneira, o Senador Patrick Leahy, nos termos fortes de uma carta ao *New York Times*, atacou aquilo que se tornou no obstáculo mais significativo à iniciativa das Nações Unidas, ou seja, a recusa, por razões estratégicas, de abandonar a guerra das minas.⁴⁵

Na sequência dos esforços das ONGs e do Simpósio de Montereaux sobre as Minas Anti-Pessoal, do CICV, em 1993, dezoito países produtores aprovaram moratórias sobre a transferência e uso das minas. Além disso, na sua 49ª Sessão, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou duas resoluções adicionais, em 15 de Dezembro de 1994, apelando a todos os Estados para a tomada de medidas para aderirem ao Protocolo, para que declarem moratórias sobre a exportação de minas anti-pessoal, e indicou que por razões humanitárias, os Estados deveriam caminhar em direcção ao "objectivo último, a eventual eliminação das minas anti-pessoal", com a atenuante que tal objectivo deveria ocorrer após o desenvolvimento de "alternativas viáveis e humanas".⁴⁶

A administração Clinton, através da sua embaixadora nas Nações Unidas, Madeleine Albright, prometeu coadunar os valores que defende com as opções políticas específicas. A embaixadora Albright prometeu alargar as iniciativas diplomáticas americanas à restrição nas vendas e a uma discussão aberta com "os principais países produtores e exportadores de minas visando estabelecer o conteúdo e alcance de um regime de controle permanente da exportação de minas".⁴⁷ Considerando a elevação do tom do Pentágono, as ONGs consideraram a posição de Albright como retoricamente firme mas politicamente inadequada. A abstenção dos E.U.A., e o actual debate no seio do Departamento de Defesa dos E.U.A., sugerem uma divisão no seio da administração que poderá levar os Estados Unidos a perder o seu papel de liderança e acabar com as esperanças do banimento.⁴⁸

Em Maio de 1994, o Presidente Clinton submeteu ao Congresso uma mensagem de apoio à ratificação do Protocolo das Minas, da Convenção das Armas Convencionais, que o Congresso veio a ratificar em Março de 1995, com certas reservas. A legislação garante uma atitude participante dos

Estados Unidos na Conferência de revisão agendada para 25 de Setembro — 13 de Outubro de 1995, em Viena. É provável que os Estados Unidos não venham a apoiar o banimento, apesar da pressão de diversos Estados. Os papéis de base apresentados à Reunião Internacional de Desminagem indicam o carácter e natureza da gama de dilemas que a guerra das minas apresenta às populações civis depois de terminadas as hostilidades, e a medida em que a burocracia das Nações Unidas se está a organizar para responder a um problema que está ainda muito longe de ter uma solução. O Presidente da Reunião Internacional de Desminagem, senhor Erik Derycke, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, afirmou que apesar da relutância de alguns Estados em apoiar o banimento total, a reunião de dois dias foi concebida para mobilizar a comunidade internacional, tendo em vista o banimento total.⁴⁹ As sessões de trabalho incluem: 1) Identificação das minas; 2) Métodos actuais de desminagem; 3) Treino de desminadores indígenas; 4) Gestão das operações de desminagem; 5) Novas tecnologias de detecção de minas e campos minados, e de desminagem; 6) Tratamento e reabilitação de vítimas das minas; 7) Problemas e soluções na desminagem de emergência; 8) Educação e consciencialização para o problema das minas; 9) O programa integrado de desminagem.

Entretanto, a administração norte-americana está a avançar com uma perspectiva em três vertentes: um programa alargado de desminagem, educação e detecção; participação em esforços para reforçar a Convenção das Armas Convencionais que regula a utilização das minas; e o estabelecimento de um mecanismo multilateral e bilateral mais permanente que garanta um regime de controlo efectivo relativo à produção, armazenagem e venda a nível internacional.

A Assembleia Geral das Nações Unidas ainda não dirigiu a questão da limitação da guerra das minas ao fórum das Nações Unidas para o desarmamento. Porém, as ONGs americanas defendem que os Estados membros das Nações Unidas devem fazer muito mais que criar um fundo que suporte os custos da desminagem. No essencial, eles concordam com a estratégia do Departamento de Estado de

evitar o complicado Comité de Desarmamento das Nações Unidas, que poderia ampliar o seu Registo das Armas Convencionais de forma a incluir a revelação total das vendas e transferências de minas anti-pessoal.

O embaixador do Sri Lanka nas Nações Unidas, país cujo exército sofreu severas baixas com as minas colocadas pelas forças opositoras na sua trágica guerra civil, opõe-se às limitações à guerra das minas. Segundo o embaixador Stanley Kalpage, "No mundo da *realpolitik* das Nações Unidas, os Estados membros não estão convencidos do valor do banimento uma vez que os problemas combinados da criação de acordos internacionais verificáveis e da implementação destes fazem do banimento pouco mais que um acto de humanitarismo romântico".⁵⁰ As ONGs que apoiam o banimento total argumentam que ele recai cabalmente nos princípios orientadores das Convenções de Genebra, que exigem que os exércitos dirijam as suas actividades apenas contra objectivos militares, e nunca contra objectivos civis.⁵¹ Numa série de encontros do CICV e ONGs sobre este assunto, a maioria das organizações participantes concluiu que o problema com as minas é que elas não distinguem os pés de militares dos civis, e que continuam a matar mesmo muito depois de terminado o conflito.⁵² A estratégia das ONGs e do CICV para conseguir o banimento consiste em estigmatizar a utilização das minas da mesma forma que a guerra bacteriológica e os gases químicos foram estigmatizados no passado, em incitar as deliberações dos governos a partir do exterior, e em manter vivo este assunto a longo prazo.⁵³

As ONGs consideram que a tomada de consciência internacional sobre a natureza e problema das minas constitui uma primeira vitória. Mas elas enfrentam agora uma questão mais saliente: como passar a uma acção que restrinja de facto a guerra das minas, em parte através das sessões de preparação da conferência que se aproxima, para rever o Protocolo das Minas, face à relutância dos Estados. Considerando o apoio do CICV à iniciativa que visa o banimento da produção, utilização e transferência das minas, a conferência de revisão oferece algumas perspectivas de estabelecimento de medidas que tenham em conta os desenvolvimentos tecnológicos e os novos tipos de guerra

utilizados nos conflitos internos.⁵⁴ A par das questões centrais da aplicabilidade aos conflitos internos e da capacidade para monitorar, verificar ou aplicar qualquer convenção, o debate sobre as minas tende a polarizar-se, como aconteceu nos E.U.A., entre os proponentes de um banimento total e imediato e aqueles que advogam uma modificação técnica acompanhada de um controle das exportações que continuarão provavelmente a ser porosas.⁵⁵ Talvez o trabalho mais importante resida não na discussão legal do protocolo mas em programas de desminagem viáveis associados a um regime efectivo de controle das exportações.

4. Da Defensiva à Ofensiva

Se o número de baixas civis e a amplitude da destabilização económica são insuficientes para desencadear o banimento legal na base de razões humanitárias, Jan Eliasson, antigo Sub-Secretário Geral das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários, considera que a recente alteração na utilização de minas anti-pessoal em situação de guerra fornece, por si só, bases que justificam o banimento total.⁵⁶

A *International Defense Review* informa que a utilização das minas evoluiu de uma situação em que desempenhava sobretudo um papel defensivo, através do mapeamento bem assinalado dos campos minados, para outra em que as minas representam uma arma estratégica ofensiva, particularmente em campanhas de contra-insurgência.⁵⁷

Eliasson, e o seu sucessor Peter Hensen, que coordena o programa de desminagem das Nações Unidas, partilham desta perspectiva e apoiam, em privado, o banimento total da produção e venda, à luz da legislação existente. "No passado, as minas serviram propósitos defensivos, colocadas em campos de batalha claramente demarcados. Mas quando os civis se tornam cada vez mais os alvos, ou quando o território civil se torna objectivo de guerra, a mina anti-pessoal, que continua a matar muito depois de terminado o conflito, transforma-se numa arma de terror".⁵⁸

E surge então o problema humanitário. Funcionários estatais e militares que argumentam contra as restrições na

guerra das minas, defendem a utilização de minas considerando-as armas baratas e tecnicamente pouco exigentes, que ajudam a estabelecer a "paridade" em situações de contra-insurgência.⁵⁹ O princípio é que as aldeias, campos e zonas de pasto constituem alvos justificados porque acolhem ou apoiam o inimigo. Todavia, os explosivos leves e fáceis de manusear que são colocados para negar o acesso à terra às forças opositoras, na maior parte dos casos impedem que os civis utilizem as suas aldeias e terras agrícolas. Numa reunião realizada em Janeiro de 1994 em Genebra, o CICV interpelou representantes das forças armadas de todo o mundo a respeito da utilidade das minas. A conclusão geral de tais representantes foi que as minas servem uma função militar muito importante, que ultrapassa as preocupações humanitárias.⁶⁰ Estrategas militares britânicos que apoiam o banimento, sugeriram a possibilidade de ser a tradição, e não a necessidade militar, que subjaz aos argumentos para a continuação do uso das minas anti-pessoal.⁶¹ Em 1995, organizações governamentais e não-governamentais da primeira reunião nacional sobre as minas realizada em Moçambique, referiram que são os países do Terceiro Mundo as principais vítimas da guerra das minas, mas são principalmente os países desenvolvidos quem as produz. Os delegados também referiram a medida e implicações dos problemas relacionados com as minas, que embora talvez não tão graves quanto se pensava, continuam a impedir a reconstrução do país, e que os moçambicanos se opõem a que os países minados sejam marginalizados do debate global.⁶²

Apesar da posição esmagadora dos exércitos nacionais em favor das minas, a responsabilidade das minas por detonar não pode ser unicamente imputada a eles. As minas anti-pessoal são também usadas de forma generalizada por forças guerrilheiras que não são reconhecidas pelos governos como beligerantes e que, frequentemente, não se submetem às restrições prescritas na legislação humanitária internacional. Existem provas crescentes da utilização cada vez maior de minas anti-pessoal por forças insurgentes; a mina de plástico, barata, é cada vez mais uma "arma dos pobres" muito eficaz, que a um custo entre três e vinte dólares americanos, impede

a mobilidade dos exércitos regulares mais bem equipados, que de outra forma conseguiriam níveis de avanço compatíveis com as suas estratégias e poder de fogo.⁶³

Ao contrário dos interesses estratégicos, os interesses comerciais não chegam a colocar grandes obstáculos àqueles que procuram conseguir o banimento, com possível exceção dos países onde a produção de minas representa uma percentagem significativa do PNB. Embora o comércio global de minas atinja cerca de 200 milhões de dólares anuais, isso representa uma parte relativamente pequena do orçamento de 600 biliões de dólares destinado às armas. Todavia, a procura das minas está a crescer.⁶⁴ O fim da Guerra Fria levou à redução das forças nucleares, mas o comércio é crescente relativamente às armas convencionais, à medida em que as indústrias se apressam a fornecer os contendores das cerca de vinte e nove guerras actualmente em curso em todo o mundo.

Segundo o Arms Watch, 100 companhias de quarenta e oito países produzem mais de 340 tipos de minas anti-pessoal.⁶⁵ A maior parte das estruturas de produção de minas são propriedade de governos, localizando-se os maiores exportadores na Itália, Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e China, sendo este último igualmente um importante receptor das exportações das firmas ocidentais que produzem tecnologia relacionada com as minas.⁶⁶ Para quatro companhias privadas como a Daimler Benz da Alemanha, a Tecnovar da Itália, a Daewoo da Coreia do Sul, ou a Alliant dos Estados Unidos, as vendas de minas são tipicamente parte de uma linha maior de produção, não surgindo separadamente nos seus relatórios anuais. Os produtores proliferam, segundo um estudo recente levado a cabo pela Defense Intelligence Agency dos Estados Unidos. Esta agência enumera a China, o Egípto, o Paquistão e a África do Sul como novos "comerciantes ambiciosos de minas, profundamente envolvidos na proliferação de alta tecnologia".⁶⁷

Os dados oficiais colocam os Estados Unidos bem atrás dos líderes do mercado. Em *Landmines: A Deadly Legacy*, o Human Rights Watch observa que os Estados Unidos deixaram o papel de líder na exportação de minas, que ocupavam na altura da guerra do Vietname, ocupando actualmente um lugar muito mais modesto.⁶⁸ O relatório do Human Rights Watch

refere que a Alliant Techsystems, uma antiga subsidiária da Honeywell Incorporated's Defense Systems, baseada no Minnesota, é o maior negociante de munições com o exército americano e uma companhia com um dos maiores registo económicos em minas auto-destrutivas.⁶⁹ Não surpreende, pois, que a Alliant tenha defendido, no Congresso, a utilidade das minas dotadas de mecanismos de auto-destruição, afirmando que tais mecanismos constituíam uma forma prática de se atingir o objectivo do protocolo das Nações Unidas.⁷⁰ Segundo a Alliant, "as minas de auto-destruição servem o propósito militar de proteger os soldados americanos, ao fornecer: efeitos multiplicadores da sua força, segurança para as tropas, eliminação de uma desminagem que é perigosa e consome muito tempo, além de que as forças americanas as conhecem bem".⁷¹

5. A Legislação Reguladora⁷²

A principal lei reguladora do uso das minas anti-pessoal é normalmente referida como o Protocolo das Minas, anexado à Convenção das Armas Convencionais, ou Protocolo II da Convenção.⁷³ A sua inclusão deveu-se largamente, em parte, à resposta aos elevados números de baixas civis causadas pelas minas e munições não detonadas no Vietname. A Convenção das Armas Convencionais de 1980 exige que as minas se dirijam apenas contra objectivos militares. Proíbe a utilização indiscriminada de armas, e prescreve a tomada de todas as precauções possíveis para proteger os civis dos "ferimentos supérfluos ou sofrimento desnecessário", incluindo através do mapeamento dos campos de minas.⁷⁴

A proposta original apresentada pela Grã-Bretanha visava a redução do sofrimento causado aos civis nos conflitos armados, derivando os seus princípios da legislação consuetudinária codificada pelas Convenções de Haia de 1899 e 1907, e dos princípios fundamentais das Convenções de Genebra, que exigiam que os militares evitassem utilizar as populações civis como alvos.⁷⁵

A aplicação de normas internacionais de conduta militar é indiscutível, dado o reconhecimento explícito das

codificações de Haia pelos Julgamentos de Nuremberga, e a ratificação esmagadora das Convenções de Genebra. Pórém, apesar de tais normas terem sido úteis para despertar as consciências e, em alguns casos, porque forneceram uma base para o julgamento de crimes de guerra ou outras intervenções, elas raramente foram utilizadas como base para inibir a conduta de actores envolvidos em conflitos internos. A campanha para banir as minas desafia os governos a quebrar com esta tradição; o seu sentido vai para princípios humanitários e não para os protestos tardios relativamente a condutas que a comunidade internacional considera condenáveis.

O Protocolo das Minas considera que a sua intenção central é proteger as populações civis dos efeitos "indiscriminados" da guerra.⁷⁶ Além disso, o Protocolo exige que os combatentes tomem as "precauções possíveis" (definidas como "praticáveis e praticamente possíveis") nas circunstâncias concretas, para proteger os civis do efeito das minas e armadilhas.⁷⁷ As partes são solicitadas a manter registos dos campos de minas para que estas possam ser retiradas uma vez cessadas as hostilidades.⁷⁸ O Protocolo das Minas proíbe, sob todas as circunstâncias, a utilização de minas "quer ofensiva quer defensivamente, ou em retaliação, contra populações civis ou civis individuais".⁷⁹

Mas, na prática, o Protocolo das Minas falhou redondamente no cumprimento do seu propósito: proteger os civis inocentes. De facto, desde a adopção do Protocolo das Minas, há uma década, que as baixas civis devido à explosão de minas aumentaram em espiral. Mas apesar da evidência de incumprimento grosseiro da legislação reguladora, o argumento legal e diplomático mais significativo contra as restrições à guerra das minas baseia-se no argumento dos Estados, segundo o qual a legislação não se aplica a conflitos internos. O senso comum relativamente à aplicação da legislação humanitária, incluindo a Convencão das Armas Convencionais, continua a considerar este tipo de acção dos Estados como estando fora da jurisdição política da comunidade internacional.⁸⁰ Mas com a clareza cada vez maior das questões humanitárias, a pressão das ONGs e do CICV gerou considerável debate entre os Estados, na esperança de

serem eles próprios a exercer as restrições na conduta dos conflitos internos.

O departamento legal do CICV e alguns especialistas jurídicos de ONGs argumentam que a utilização de minas anti-pessoal em conflitos internos é já *ilegal* segundo as leis consuetudinárias, que proibem a utilização de armas de efeito indiscriminado, uma posição que facilmente desemboca no banimento total. Apesar de tais interpretações, os funcionários governamentais preferem, no melhor dos casos, que se façam modificações nas minas anti-pessoal de forma a passarem a ter mecanismos auto-destrutivos, talvez devido à relutância em apoiar uma acção impopular junto dos estrategas militares mundiais.⁸¹ O esforço para traduzir a crescente repulsa internacional face às minas em normas que poderiam apoiar significativamente o banimento internacional tem atraído um interesse considerável dos meios de comunicação pelo problema e pela Conferência de Revisão das Nações Unidas, mandatada para repensar os Protocolos de 1980 das Convenções de Genebra. Grande parte da cobertura refere que para além do problema da aplicabilidade do Protocolo das Minas aos conflitos internos, a legislação actual não obriga à desminagem; não existem mecanismos de verificação; não existem mecanismos de imposição; nada se diz sobre a produção e transferência das minas; e a linguagem operativa, neste campo da sua aplicação aos conflitos domésticos, deixa suficiente espaço para os juristas continuarem o debate durante décadas.⁸²

6. Desminando a Passo de Tertaruga

A necessidade de um programa de desminagem coloca um dilema prático central, uma vez que interesses militares e comerciais advogam os mecanismos de auto-destruição como alternativa técnica de ponta ao banimento da produção, armazenagem e vendas. Embora a tecnologia das minas esteja cada vez mais sofisticada, a tecnologia de desminagem não evoluiu da mesma maneira. Tal como observa Jan Eliasson, "Uma coisa é colocar as minas, a outra, muito diferente, é retirá-las".⁸³ Eliasson considera a questão orçamental como o

principal problema. Uma vez que não existe obrigação legal, no Protocolo das Minas, para que aqueles que colocam as minas tenham que desminar uma vez cessadas as hostilidades, "a comunidade internacional permanecerá provavelmente como a entidade mais capaz de pagar os custos dos esforços de desminagem".⁸⁴

O levantamento e destruição das minas é não só oneroso, a entre 400 e 700 dólares por mina, como também primitivo, lento e cheio de riscos. Os detectores são tipicamente ineficazes fora das estradas principais, dada a utilização generalizada de minas de plástico, difíceis de localizar e invisíveis para os detectores de metais.⁸⁵ Rae McGrath, director do Mines Advisory Group baseado na Inglaterra, que conduz operações de desminagem para as Nações Unidas em todo o mundo, informa que "a enxada prova ser uma forma eficaz de detecção, mas se o solo é demasiado duro, se os sistemas de irrigação e as terras de agricultura e de pasto estão de permeio, a desminagem requer a utilização da sonda manual, muito mais utilizada, perigosa e lenta".⁸⁶

As novas tecnologias parecem exacerbar os problemas de desminagem, em vez de os atenuar. Por exemplo, um mecanismo de desminagem recentemente produzido liberta uma nuvem de vapor de etileno, que é então detonado, para limpar os campos minados. Mas uma vez que esta mistura combustível-ar não cobre uniformemente a área, a sua detonação deixa minas por detonar. Além disso, este controverso método de desminagem tem um inquietante potencial ofensivo e é ineficaz em áreas sensíveis como os sistemas de conduta de águas ou as aldeias.

Entre outros problemas mais, coloca-se a necessidade que os sapadores têm de saber que minas foram colocadas, uma dificuldade considerável dado que são poucos os campos minados sobre os quais existem mapas de localização. No Kuwait, país com fundos suficientes para financiar o melhor dos esforços de desminagem, mais de oitenta sapadores morreram, embora todos fossem treinados nas técnicas de desminagem mais actualizadas.

7. Conclusão

Tal como as armas nucleares eram o símbolo da Guerra Fria, as minas anti-pessoal estão-se a tornar o símbolo do pós-Guerra Fria. A Conferência de Revisão da Convenção de 1980 coloca as minas anti-pessoal no contexto dos conflitos armados actuais e oferece a oportunidade de fazer do Protocolo um instrumento efectivo de controle da produção e utilização das minas anti-pessoal.

Qualquer que seja o resultado da Conferência de Viena, as ONGs e o CICV têm revelado uma capacidade cada vez maior de influenciar os Estados. Eles encaram a Conferência de Viena como mais um passo de um percurso que levará ao banimento da produção, uso e transferência, instituirá um regime de controle e apoiará novas tecnologias de detecção e desminagem, sustentáveis a nível das comunidades locais. Pouco há a perder e, pelo contrário, muito a ganhar com uma decisão humanitária clara que represente uma nova esperança para os países mais pobres, que lutam por um futuro para lá dos conflitos, futuro esse que passa pela reconstrução do pós-guerra.

NOTAS

¹Ver. Convenção (IV) Respeitante às Leis e Costumes da Guerra Terrestre, Outubro de 1907, # II, art. 23(a), Est.36, 2277, T.S. no.539, in *Documents on the Laws of War*: 43, 52 (Adam Roberts & Richard Guelff, eds., 1982); Protocolo para a Proibição do Uso de Gases Asfixiantes, Venenosos e Outros em Situação de Guerra, 17 de Junho de 1925, 26 U.S.T. 571, T.I.A.S. No.8061, 94 L.N.T.S. 65, in *Documents on the Laws of War*: 35-37 (Adam Roberts & Richard Guelff, eds., 1982) (banindo a propulsão de gases asfixiantes por meio de projéctis). As Conferências de Haia de 1899 e 1907 incidiram sobre a responsabilidade dos Estados em guerra na relação uns com os outros. Os acordos internacionais firmados nestas conferências foram concebidos para limitar a acção dos beligerantes em conflitos internacionais através da regulamentação do uso de armas e tácticas. As quatro Convenções de Genebra de 1949 alargaram o conceito de limitação na conduta da guerra de forma a incluir a protecção das populações civis em relação à acção militar indiscriminada por parte de

forças inimigas, assim como a protecção das forças armadas feridas, naufragas ou aprisionadas. Ver, Convenção de Genebra Relativa à Protecção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra, 12 de Agosto de 1949, 6 U.S.T. 6223, T.I.A.S. No. 3365, 75 U.N.T.S. 287. Em 15 de Junho de 1993 as Convenções de Genebra estavam ratificadas por 181 Estados, ou seja, virtualmente toda a comunidade internacional. Os amplamente aceites Protocolos I e II, relativos à protecção de civis e vítimas fora-de-combate em conflitos internacionais e internos, respectivamente, proibem expressamente os ataques indiscriminados contra populações civis. Ver, Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, e Relacionado com a Protecção às Vítimas de Conflitos Armados Internacionais (Protocolo I) [daqui em diante Protocolo Adicional I das Convenções de Genebra de 1949], 12 de Dezembro de 1977, 1125 U.N.T.S. 3, in *Documents on the Laws of War*: 387-446 (Adam Roberts & Richard Guelff, eds., 1982); Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, e Relacionado com a Protecção às Vítimas de Conflitos Armados Não-Internacionais (Protocolo II), 12 de Dezembro de 1977, 1125 U.N.T.S. 3, in *Documents on the Laws of War*: 447-64 (Adam Roberts & Richard Guelff, eds., 1982). O Protocolo I é subscrito por 125 Estados e o Protocolo II por 116 Estados. Só os Estados que subscreveram os protocolos são considerados como ligados aos seus termos.

²26º Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho: Reafirmação e Desenvolvimento da Legislação Humanitária Internacional, Comité da Legislação Humanitária Internacional, Comité Internacional da Cruz Vermelha, Agenda Provisória, Ponto 6.3.2., em 5, I.C.R.C. Doc. C.1/6.3.2./1 (Novembro/Dezembro 1991).

³David P. Forsythe, 'Legal Management of International War: The 1977 Protocol on Non-International Armed Conflicts', 72 *Am.J.Int'l L.*: 272, 272 n.1 (1978) (citando a declaração de um delegado da então República Federal da Alemanha que, por sua vez, citava fontes da Cruz Vermelha).

⁴Ver, em geral, Keith Suter, *An International Law of Guerrilla Warfare: The Global Politics of Law Making* (1984) (descreve, em detalhe, o equilíbrio entre ideais humanitários, necessidades militares e vontade política no esforço conducente à criação dos dois protocolos adicionais às Convenções de Genebra de 1949).

⁵Na sua quadragésima oitava sessão, a Assembleia Geral das Nações Unidas aceitou um plano, que vinha sendo discutido há mais de quarenta anos, para nomear um Alto Comissário encarregado de assegurar o respeito pelos direitos humanos em todo o mundo. O novo Alto Comissário não tem poderes para forçar os governos acusados de

violações a alterar as suas políticas. Mas o seu gabinete está autorizado a divulgar as violações e relatá-las à Assembleia Geral ou à Comissão de Direitos Humanos que funciona em Genebra e engloba cinquenta e três nações. Isto constitui parte importante de uma revitalização geral das Nações Unidas. Ver, Boutros Boutros-Ghali, 'Empowering the United Nations', *Foreign Affairs*, 89 (Inverno de 1992)

⁶Com a adopção do Protocolo sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Minas, Armadilhas e outros Engenhos Explosivos (daqui em diante Protocolo das Minas), os Estados afirmam que as guerras domésticas não estão para além da legislação internacional. Ver *Conferência das Nações Unidas sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Certas Armas Convencionais que podem ser Consideradas como Excessivamente Mortíferas ou ter Efeitos Indiscriminados: Relatório Final da Conferência para a Assembleia Geral; Protocolo sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Minas, Armadilhas e outros Engenhos Explosivos*, Nações Unidas, GAOR, 35a. Sessão, Anexo II, UN Doc. A/CONF.95/15 e Corr. 1-5 (1980). A utilização das minas é regulamentada pelo Protocolo II, no qual as minas são definidas como "qualquer munição colocada sob ou perto de uma superfície e preparada para detonar ou explodir devido à presença, proximidade ou contacto de uma pessoa ou veículo". *Idem*, art. 2(1). Este protocolo é um dos três anexos à Convenção sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Certas Armas Convencionais que podem ser Consideradas como Excessivamente Mortíferas ou ter Efeitos Indiscriminados (daqui em diante Convenção sobre Armas Convencionais). Ver *Conferência das Nações Unidas sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Certas Armas Convencionais que podem ser Consideradas como Excessivamente Mortíferas ou ter Efeitos Indiscriminados: Relatório Final da Conferência para a Assembleia Geral; Protocolo sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Minas, Armadilhas e outros Engenhos Explosivos*, Nações Unidas, GAOR, 35a. Sessão, Anexo II, UN Doc. A/CONF.95/15 e Corr. 1-5 (1980). Se ele se aplica apenas a conflitos armados internacionais ou, também, a guerras domésticas é questão em discussão e ponto de disputa nas actuais sessões de peritos. Por volta de 1991 apenas 36 países tinham ratificado, aceite e aprovado ou aderido a esta Convenção das Nações Unidas. Embora os Estados Unidos da América sejam signatários desta Convenção, o Congresso não ratificou o seu texto escrito.

⁷Ver, em geral, Larry Minear & Thomas G. Weiss, *Humanitarian Action in Times of War* (1993).

⁸O dr. Rémi Russbach escreve que no período entre Janeiro de 1991 e Julho de 1992, 23% das 14.221 pessoas que foram tratadas em quatro hospitais do Comité Internacional da Cruz Vermelha haviam sido feridos por minas. Rémi Russbach, 'Casualties of Conflicts and Mine Warfare',

in *A Framework for Survival: Health, Human Rights, and Humanitarian Assistance in Conflicts and Disasters* 121, 126 (Kevin M. Cahill ed., 1993), (daqui em diante *Framework for Survival*).

⁹Office of International Security and Peacekeeping Operations, United States Department of State, *Hidden Killers: The Global Problem with Uncleared Landmines* 33 (1993) (daqui em diante *Hidden Killers*). O director do Programa de Desminagem das Nações Unidas, Patrick Blagden, calcula o número mais elevado de 200 milhões de minas. 'Summary of United Nations Demining Report Presented by Patrick M. Blagden, United Nations Demining Expert', in Comité Internacional da Cruz Vermelha, *Symposium on Anti-Personnel Mines*, Montereaux, 21-23 de Abril de 1993: 117 (1993) (daqui em diante *Symposium de Montereaux*). Outras estimativas variam entre 100 e 200 milhões de minas. Ver Jan Eliasson, Departamento de Assuntos Humanitários, *Informal Paper on the Subject of Landmines* 1 (7 de Abril de 1993). A Secção 1364 do National Defense Authorization Act para o ano fiscal de 1993 (Public Law 102-484) exige que o Presidente apresente ao Congresso um relatório sobre os esforços internacionais de desminagem em situações que envolvem o repatriamento e reassentamento de refugiados. A resposta do Congresso à recepção desta informação, que documenta a natureza indiscriminada das inúmeras baixas civis devido a ferimentos provocados por minas, deu origem a legislação que estabelece uma moratória de três anos sobre o comércio de minas. Todavia, o Pentágono pressionou nas Nações Unidas contra os esforços para banir as minas.

¹⁰*Hidden Killers*, ver nota 9 para detalhes. Para o total de baixas em Moçambique ver Human Rights Watch Arms Project & Human Rights Watch/Africa, *Landmines in Mozambique*: 42 (1994).

¹¹Ver Asia Watch & Physicians for Human Rights, *Land Mines in Cambodia: The Coward's War* 9 (1991) (daqui em diante *Land Mines in Cambodia*).

¹²Mutilar é o objectivo da guerra de minas, dado que os soldados feridos sobrecarregam a logística e enfraquecem o moral do oponente. "[Um] soldado com os pés despedaçados constitui fardo muito mais pesado para ele próprio e os seus camaradas do que um cadáver." Jim Wurst, 'Ten Million Tragedies, One Step at a Time', *Bull. Atom. Scientists*, Julho/Agosto, 1993: 14, 15. As primeiras minas anti-pessoal foram fabricadas pouco depois da utilização de minas anti-carro, durante a Primeira Guerra Mundial. Dado que as forças opositoras avançavam facilmente a pé nos campos com minas anti-carro, e levantavam as minas para as utilizar elas próprias, conceberam-se as minas anti-pessoal para impedir tais avanços. *Land Mines in Cambodia*: 5. As

minas anti-pessoal são menores que as anti-carro, do tamanho aproximado de uma bola de *baseball*; é requerida menos força explosiva para destruir o tecido humano que para destruir metal. Actualmente, a maior parte dos modelos é fabricada com um mínimo de conteúdo de metal, para dificultar a sua detecção. Entrevista com dr. Robin M. Coupland, cirurgião, Divisão Médica do Comité Internacional da Cruz Vermelha, Londres (19 de Julho de 1993); Terry J. Gardner, 'Land Mine Warfare – the British Position', in *Jane's Def. Rev.* 597 (1993): 4 (6). Para mais informação ver Mark Hewish, 'Land Mines: Cheap and Effective Area Denial', *Int'l Def. Rev.* 1085 (1986); John Lloyd, 'Anti-Personnel Land Mines: The Time to Act is Now', in *The World Refugee Survey of the U.S. Committee for Refugees* 33 (ed. Virginia Hamilton, 1994); UNICEF, *Anti-Personnel Land Mines: A Plague on Children* (1994).

³The Arms Project of Human Rights & Physicians for Human Rights, *Landmines: A Deadly Legacy* (1993): 431. Para o aprofundamento da questão do tratamento de feridas causadas por minas ver Robin M. Coupland & Adriaan Korver, 'Injuries from Antipersonnel Mines: The Experience of the International Committee of the Red Cross', 303 *BMJ – Brit. Med. J.* (1991): 1509; Robin M. Coupland, 'Amputation for Antipersonnel Mine Injuries of the Leg: Preservation of the Tibial Stump Using Medical Gastrocnemius Myoplasty', 71 *Annals Royal C. Surg. Eng.* (1989), 405.

¹⁴Entrevista com o dr. Rémi Russbach, médico-chefe e fundador da Divisão Médica do CICV, em Genebra, Suíça (13 de Setembro de 1993). Ver também Alain Garachon, *Int'l Comm. Red Cross*, 'ICRC Technical Orthopedic Programmes for War Disabled' (1993): 2.

¹⁵Ver *Framework for Survival*. O CICV acrescenta que, em 1992, 58 cirurgiões de guerra trataram 9.035 vítimas de minas, aplicaram 13.313 próteses em mais de 9.000 amputados e, no decorrer deste processo, utilizaram 12,68% do orçamento total do CICV em vítimas civis de minas. 'Basic Facts: Land Mines, Issues and Human Costs, *Int'l Comm. Red Cross*', 7, ICRC, Doc. COMREX/PR/JDS; COMREX/TUV/JGL (20 de Abril de 1993). Embora não se conheçam os custos económicos exactos, virtualmente todas as ONGs envolvidas em programas de desenvolvimento, tratamento médico ou repatriamento, referem uma diversão substancial de recursos para atender a vítimas de minas ou actividades de desminagem.

¹⁶*Landmines: A Deadly Legacy*: 126-27.

¹⁷*Idem*.

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ Russbach, *Entrevista*.

²⁰ Entrevista com o dr. Phillippe Chabasse, director, Handicap International, em Londres, Grã-Bretanha (18 de Maio de 1993). Chabasse observou também, na sua comunicação ao Simposium do CICV sobre as Minas Anti-Pessoal, que "as famílias têm cada vez menos capacidade financeira e produtiva para apoiar" o número crescente de deficientes. *Simposium de Montreaux*, ver nota 9. No mesmo encontro, Alain Garachon, director do Programa de Reabilitação do CICV, observou que "uma criança atingida aos dez anos de idade, com uma esperança de vida de mais 40 ou 50 anos, necessitará de 25 próteses a cerca de 125 dólares cada, totalizando 3.125 dólares. Em países onde o rendimento médio é da ordem dos 10 a 15 dólares/mês, pode-se facilmente compreender que a população não pode obter mais que meras bengalas". *Idem*: 1. Na sua declaração inédita ao Sub-comité de Assuntos Estrangeiros do Senado, sobre a Crise Global das Minas, o especialista das Nações Unidas, Patrick Blagden, referiu que foram necessários 3.400 desminadores em quatro países para remover entre 65.000 e 80.000 minas, aproximadamente 1/1.000 do total mundial. "Foram plantadas 2.500.000 na Jugoslávia e no Cambodja, [o que significa que] estamos a perder a batalha a um ritmo pelo menos de 3 para um". Entrevista com Patrick Blagden, director, Programa de Desminagem das Nações Unidas, Washington D.C. (13 de Maio de 1994).

²¹ O termo descriptivo "sentinelas eternas" para significar as minas, era frequentemente utilizado por soldados governamentais do Cambodja, assim como pelos guerrilheiros. Aryeh Neier, 'Watching Rights: Injuries from Land Mines', *The Nation*, 14 de Outubro de 1991, 437.

²² Ver *Hidden Killers*:10. As minas representam um problema particular para os países mais pobres. Por exemplo, a África rural, a região mais minada do mundo com cerca de 18-30 milhões de minas em 18 países, é a que tem menor capacidade de desminagem. É necessário apoio externo para que as campanhas de desminagem sejam minimamente efectivas. *Idem*:34. No ano fiscal de 1993, o Departamento de Estado, incluindo a USAID, destinou 9 milhões de dólares para projectos de desminagem no Afganistão, Moçambique, Somália, Cambodja e América Central. *Idem*:ii. Segundo o perito de desminagem das Nações Unidas Patrick Blagden, os custos de desminagem são estimados em "centenas de milhões de dólares que aumentam exponencialmente com o prosseguimento da guerra das minas". Blagden, *Entrevista*.

²³Entrevista telefónica com Jan Eliasson, antigo Sub-Secretário Geral dos Assuntos Humanitários (16 de Fevereiro de 1994).

²⁴Entrevista com Joel Charney, Director Internacional de Programas, OXFAM International, em Londres, Inglaterra (25 de Maio de 1993).

²⁵Ver *Hidden Killers*:153-54.

²⁶Africa Watch, *Land Mines in Angola* (1993): 26.

²⁷*Landmines in Mozambique*:1.

²⁸Entrevista com Rae McGrath, director do Mines Advisory Group, Londres, Inglaterra (25 de Maio de 1993). Ver também Mines Advisory Group, *Report of the Afghanistan Mines Survey 2* (1991), que descreve o Afganistão como "um campo de minas de 636.000 quilómetros". O relatório observa que se os Estados Unidos e a Rússia destinassem pelo menos um décimo daquilo que gastaram em armas para apoiar as guerras entre 1980 e 1990, "seria possível as Nações Unidas lançarem um programa realista de avaliação e desminagem de todas as grandes concentrações de minas, num período de dez anos". *Idem*:60.

²⁹*Landmines: A Deadly Legacy*: 118. Embora ainda se não tenham produzido estimativas precisas para determinar os custos relacionados com as minas, a Vietnam Veterans of America Foundation encontra-se a preparar um relatório que documenta alguns dos custos sociais e económicos mais prementes.

³⁰Entrevista com o dr. Sadako Ogata, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, em Washington, D.C. (13 de Maio de 1994). A entrevista teve lugar na altura da apresentação do testemunho do Alto Comissário perante o Sub-comité de Operações Externas do Comité de Apropriações do Senado.

³¹138 Cong. Reg. E2653 (edição diária de 16 de Setembro de 1992), com observações do Representante Evans. Evans cita também o dr. Jonathan Fine, dos Physicians for Human Rights, que referiu a necessidade de um perito coordenador para o problema geral das minas, financiamento internacional para enfrentar casos agudos e reabilitação de vítimas, assim como amplos programas de sensibilização para ensinar toda a gente, em especial as crianças, sobre o que são as minas e como evitá-las. *Idem*.

³²*Idem*.

³³Partindo do princípio que existem 100 milhões de minas, e que custa 400 dólares a remover cada mina, "o custo total da desminagem poderia chegar aos biliões". Entrevista com Blagden.

³⁴Ver nota 31, em E2654 (texto 'Thousands Maimed by Land Mines in Nomadic Somaliland, apresentado pelo relator Evans).

³⁵Mesmo antes da adopção, em 1949, da Convenção de Genebra, as ONGs e o CICV já protegiam os civis da violência dos Estados. Tradicionalmente, este esforço desenvolvia-se em duas esferas; a legislação humanitária incidia nos assuntos militares, deixando os direitos humanos para os tempos de paz. Mais recentemente, as organizações de direitos humanos, tais como o Human Rights Watch e a Amnistia Internacional, começaram a incorporar princípios da legislação humanitária na sua acção no campo dos direitos humanos. As duas esferas, os direitos humanos e a legislação humanitária, surgem em convergência face à obrigação da comunidade internacional de proteger os civis das acções violentas dos Estados em contextos de conflitos internos. Ver, em geral, Theodor Meron, 'On the Inadequate Reach of Humanitarian and Human Rights Law and the Need for a New Instrument', 77 Am. J. Int'l L. (1983): 589. Mas por vezes é necessário desenvolver acções no terreno para fazer convergir as duas correntes de princípios. Segundo um organizador da coligação de ONGs, Jodie Williams, "Quando a explosão de minas impedia as operações de manutenção de paz das Nações Unidas, as preocupações destas iam de encontro às das ONGs e a questão tornava-se mais clara". Entrevista com Jodie Williams, Director, Vietnam Veterans of America Foundation Landmines Campaign, em Washington, D.C. (18 de Dezembro de 1993).

³⁶*Hidden Killers*: i-ii.

³⁷Entrevista com Edward Cummings, Gabinete Jurídico do Departamento de Estado e membro da delegação dos E.U.A. às sessões de peritos das Nações Unidas da Conferência de Revisão da Convenção sobre as Armas Convencionais, Washington, D.C. (12 de Agosto de 1994). Cummings descreveu a política dos E.U.A. como uma perspectiva com dois ângulos. O primeiro procura limitar o debate às questões sobre a utilização de armamento. Os Estados Unidos defendem que o Protocolo das Minas se deveria aplicar aos conflitos internos, que as minas deveriam ter suficiente conteúdo metálico para serem detectadas, que certas minas deveriam auto-destruir-se, e que um procedimento de verificação deveria ser incluído no regime de governo. O segundo ângulo da política americana é a introdução de um "sistema de controle" internacional que limitaria a produção, transferência e exportação de minas, dependendo da reputação

humanitária da nação. Através da introdução de um sistema de controle, os Estados Unidos visam evitar um quadro de desarmamento mais pesado no seio das Nações Unidas. Segundo Cummings, "Em paralelo com a revisão do Protocolo, a filosofia dos E.U.A. é parecida com a que criou o Regime de Controlo da Transferência de Mísseis — todos os países grandes produtores de minas concordam que existe alguma necessidade legítima de minas mas, por razões humanitárias, também concordam em limitar as exportações segundo certos termos e condições". Numa entrevista em Nova York em 12 de Dezembro de 1993, um membro do quadro do Secretariado das Nações Unidas sobre o desarmamento (que requereu o anonimato) observou que qualquer política que não o banimento é como tentar "estancar o sangue de uma ferida com um simples adesivo". O Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, na sua declaração de 13 de Maio de 1994 nas audições do Sub-comité das Operações Externas sobre a Crise Global das Minas, apoiou o banimento total das minas: "É urgentemente necessária uma Convenção internacional sobre as Minas. O objectivo seria chegar a um acordo sobre o total banimento da produção, armazenamento, comércio e utilização das minas e seus componentes. Só desta forma poderá a comunidade internacional combater de forma sustentável as mortes, mutilações e destruição social causadas por estas armas terríveis". Steve Goose informou que as ONGs que apoiam o banimento têm sido impedidas de participar como observadoras nas sessões de peritos. Apenas o CICV e as organizações das Nações Unidas, a UNICEF, o ACNUR e o Departamento de Assuntos Humanitários (DHA), todos eles apoiantes abertos do banimento, têm autorização para observar os trabalhos, fazer declarações e distribuir materiais. Segundo Goose, "Na impossibilidade de conseguirem o banimento total, a perspectiva das ONGs consiste em mantê-lo na agenda e conseguir o apoio de cada vez mais organizações, particularmente do mundo em desenvolvimento, para angariar cada vez mais apoios de base para a campanha". Entrevista com Steve Goose, Director, Human Rights Watch/Arms Watch Project, Washington, D.C. (12 de Agosto de 1994).

³⁸Ver Landmine Export Moratorium, Pub. L. No.102-484, #1365, 106 Stat. 2561; ver, também, 139 Cong. Rec. S9290 (ed. diária, 22 de Julho de 1993), que propõe uma prorrogação por mais três anos da moratória sobre a venda, transferência e exportação de minas anti-pessoal.

³⁹Entrevista telefónica com Rod Bilz, Relações Públicas, Alliant Techsystems (16 de Dezembro de 1993); ver, também, John Ryle, 'The Invisible Enemy', *New Yorker*, 29 de Novembro de 1993: 120.

⁴⁰Patrick J. Leahy, 'U.S. Can Help Stop the Land-Mine Slaughter', *New York Times*, 13 de Janeiro de 1994:A20; ver, também, Patrick Leahy, "Landmine Moratorium: A Strategy for Stronger International Limits", *Arms Control Today*, 11: 11-14 (1993).

⁴¹*Assistance in Mine Clearance*, Assembleia Geral das Nações Unidas, 48^a Sessão, Item 155 da Agenda, U.N. Doc. A/48/L.5 e Anexo 1 (1993).

⁴²*Idem* e art. 4. A resolução solicita ao Secretário-Geral que, antes da 49^a Sessão, apresente um relatório abrangente que avalie o alcance do "problema crescente das minas".

⁴³Assembleia Geral, Resolução 75 (k), Assembleia Geral das Nações Unidas, 49^a Sessão:14, U.N. Doc. A/RES/75 (1994).

⁴⁴Ver Assembleia Geral, Resolução 79, Assembleia Geral das Nações Unidas, 48^a Sessão:14, U.N. Doc. A/RES/48/79 (1993).

⁴⁵Patrick Leahy, "U.S. Can Help Stop the Land-Mine Slaughter".

⁴⁶Assembleia Geral das Nações Unidas, A/Res/49/75D e A/Res/49/79.

⁴⁷Entrevista com a Equipa de Relações Públicas da Missão dos E.U.A. nas Nações Unidas, em Washington, D.C. (15 de Dezembro de 1993). A embaixadora Albright também considera os esforços no sentido dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas observarem uma moratória sobre a exportação de minas como "um primeiro passo no esforço determinado da administração Clinton para combater as consequências devastadoras da utilização indiscriminada [de minas]". Madeleine Albright, Representante Permanente dos E.U.A. nas Nações Unidas, Comunicado de Imprensa (15 de Dezembro de 1993).

⁴⁸Em carta ao Senador Patrick Leahy, o Secretário de Estado Warren Christopher e o Secretário da Defesa William J. Perry indicaram que a administração está a levar a cabo uma "reavaliação política intensiva" para determinar os parâmetros da posição dos E.U.A. em relação às minas. Contudo, a carta indicava que era pouco provável que os E.U.A. apoiassem o banimento: "Pensamos que a legislação que V.Exa. está a promover, visando o banimento da produção/comercialização de minas nos E.U.A., seria contra-producente com o objectivo que todos partilhamos de desenvolver o mais depressa possível um regime efectivo de controle das minas anti-pessoal. A ser adoptada, tal legislação afectaria a posição negocial dos E.U.A., limitando a nossa capacidade para realizar consultas efectivas com países que têm posições críticas relativamente a um regime de controle". Carta de

Warren Christopher, Secretário de Estado, e William J. Perry, Secretário da Defesa, a Patrick Leahy, Senador dos E.U.A. (28 de Junho de 1994), nos arquivos do Senador Leahy (daqui em diante Carta de Christopher).

⁴⁹Entrevista, Genebra (5 de Julho de 1995).

⁵⁰Entrevista telefónica com Stanley Kalpage, embaixador do Sri Lanka nas Nações Unidas (16 de Dezembro de 1993). Kalpage também observou que apesar das pesadas baixas militares ele se opunha ao banimento de minas anti-pessoal "ao nível intuitivo". *Idem*.

⁵¹Sob a legislação consuetudinária, as populações e aqueles que estão fora de combate não podem ser sujeitos a ataques indiscriminados ou desproporcionados. Ver Resolução 2444 da Assembleia Geral das Nações Unidas, 23º Sessão, Sup. No. 18:50, U.N. Doc. A/7218 (1969). Adoptada por unanimidade, esta resolução declara que: 1) o direito que as partes de um conflito têm de adoptar meios de infligir baixas ao inimigo não é ilimitado; 2) é proibido desencadear ataques contra a população civil enquanto tal; e 3) deve ser sempre feita a distinção entre pessoas que tomam parte nas hostilidades e membros da população civil, com o objectivo de poupar o mais possível estas últimas. *Idem*. Além disso, o CICV argumenta que as minas dirigidas contra objectivos militares tornam-se indiscriminadas logo que o objectivo militar deixa de existir. Entrevista com Louise Doswald-Beck, Departamento Legal do CICV, em Genebra, Suíça (17 de Julho de 1993).

⁵²'International Conference for the Protection of War Victims', *Int'l Comm. Red Cross* (Genebra, 30 de Agosto — 1 de Setembro de 1993). A Declaração Final da conferência, adoptada a 1 de Setembro de 1993 por consenso dos 168 Estados participantes, concluiu: "Recusamos aceitar que populações civis se devam tornar cada vez mais em vítimas principais dos conflitos armados". *Idem*. O presidente do CICV, Cornelio Sommaruga, apoia a mobilização humanitária na questão das minas e observa que "O Cambodja é um bom exemplo a assinalar". Entrevista com Cornelio Sommaruga, Presidente, CICV, em Genebra, Suíça (10 de Setembro de 1993). O conflito do Cambodja é a primeira guerra na história em que as baixas relacionadas com as minas ultrapassaram as baixas causadas por todas as restantes armas. O Cambodja tem uma percentagem mais elevada de habitantes mutilados que qualquer outro país do mundo. Dos 8,5 milhões de habitantes do país, mais de 30.000 são amputados, e outros cerca de 5.000 amputados vivem em campos de refugiados ao longo da fronteira da Tailândia. Só em 1990, cerca de 6.000 cambodjanos perderam pernas ou pés em resultado de ferimentos causados por minas. Ver Eric Stover & Dan Charles, 'Cambodia's Killing Minefields', *New Scientist*, 19 de Outubro de 1991:

29; *Land Mines in Cambodia*: 59-79; Conferência de ONGs sobre Minas Anti-Pessoal (Londres, 24-26 de Maio de 1993). Para uma listagem completa das conferências, ver "Newsletters" da VVAF sobre as minas.

⁵³Aryeh Neier, em nota endereçada à Conferência de ONGs organizada pela VVAF, sobre as minas anti-pessoal, em Londres (24 de Maio de 1993). Neier aconselhou a coligação a "estigmatizar" a guerra das minas da mesma maneira que as guerras biológica e química são estigmatizadas pela comunidade mundial.

⁵⁴Uma questão central da conferência de revisão da Convenção das Armas Convencionais é a sua aplicação aos conflitos armados internos. Embora este artigo não trace a evolução legal visando colocar limites humanitários aos conflitos internos, é importante observar que a Convenção de Genebra de 1949 (IV) impõe obrigações legais às partes envolvidas numa guerra interna. Convenção Relativa à Protecção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra, Art. 3. Em 1975, Antonio Cassese defendeu a adopção de leis consuetudinárias relativas às guerras internas. Ver Antonio Cassese, 'The Spanish Civil War and the Development of Customary Law Concerning Internal Armed Conflicts', in *Current Problems of International Law*, (Antonio Cassese, ed., 1975): 382. O Protocolo II confirma a validade da regulamentação legal das guerras internas e fornece alguns detalhes sobre os direitos humanos de civis nos conflitos armados internos. David P. Forsythe, 'Human Rights and Internal Conflicts: Trends and Recent Developments', 12, *Cal. W. Int'l L. J.*: 287, 294 (1982); Robert K. Goldman, 'International Humanitarian Law and the Armed Conflicts in El Salvador and Nicaragua', 2, *Am. U. J. Int'l L. & Pol'y*: 539, 543 (1987). O CICV argumenta que a Convenção se aplica tanto a movimentos de libertação como a Estados. Yves Sandoz, 'United Nations Conference on Prohibitions or Restrictions of Use of Certain Conventional Weapons', *Int'l Rev. Red Cross*, (Jan.-Fev. de 1981): 10. O CICV tem o "direito de iniciativa" de oferecer os seus serviços aos governos, não com base nas Convenções de Genebra, mas a partir do seu próprio estatuto. A Convenção das Armas Convencionais, e especialmente o Protocolo das Minas, reafirmam o e incorporam directamente a legislação consuetudinária e positiva, que são, consequentemente, aplicáveis já a conflitos internos. *Idem*: 76.

⁵⁵No debate das Nações Unidas, existe já a possibilidade de um divórcio entre o Norte e o Sul na questão dos mecanismos de auto-destruição. Grande parte do apoio às limitações provém dos Estados da NATO, alguns dos quais demonstram a vontade de parar com a produção. Segundo perspectiva das ONGs que pressionam o banimento, se a alternativa dos governos consiste em oferecer mecanismos de auto-destruição para parar com a carnificina, as ONGs continuarão a

pressionar no sentido do banimento. Entrevista com Bobby Muller, Director Executivo, Vietnam Veterans of America Foundation, em Washington, D.C. (13 de Maio de 1994).

⁵⁶Jan Eliasson, Entrevista. O renovado interesse na legislação humanitária da guerra deve-se, em parte, à incidência estratégica dos conflitos domésticos, nos quais as populações civis são os principais alvos das hostilidades.

⁵⁷J. R. Wyatt, 'Land Mine Warfare: Recent Lessons and Future Trends', *Int'l Def. Rev.*, (Novembro de 1989): 1499. Wyatt discute a dificuldade em definir alvos militares num ambiente civil que, observa ele, resulta em muitas baixas civis. Ver, também, James A. Marapoti, "Tactical Mobility and Minefield Breaching", *Marine Corps Gazette*: 56 (Janeiro de 1988).

⁵⁸Entrevista com Eliasson. Ver, em geral, *Cambodia's Killing Minefields*; America Watch, *Land Mines in El Salvador and Nicaragua: The Civilian Victims* (1986).

⁵⁹Reunião, American Society of International Law, em Washington, D.C. (6-9 de Abril de 1994).

⁶⁰Na sua comunicação à reunião do CICV de 27 de Janeiro de 1994 a respeito da utilidade militar das minas, os Estados Unidos opuseram-se fortemente ao banimento da guerra das minas. "Comandantes que perdem as suas 'sentinelas silenciosas', uma medida de economia de força continuamente vigilante, que não necessita de alimento, de abrigo ou de sono, que opera dia e noite... sem o recurso às minas, os comandantes perderiam um elemento-chave do seu repertório, que teria que ser substituído por outros meios". Departamento de Defesa, *Landmine Warfare: Rationale, Tactics and Doctrine for Use of Mines*, (1994): 5; Carta de Christopher.

⁶¹Entrevista com Colin Mitchell, Director, Hallo Trust, em Londres (24 de Maio de 1993). De facto, alguns acontecimentos recentes demonstraram que as munições enterradas podem ser militarmente desvantajosas. O *Washington Post* informa que "unidades da Primeira Divisão de Cavalaria do exército que não sofreram baixas no seu avanço sem oposição pelo sul do Iraque, sofreram a morte ou ferimento de vários dos seus soldados devido a minas e bombas existentes na área que defendiam". 'Gruesome Examples of Horrors of War Abound in Iraqi Desert', *Washington Post*, 3 de Março de 1992: A34. O antigo comandante dos *marines*, General Alfred Gray Jr., apontou a Coreia, o Sudeste Asiático, e Panamá e a Guerra do Golfo como exemplos da razão porque os Estados Unidos deveriam apoiar o banimento. "Não

tenho conhecimento de qualquer vantagem operacional da utilização generalizada de minas". Para se poder limitar a utilização das minas, acrescenta ele, seria necessário sobretudo um fenómeno psicológico: que os países produtores, localizados sobretudo no mundo desenvolvido, abdiquem da sua superioridade em termos da tecnologia das minas. Jessica Mathews, 'The Big Payoff — A Ban on Land Mines', *Washington Post*, 3 de Dezembro de 1992: A29.

⁶²Ver os textos deste mesmo volume. Faculdade de Letras-Arquivo Histórico de Moçambique/Universidade Eduardo Mondlane, "Moçambique: Desminagem e Desenvolvimento", Conferência, 14 de Junho de 1995.

⁶³Ver Cedric Sloan, 'Mines — An Appraisal: Part 2, Anti-Tank Mines and Beyond', *Mil. Tech.* (Março de 1986): 31, 33.

⁶⁴*Landmines: A Deadly Legacy*: 35, 37. Isto é particularmente verdade relativamente à venda de minas de dispersão de plástico — embora a dificuldade em seguir a produção e venda de minas seja reforçada pelo facto de nenhuma companhia fazer declarações significativas sobre as suas vendas de minas. Para uma visão geral da variedade e disponibilidade de minas, ver *Jane's Military Vehicles and Logistics 1992-1993* (1993).

⁶⁵*Landmines: A Deadly Legacy*: 36.

⁶⁶*Idem*: 77, 88, 91.

⁶⁷*Idem*: 61.

⁶⁸*Idem*: 63.

⁶⁹*Idem*.

⁷⁰Entrevista com Tim Reiser, Assistente do Senador Patrick Leahy, em Washington, D.C. (12 de Julho de 1994). Reiser observou que representantes da Alliant haviam efectuado diversos contactos com o grupo de pressão que advogava a solução da auto-destruição.

⁷¹Alliant Techsystems, Comunicação de imprensa, 16 de Dezembro de 1993 (que procura, no geral, salientar os esforços da companhia para atenuar o impacto sobre os civis). Segundo o antigo director do Arms Project, Ken Anderson, "As verdadeiras modificações tecnológicas que deveriam preocupar o mundo são as minas de plástico, que causam ferimentos mais graves e são muito mais difíceis de detectar. Tais evoluções tecnológicas reforçam ainda mais o argumento em prol do

banimento da produção e exportação, assim como da utilização". *Symposium de Montreaux*: 8. Embora Anderson tenha deixado o Arms Watch, ele continua a interessar-se por este tema. Entrevista telefónica com Ken Anderson (8 de Agosto de 1994).

⁷²A Convenção das Armas Convencionais, para além do Protocolo das Minas (Protocolo II), inclui ainda dois acordos, sobre Fragmentos Não-Detectáveis (Protocolo I), e Proibições ou Restrições na Utilização de Armas Incendiárias (Protocolo III). As provisões da Convenção aplicam-se aos três protocolos. A Convenção das Armas Convencionais e os protocolos entraram em vigor em 2 de Dezembro de 1983. Na altura em que este texto foi escrito, o Protocolo das Minas estava subscrito por trinta e seis países. Os Estados Unidos não são um deles, uma vez que, apesar de terem assinado o protocolo em 8 de Abril de 1982, ainda o não ratificaram. Em 21 de Maio de 1994, a Convenção e os Protocolos I e II foram submetidos pelo Presidente Clinton ao Comité das Relações Exteriores, para ratificação. O Protocolo III, que restringe a utilização de armas incendiárias em zonas povoadas, não foi submetido devido a questões respeitantes à sua aceitabilidade pelo Departamento de Defesa. *Mensagem do Presidente*: 111. A lei consuetudinária proíbe os meios de guerra com efeitos indiscriminados ou excessivos, codificados particularmente no Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949, arts. 51(4-5) e 35 (1-2). Os Estados Unidos não o subscreveram. O Protocolo das Minas prossegue esta prática. O seu objectivo é de proteger as populações civis das minas explosivas através da restrição da sua utilização. O seu propósito inicial consiste em desenvolver legislação que possa restringir significativamente a condução da guerra de forma a respeitar as circunstâncias humanitárias actuais. A lei pretende proibir a utilização indiscriminada ou directa das minas contra as populações civis, e minimizar os efeitos colaterais. O Protocolo das Minas proíbe certos usos de minas colocadas à distância, e exige mapeamento para se assegurar o conhecimento sobre a localização de minas. Protocolo das Minas, arts. 3(2)-(3), 5, 7. Segundo o Arms Project do Human Rights Watch e dos Physicians for Human Rights, o Protocolo das Minas é um "documento totalmente ineficaz" que "falha completamente ao nível prático: mesmo as restrições mais modestas não foram seguidas nos conflitos desencadeados desde a sua entrada em vigor, há quase dez anos atrás". *Landmines: A Deadly Legacy*:317. Os trabalhos das conferências que precederam a introdução do protocolo foram publicados em International Committee of the Red Cross, *Report of the Conference of Government Experts on the Use of Certain Conventional Weapons: Lucerne 1974* (1975); International Committee of the Red Cross, *Report of the Conference of Government Experts on the Use of Certain Conventional Weapons: Lugano 1976* (1976); Assembleia Geral das Nações Unidas (37^a Sessão, Item 51 da Agenda), *United Nations Conference on Prohibitions or Restrictions of*

Use of Certain Conventional Weapons Which May Be Deemed to Be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects: Report of the Secretary General, U.N. Doc. A/37/1999 e Corr.1 (1982); Assembleia Geral das Nações Unidas (37ª Sessão), *United Nations Conference on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons Which May Be Deemed to Be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects: Final Report of the Conference to the General Assembly*, U.N. Doc. A/CONF.95/15 e Corr.1-5 (1980). Para mais informação sobre os trabalhos da Conferência de Lucerna, ver entre outros Frits Kalshoven, "Conventional Weaponry: The Law from St. Petersburg to Lucerne and Beyond", in *Armed Conflict and the New Law: Aspects of the 1977 Geneva Protocols and the 1980 Weapons Convention* (Michael A. Meyer ed., 1989); ver também, Louise Doswald-Beck e Gerald Cauderway, "The Development of New Anti-Personnel Weapons", *Int'l Rev. Red. Cross* (Nov.-Dec., 1990).

⁷³Ver Convenção das Armas Convencionais. Na altura em que um determinado Estado ratifica ou aceita a Convenção, ele deve indicar a intenção de se submeter pelo menos a dois dos três Protocolos. As ONGs argumentam que mesmo os Estados que não tenham subscrito a Convenção estão submetidos ao Protocolo das Minas segundo os princípios da legislação consuetudinária. Goldman: 589 (o método e meios da guerra não são ilimitados, nem é permitida a utilização de armas que causam sofrimento desnecessário).

⁷⁴Ver Convenção das Armas Convencionais, arts. 1, 5, 7. Ver também A.P.V. Rogers, 'The Mines Protocol: Negotiating History', in *Montreal Symposium*: 227. Os países que se abstiveram consideraram que o Protocolo era "vago na sua aplicação, inverificável, e que não propunha sanções". U.N.Y.B. 76, U.N. Sales No. E.83.I.1.

⁷⁵Ao proibir a direcção das armas contra civis independentemente das circunstâncias, a Conferência das Nações Unidas baseava-se na legislação consuetudinária, nas Convenções de Genebra e nos protocolos adicionais às Convenções de Genebra.

⁷⁶*Protocolo das Minas*, art. 3(2).

⁷⁷*Idem*, art. 3(4).

⁷⁸*Idem*, art. 7(1).

⁷⁹*Idem*, art. 3(2).

⁸⁰A questão da aplicação do Protocolo aos conflitos internos surgiu com proeminência nas reuniões dos Peritos Governamentais para Preparar a

Conferência de Estados para Revisão da Convenção sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Certas Armas Convencionais. As suas discussões reflectiram a tensão entre o direito dos Estados à soberania nacional e independência política, e o seu dever de respeitar os direitos das populações civis. Em resposta às preocupações da China, segundo a qual a aplicação deste protocolo aos conflitos internos poderia alterar o estatuto legal das partes deste tipo de conflitos, os Estados Unidos indicaram que o seu interesse não era rever o estatuto legal das insurgências; a questão do alcance da aplicação deveria ser deixada "como nota de rodapé para decisão na conferência de revisão". Assembleia Geral das Nações Unidas (49^a Sessão, Item 10 da Agenda:8), *Progress Report of the Group of Government Experts to Prepare the Review Conference of the State's Parties to the Convention on Prohibitions or Restrictions of Use of Certain Conventional Weapons Which May Be Deemed to Be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects*, U.N. Doc. CCW/CONF.I/GE/8 (1994). O Relatório Sumário observa que a "questão do alargamento do âmbito do Protocolo II e/ou da Convenção como um todo foi amplamente discutido, de forma a alargar o âmbito pelo menos do Protocolo para cobrir conflitos não-internacionais que", segundo o presidente da mesa, "causam o problema maior". *Idem*. O CICV argumentou que o Protocolo das Minas já se aplica aos conflitos internos, uma vez que a necessidade que as populações civis têm de ser protegidas dos combatentes permanece a mesma, quer se encontrem em conflitos internacionais quer nacionais. Entrevista com Doswald-Beck. Adicionalmente, o CICV atribuiu grande importância aos procedimentos de verificação que ele inclui, nomeadamente por meio de um corpo de supervisão permanente e independente (*Day 4 of Expert Group Second Session*, 19 de Maio de 1994:3, notas dos arquivos do autor). Numa entrevista na American Society of International Law, o delegado do Departamento de Estado à sessão de peritos das Nações Unidas, Edward Cummings, afirmou que "a verificação no quadro do desarmamento das Nações Unidas não teria sentido, uma vez que ela não podia realisticamente ser posta em prática". Entrevista com Cummings. Embora a Austrália tivesse defendido que as minas poderiam ser verificadas e controladas "de maneira idêntica ao que se faz relativamente aos lixos tóxicos", o representante da DHA referiu que só neste ano foram colocadas cerca de 2 milhões de minas em todo o mundo, e retiradas apenas 100.000. "Nós estamos a perder a guerra contra as minas". O representante suíço apelou com firmeza para um banimento completo e urgente. *Day 4 of Expert Group Second Session*, 19 de Maio de 1994:3-4, notas dos arquivos do autor).

⁸¹ Entrevista com Doswald-Beck. As regras da legislação humanitária da guerra reflectem uma tensão entre "o nível civilizacional e as necessidades da guerra".

⁸²Alguns Estados membros encaram as sessões preparatórias das Nações Unidas como uma forma de colocar toda a questão de como avaliar o desenvolvimento de novas armas em termos humanitários. Por exemplo, o CICV indicou interesse em discutir armas como os explosivos combustível-ar, balas de pequeno calibre e armas anti-pessoal de raios-laser, para manter o avanço em relação à tecnologia, em lugar de seguir atrás dela. Ver Anita Parlow & Bob Deans, 'Long After Wars End, Land Mines Remain, Bringing Death Underfoot', *Atlanta J. & Const.*, 16 de Janeiro de 1994: A1.

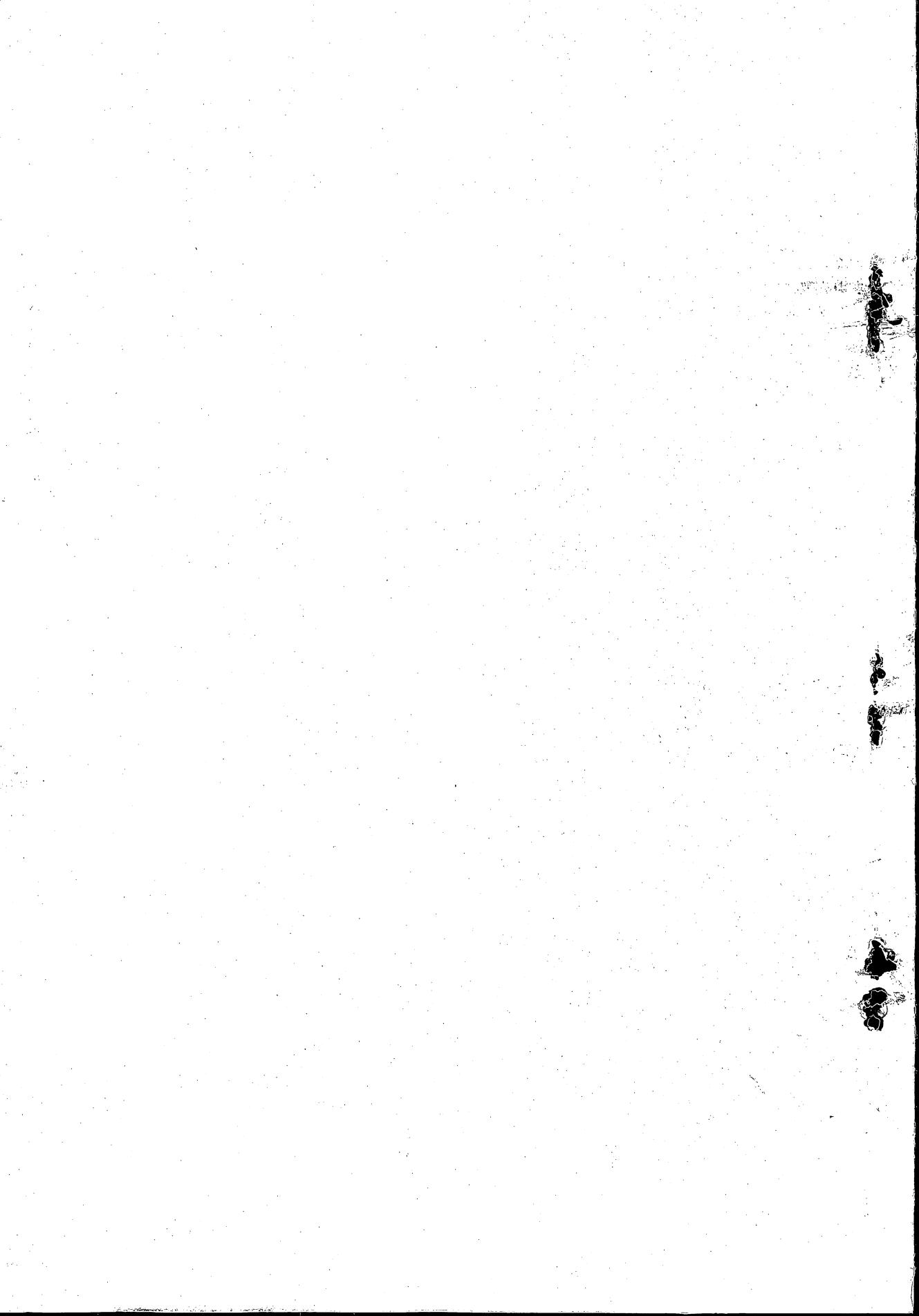
⁸³Entrevista com Eliasson.

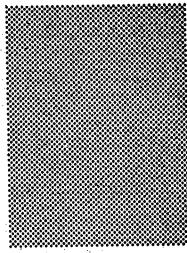
⁸⁴Entrevista com Blagden. Blagden depôs junto do Comité de Apropriações do Senado, do Sub-comité das Operações Externas, a 13 de Maio de 1994, afirmando que o processo, na base de trabalho intensivo, de desactivar e remover mais de 100 milhões de minas em todo o mundo, a um custo individual entre 300 e 1.000 dólares americanos por mina, coloca um dilema de proporções gigantescas à comunidade internacional. *Idem*. Esta foi a primeira audição sobre o problema das minas no Congresso. Foram submetidas declarações pelo Secretário Geral das Nações Unidas Boutros Ghali, pelo antigo Presidente Jimmy Carter, por Elizabeth Dole, presidente da Cruz Vermelha Norte-Americana, todos eles apelando para o banimento das minas anti-pessoal. Quando se escreviam estas linhas, o Senador Patrick Leahy disse ao Congresso que pretende introduzir legislação que imponha uma moratória de um ano sobre a produção de minas anti-pessoal nos Estados Unidos, e autorizar a disponibilização de fundos para assistência técnica e equipamento de desminagem. "É muito menos que um banimento total... Mas a minha legislação colocará os Estados Unidos em boa posição para pressionar outros países a seguirem o nosso exemplo". 140, *Cong. Rec.* S6880 (edição diária de 15 de Junho de 1994). Em 21 de Junho de 1994, o Congresso publicou diversas conclusões sobre a questão das minas: 1) continua a haver cerca de 100 milhões de minas anti-pessoal por detonar em mais de 60 países de todo o mundo; 2) tal como as armas químicas e biológicas, as minas matam e mutilam indiscriminadamente; 3) após os Estados Unidos terem adoptado uma moratória unilateral sobre a exportação das minas anti-pessoal, a Assembleia Geral das Nações Unidas apelou unanimemente para uma moratória internacional sobre tais exportações, com os governos da França, Alemanha, Grécia, Bélgica, Holanda, Polónia, Eslováquia e África do Sul a anunciam moratórias sobre as exportações; 4) apesar de tais acções, são muito mais as minas colocadas que as retiradas; 5) só a cooperação internacional na limitação à produção, propriedade, transferência e uso das minas anti-pessoal salvará vidas; e 6) está planeada para 1995 uma conferência de revisão da Convenção das Armas Convencionais assim

como do Protocolo das Minas. 140 Cong. Rec. S7243, #1 (edição diária, 21 de Junho de 1994). Ao mesmo tempo, o Congresso autorizou uma alocação de 10 milhões de dólares ao Departamento de Defesa, a utilizar em apoio a actividades humanitárias relacionadas com a desminagem. *Idem*, #4. O Senador Leahy considera os custos em dólares suficientemente significativos para levar ao repensar da segurança nacional norte-americana.

⁸⁵Mines Advisory Group, *Report of the Afghanistan Mines Survey*, (1991): 58. "A instrução normal relacionada com as operações de busca e probabilidade da localização das minas têm limitações óbvias dado que as minas podem estar em qualquer sítio, independentemente de qualquer lógica estratégica normalmente aceite". *Idem*, #7.2(a). "Mesmo o pessoal de desminagem mais experiente não consegue ter um conhecimento claro da vasta gama de engenhos utilizados no Afganistão [e noutras lugares] e todavia pede-se aos desminadores afgãos que, apenas com a instrução básica de desminagem, realizem operações de desminagem num ambiente técnico altamente perigoso". *Idem*, #7.2(b); Entrevista com Chris Moon, Halo Trust, Londres (26 de Maio de 1993).

⁸⁶Entrevista com Rae McGrath, Director, Mines Advisory Group, Londres (24 de Maio de 1993).





AS RECOMENDAÇÕES DA CONFERÊNCIA

A Conferência Moçambique: Desminagem e Desenvolvimento, realizada a 14 de Junho de 1995 no *Campus* da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, resolveu, por unanimidade de todos os seus participantes, endereçar as seguintes recomendações ao Governo de Moçambique:

1

O Governo de Moçambique deve aderir à Convenção de 1980, e contribuir para a sua revisão, prevista para Setembro /Outubro de 1995.

2

O Governo de Moçambique deve continuar a desenvolver iniciativas a longo prazo, visando o banimento da produção, armazenagem, comercialização e uso das minas.

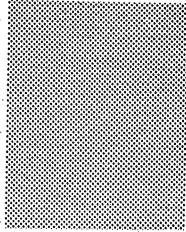
3

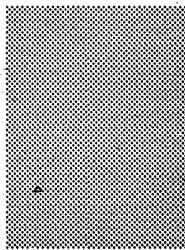
O Governo de Moçambique deve continuar a desenvolver esforços no sentido da sensibilização da população moçambicana para o problema das minas e para o processo de desminagem.

4

As minas desactivadas no processo de desminagem, assim como as existentes em armazém, devem ser destruídas para impedir a sua posterior utilização.

Os participantes apelaram ainda aos organizadores da Conferência para que assegurem a comunicação dos seus sentimentos às diversas instâncias do Governo da República de Moçambique, e que acções desta natureza sejam realizadas numa base contínua e em cooperação sistemática com outras iniciativas nacionais e internacionais, de modo a contribuir para a generalização desta consciência, necessária para salvar vidas humanas e promover o desenvolvimento sócio-económico dos países afectados pelo flagelo das minas.





LISTA DE PARTICIPANTES

Adão H. Matonse, *Universidade Pedagógica*
Albino Pedro Machava, *Arquivo Histórico de Moçambique*
Alda Saúte, *Estudante de História (UEM)*
Alex Vines, *Human Rights Watch*
Alexandre António, *Estudante de História (UEM)*
Anita Parlow, *Jornalista*
Arlindo Novela, *Responsável de Operações, PNUD-DHA, PAD*
Armando Jorge Lopes, *Director-Adjunto da Faculdade de Letras (UEM)*
Aurélio Faduco Mavie, *Comissão Nacional de Desminagem*
Bernard Kerblat, *ACNUR*
Bernardo Obadias, *Estado-Maior General das FADM*
Boaventura Massaiete, *Estudante de História (UEM)*
Cameron Whyte, *Responsável de Planeamento, PNUD-DHA, PAD*
Carlos Lobato, *Jornalista (LUSA)*
Carlos Lourenço Tivane, *Arquivo Histórico de Moçambique*
Carlos Manuel, *Faculdade de Letras (UEM)*
Caroline Toulemonde, *Handicap International*
César Palha de Sousa, *Faculdade de Medicina (UEM)*
Chemane Amade Camal, *Consultor (IPRM)*
Conceição Albino, *Comissão Nacional de Desminagem*
Dias E. Jaqueta, *Estado-Maior General das FADM*
Emília Moraes, *Faculdade de Letras (UEM)*
Enrique M. Portillo, *Consultor da Comissão Nacional de Desminagem*
Ernesto Zucule, *Consultor (ADEMO)*
Farida Gulamo, *Secretária-Geral da Ademo*
Fernando Pequenino, *Estudante de História (UEM)*
Francesca Dagnino, *Consultora*
Francisco Mucanheia, *Faculdade de Letras (UEM)*

Fuade Sultuane, *Electricidade de Moçambique*
Gerhard Liesegang, *Departamento de História (UEM)*
Gil Lauriciano, *Jornalista*
Gulamo A. Tajú, *Centro de Estudos Africanos (UEM)*
Hermínio Morais, *Presidente da AMODEG*
Horácio J. Simão, *Universidade Pedagógica*
Inês Nogueira da Costa, *Diretora do Arquivo Histórico de Moçambique*
Jack McCarthy, *USAID/Moçambique*
João Paulo Borges Coelho, *Departamento de História (UEM)*
João Cândido, *Estudante da Faculdade de Letras (UEM)*
Johannes Schöch, *Consultor*
John Stewart, *Representante para a África Austral da AFSC (Quakers)*
José Espanhol, *Estado-Maior General das FADM*
José Negrão, *Departamento de História (UEM)*
Karen Woodsworth, *Jornalista da BBC*
Luigi Loria, *Cooperação Italiana*
Luís Filipe Pereira, *Director-Adjunto da Faculdade de Letras (UEM)*
Manuel Araújo, *Director da Faculdade de Letras (UEM)*
Manuel Raposo, *Universidade Pedagógica*
Manuel Lemos, *Arquivo Histórico de Moçambique*
Maria Manuel Seno, *Professora de História*
Mário Silva, *Jornalista (Ngoma)*
Martins Buanaher, *AMODEG*
Moisés Venâncio, *PNUD*
Monica O'Brien, *Representante da Trócaire (Irlanda)*
Mordecai Nhabanga, *Conselho Cristão de Moçambique*
Mouzinho Ferrão, *Estado-Maior General das FADM*
Mussá M. Calú, *USAID/Moçambique*
Nadja Manghezi, *MICAS*
Niall Toibín, *Trócaire (Irlanda)*
Nick Roseare, *Representante da OXFAM (ÚK)*
Nuruhibi Magide, *Administrador (PNUD)*
Osório Mateus Severiano, *Comissão Nacional de Desminagem*
Paulo Soares *Departamento de História (UEM)*
Phillipe Dicquemare, *Representante do Handicap International*
Rachel Waterhouse, *Jornalista*
Respeito Vasco Chirrinze, *Cruz Vermelha de Moçambique*
Ricardo Moresse, *Cruz Vermelha de Moçambique*
Ronolfo Manhique, *Estudante de História (UEM)*
Teresa Correia Lopes, *Diréccão Nacional de Estradas e Pontes*
Terezinha da Silva, *Ministério da Coordenação da Ação Social*
Thabisile Mngadi-Tamele, *Representante da OXFAM (USA)*
Yussuf Adam, *Departamento de História (UEM)*

